

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

10,0



VOZES SOB A DITADURA: A MANIFESTAÇÃO DOS CIDADÃOS
ATRAVÉS DA IMPRENSA ESCRITA (1978-1979)

ROSEMARY MACHADO DE SOUZA

NATAL (RN)

2004

2003.2

ROSEMARY MACHADO DE SOUZA



**VOZES SOB A DITADURA: A MANIFESTAÇÃO DOS CIDADÃOS ATRAVÉS
DA IMPRENSA ESCRITA (1978-1979)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora doutora Denise Matos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do professor doutor Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

NATAL (RN)

2003

*Dedico ao meu companheiro Carlinhos
por todo o amor, apoio e estímulo.
E a meus filhos, Mihael e Andrei,
por compreenderem a ausência
e aturarem o meu mau humor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a realização desse trabalho, o qual não teria sido possível, sem a ajuda de pessoas que me são muito caras. Especialmente a

Raimundo Nonato A. da Rocha, meu orientador e amigo, por me auxiliar nas idéias, estrutura do trabalho e exigências metodológicas.

Ângela M. Machado, minha irmã, pelo carinho e apoio nas horas difíceis, por pesquisar na Universidade Estadual de Londrina e xerocar as edições da *Istoé* não encontradas em Natal e ainda, pela cuidadosa revisão gramatical.

Francisca Aurinete G. B. da Silva, professora e amiga, pela paciência e orientações sobre a normatização deste trabalho.

Aos missivistas da *Veja* e *Istoé* em geral, por expressarem suas opiniões na seção *Cartas*, o que sem elas esse trabalho seria irrealizável e, em particular, aos leitores José T. da Costa e Flávio Rezende pelas entrevistas a mim concedida.

A Mino Carta por sua simpatia, disponibilidade e colaboração.

Aos funcionários da hemeroteca da Biblioteca Câmara Cascudo e hemeroteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por arquivarem e cuidarem de um material tão precioso para a nossa história, sobretudo a Fernando Pereira de Souza que confiou aos meus cuidados o material pesquisado.

A Josimey Costa e Maria Emília M. Porto pela amizade, estímulo, troca de idéias e, principalmente, por acreditarem na minha capacidade de efetuar esse trabalho.

A minha mãe, Nylza, pelo carinho materno quando o cansaço me desanimava e, a todos os amigos pelo constante estímulo.

Agradeço também ao professor Raimundo Pereira Alencar Arrais por suas orientações no projeto de pesquisa e, igualmente, à professora Denise Mattos Monteiro, titular da disciplina Pesquisa Histórica II, pelas orientações ministradas em sala de aula, muito elucidativas durante a fase de construção dessa monografia.

E, por fim, antecipo meus agradecimentos aos futuros examinadores desse trabalho.

A todos vocês e outros que eventualmente eu não mencionei, mas não menos importantes, os meus sinceros agradecimentos.

*A democracia é o regime da gente comum,
das pessoas simples e anônimas.
Estamos acostumados a celebrar quem é incomum,
quem tem nome e fama,
mesmo que esta não passe de 15 minutos.
Mas, há um heroísmo de quem,
nem que seja só uma vez na vida,
enfrenta um prepotente qualquer.*

(Renato Janine Ribeiro)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
PRIMEIRA PARTE	
1. A liberdade de pensamento e de imprensa e suas relações com a censura durante o regime militar	18
2. A revista <i>Veja e Istoé</i> e suas relações com o regime militar e seus leitores	37
SEGUNDA PARTE	
3. As cartas dos leitores	56
4. A cidadania e a participação do leitor-cidadão: uma leitura a partir da seção <i>Cartas</i>	76
CONCLUSÃO	93
FONTES	96
BIBLIOGRAFIA	97
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a participação política do cidadão “comum” no processo de redemocratização do Brasil iniciado em 1974 e terminado em 1985. Para estudar o tema, optou-se, particularmente, pelo período de 1978 e 1979 e pela seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé* publicadas nesses anos. O intuito é perceber como diversos segmentos da sociedade expressaram suas opiniões sobre a situação ora vigente no Brasil.

Em termos gerais, escolher estudar acontecimentos da história contemporânea carrega uma série de dificuldades para o historiador. Isto porque a proximidade do objeto de investigação estudado com o presente pode induzir a conclusões imbuídas de sentimentos. Ao escolher, especificamente, o meu objeto de estudo, percebi que corria o risco de não manter um distanciamento do objeto em questão, na medida em que ele cruzava, em muitos aspectos, com os momentos por mim vivenciados.

Nos anos de 1978 e 1979, período da investigação desse trabalho, eu vivia minha adolescência, compreendendo um pouco, de certa maneira, a realidade vigente e, como um agente histórico dos acontecimentos que ora analiso, percebia algo de estranho nas relações políticas que se estabeleciam no país. Naquela época, cercada de irmãos mais velhos, eu notava uma certa tensão quando os assuntos versavam sobre a atuação daqueles que detinham nas mãos o poder de decisão sobre os cidadãos. Porém, tudo muito difuso, escondido, sussurrado. Ao ingressar no curso de História, fui sendo estimulada a compreender com mais profundidade o que aconteceu na sociedade desse período e, mais particularmente, a analisar como os cidadãos comportavam-se frente a um regime de arbítrio.

O Brasil, a partir da segunda metade dos anos setenta, devido ao modelo econômico imposto pelos governos militares, enfrentava uma forte crise expressada em várias esferas da sociedade, colocando “em cheque” o regime militar implantado a partir de 1964, o qual continuava propagando uma situação de estabilidade e de crescimento econômico. Para interromper tal crise nesse período, sobretudo a econômica causada por um novo choque nos preços do petróleo, o governo adotou medidas visando o desaquecimento na economia, provocando, porém, conseqüências econômicas, políticas e sociais na sociedade de então.

Do ponto de vista econômico, a inflação cresceu uma média de 37,9% entre os anos de 1974-78 e, sua dívida externa, ao patamar de US\$ 43,5 bilhões.¹ Na política, a partir da ascensão do general Ernesto Geisel ao poder (1974-79), iniciou-se um processo de abertura política, *lenta, gradual e segura*. Com esse processo, passou a existir maior liberdade de imprensa e lutas políticas em torno da anistia e da defesa dos direitos humanos². No tocante ao aspecto social, começaram a surgir uma série de novos movimentos sociais, com novos sujeitos, novos objetos e novas reivindicações.³

Todavia, o processo de abertura política em andamento também teve momentos de retrocessos. Nesse sentido, pode-se citar as leis restritivas fundamentadas no “pacote de abril”⁴ e a manutenção das eleições indiretas para presidente e governadores dos Estados.

Esse momento de crise do regime militar, marcado por avanços e recuos no processo de redemocratização, teve a participação decisiva da sociedade civil. Tradicionalmente, parte significativa da historiografia⁵ tem analisado que tal participação esteve reduzida, por um lado, aos militantes de esquerda, aos políticos do partido de oposição, parte da intelectualidade, estudantes radicais, alguns jornalistas e profissionais liberais; e, por outro lado, às organizações coletivas, tais como a Igreja Católica, sindicatos, associações de bairros, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Nessa linha de análise, feita por parte da historiografia, o cidadão “comum” é percebido como

¹ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 270-281.

² Estes organizados, sobretudo, pela OAB, ABI e Igreja Católica conforme se apreende em FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 270-281.

³ Segundo vários artigos publicados em SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, percebe-se que a partir de 1978/9 surgem os primeiros trabalhos sobre esses “novos movimentos sociais” (os que saíam da Igreja Católica - Comunidades Eclesiais de Base – CEBs (as associações de bairros), sindicatos (movimento operário do ABC paulista), movimentos feminino, ecológico, pacifista e das organizações de classe – OAB, ABI, por exemplo) que são definidos como movimentos espontâneos com novas formas de ação e participação na sociedade e que buscam por direitos políticos, sociais e civis, além de construir um sistema mais igualitário e a consolidação de uma cidadania popular.

⁴ O Pacote de Abril colocou o Congresso em recesso e criou os senadores biônicos, eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral na proporção de 1/3 dos senadores, garantindo assim, a maioria na Casa para o governo. Nele também constava a Lei Falcão, criada para impedir a vitória do MDB nas eleições de 1976 (mas ainda vigente em 1978) de forma que proibia o acesso dos candidatos às rádios e TV, impossibilitando-os de exporem seus programas políticos e, mesmo que o partido situacionista estivesse incluído, as maiores perdas foram para os candidatos da oposição. FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 270-281.

⁵ Conforme pode se observar em REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 65-69 (Coleção Descobrimdo o Brasil); FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 270-281; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In NOVAIS, Fernando. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 319-409, por exemplo.

participante da sociedade somente via eleitoral, embora estivessem cada vez mais hostis à ditadura e descontentes com os caminhos trilhados nos aspectos políticos, sociais e econômicos, sendo vistos, portanto, como participantes passivos, submetidos ao temor da repressão e da autocensura vigente nos veículos de informação (em especial na televisão) que, coadunados com o sistema ou pelo medo de romper a abertura que vinha se processando, não expunham críticas severas às atuações do Estado.

Entretanto, essas análises suscitam um questionamento: Será que realmente o cidadão “comum”, aquele não engajado coletivamente, estava alijado das questões políticas, econômicas e sociais que se desenrolavam no país? Nesse sentido, este trabalho busca responder a participação desses cidadãos no processo de redemocratização do regime militar, procurando demonstrar a existência de uma participação política *ativa, individual e direta* por esses elementos da sociedade brasileira compostos por uma diversidade de pessoas, de donas de casa e operários a políticos e empresários dissociados das agremiações coletivas anteriormente referidas. E, para poderem empreender essa participação, estes elementos utilizaram como instrumento a seção *Cartas* reproduzidas nas revistas *Veja* e *Istoé* nos anos de 1978 e 1979, visando se comunicar com o governo e a sociedade em geral.

Assim, através da análise das cartas dos leitores dessas revistas pretende-se contribuir aos estudos históricos desse período, mostrando que, ao lado da participação que vinha sendo processada por aquela parcela da sociedade organizada coletivamente, havia também indivíduos preocupados em manifestar suas opiniões e reflexões, contrárias ou não ao sistema militar, sobre as questões que preocupavam o país, mesmo na vigência de um sistema ainda arbitrário.

Logo, a seção *Cartas* dessas revistas, torna-se uma fonte *essencial* para proceder tal análise. A idéia de utilizá-la nasceu em razão do pensamento historiográfico atual de se usar novos materiais para a investigação de dada sociedade ou período histórico. Nesse sentido, as cartas, as crônicas, as imagens, etc., têm sido bastante valorizadas. Particularmente, a seção *Cartas*, de todas as revistas, para mim, é muito interessante, percebendo assim que, através delas, eu poderia verificar o pensamento de diferentes segmentos sociais.

Para isso, primeiramente, era necessário escolher pelo menos duas revistas de informação com linhas editoriais diferentes para poder obter dados de comparação entre uma e outra. Também teria que possuir uma circulação nacional no Brasil, além de uma

diversificação de leitores, a fim de poder considerá-los como representantes dos diversos setores da sociedade (intelectuais, políticos, empresários, estudantes, donas de casa e trabalhadores em geral) porque, no conjunto, estes leitores comunicando-se e interagindo na comunidade, foram sujeitos do processo histórico independentemente das restrições civis e políticas a que estavam submetidos nos anos de 1978 e 1979. Além do mais, precisava ser uma fonte que possibilitasse compor um contexto histórico, na medida em que esta detectasse diferentes acontecimentos presentes no período de análise, assim como distintos pensamentos e anseios de, pelo menos, parte dessa sociedade. Assim, por todas essas razões, optou-se pela seção *Cartas* das revistas *Veja e Istoé*.

A partir daí procedeu-se uma leitura preliminar de todas as cartas publicadas em 78/79, procurando selecionar aquelas que abordassem em primeiro lugar, aspectos políticos, econômicos e sociais e, em segundo lugar, que contivessem as opiniões ou anseios dos leitores sobre estes temas. Nesse sentido, foram desprezadas cartas cujos conteúdos não fossem pertinentes para a análise da participação política desses leitores, como por exemplo, cartas relacionadas sobre o futebol de maneira geral. Selecionadas 1704 cartas, procurou-se classificá-las nos temas acima referidos, subdividindo-os em assuntos mais específicos. Desse modo, foi possível montar um quadro da sociedade nos anos de 1978 e 1979.⁶

Mas também foi necessário valer-se de outras fontes como as reportagens publicadas na *Veja e Istoé* que suscitaram o desejo dos leitores de se pronunciarem, na medida que estas fossem imprescindíveis para o entendimento do teor das cartas escritas por eles. Também foram analisadas as seções *Carta ao Leitor (Veja)* e *Política (Istoé)* – que podem ser compreendidas como o editorial das revistas – e alguns depoimentos de jornalistas censurados já publicados na bibliografia afim que ajudem na observação da participação da imprensa nesse momento; alguns documentos emitidos pela Polícia Federal e os bilhetes emitidos pelos órgãos e representantes dos departamentos de censura repassados como documentos internos da revista *Veja*, cujo conteúdo denuncia os assuntos que deveriam ser omitidos ou apresentados para a população.⁷ Isso é importante para poder

⁶ Um detalhamento do processo de seleção e classificação das cartas, além dos assuntos detectados serão expostos no capítulo três desse trabalho.

⁷ Exceto as reportagens e as seções *Carta ao Leitor* e *Política* que serão retiradas diretamente das revistas *Veja e Istoé* dos respectivos anos, as outras fontes especificadas se encontram em MARCONI, Paulo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2. ed. (rev.). São Paulo: Global, 1980. (Coleção Passado & Presente, 14), no apêndice, p. 163-312.

verificar quais as informações que a sociedade recebia e como, a partir delas, as interpretava.

A escolha específica dos anos de 1978 e 1979 para se trabalhar foi pensada, em primeiro lugar, por ser um período intermediário e importante no processo da abertura política (1974-1985). Em segundo lugar, pela razão de que nesses anos acontecerem alguns fatos marcantes, como por exemplo, o fim da censura prévia, em junho de 1978, à imprensa escrita que ainda vivia sob esse jugo, permitindo uma maior liberalização das informações à sociedade, apesar da censura ainda continuar na televisão e de se ter utilizado outros meios para o governo continuar exercendo objurgação sobre o país. Outro aspecto essencial para a escolha dessa época é demonstrado pelas inúmeras manifestações populares, sobretudo as grandes greves dos metalúrgicos do ABC paulista, o processo eleitoral controlado pelo governo, conforme já exposto, assim como as campanhas de defesa dos direitos humanos pela Igreja Católica, ABI e OAB, denunciando, veementemente, a tortura praticada pela polícia a presos comuns e políticos. Não se pode deixar de destacar também que foram os anos da anistia e da extinção do AI-5 (Ato Institucional nº 5),⁸ embora, em anos posteriores, o medo da repressão tenha persistido pela criação de novos mecanismos repressivos, além do crescimento dos movimentos organizados de direita.⁹ Dessa forma, por todos esses e muitos outros fatores políticos, econômicos e sociais, estes anos revelaram uma tensão existente entre a sociedade e aqueles que governavam o país.

Entretanto, para que uma fonte histórica seja viável para a análise de uma sociedade, faz-se necessário observá-la criticamente. A primeira crítica sobre as cartas dos leitores levantou questões acerca da veracidade, autenticidade e confiabilidade do seu teor. Isto porque se tem a meta de extrair das cartas não só os pensamentos e anseios dos missivistas, mas também fatos concretos ocorridos naquela sociedade, pois se as cartas

⁸ A edição do AI-5, de 13/12/1968, decretado durante o governo do general Costa e Silva, serviu para limitar os poderes do legislativo e restabelecer maiores poderes ao presidente da República, que voltava a ter o direito de fechar o Congresso Nacional (proibido pela Constituição de 1967), determinar a censura a toda e qualquer manifestação de pensamento, cassar mandatos e suspender garantias políticas e as prerrogativas da magistratura (que inclusive tornou-se impotente para defender a sociedade do arbítrio), assim como demitir ou aposentar funcionários públicos. Enfim, limitar ou extinguir liberdades democráticas e suspender garantias constitucionais como o direito de *habeas-corpus* para crimes de natureza política. Além disso, ao contrário dos atos anteriores, este não tinha prazo determinado para acabar, o que ocorreu somente em 31/12/1978. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. p. 265; BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 312 e AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999. p. 206.

⁹ Nesse aspecto, temos como exemplo o ataque de bombas às bancas de revista, redações de jornais alternativos, à sede da OAB e ao Riocentro.

fossem inventadas pela redação das revistas estudadas ou tivessem sido manipuladas, elas não serviriam como objeto histórico por não serem confiáveis ao esclarecimento dos pontos propostos. Diante disso, para investigar os questionamentos levantados foi necessário contatar alguns missivistas daquela época, bem como contatar as pessoas envolvidas com esta seção nas referidas revistas. Os procedimentos e os resultados para a comprovação desses aspectos estão expostos no capítulo três desse trabalho.

Ainda em relação à fonte primária utilizada nessa pesquisa, outra dificuldade se fez presente. Não foram encontradas, pelo menos na bibliografia de apoio pesquisada pela autora, quaisquer estudos sobre esta fonte específica: seção *Cartas*. As análises relacionadas ao processo de comunicação através da imprensa e seu papel durante a ditadura, referem-se, apenas, à produção dos textos jornalísticos. Desse modo, do ponto de vista teórico foi preciso construir alguns conceitos, à luz de fundamentos teóricos existentes, que possibilitassem à compreensão dos motivos que levaram os leitores a se pronunciarem através de suas cartas. Portanto, em relação aos conceitos sobre *comunicação, informação e opinião*, eles serão definidos no terceiro capítulo por ali serem mais pertinentes.

Por ora, importa definir os conceitos fundamentais que deram embasamento para esse trabalho: os conceitos de *participação política, cidadania e democracia*. Estes só podem ser compreendidos de forma inter-relacionada. Isto porque, o desejo de participar leva a conscientização do cidadão que, por sua vez, propicia o exercício da cidadania e, por seu lado, a prática da cidadania contribui para o estabelecimento da democracia.

Em relação à *participação política*, Juan Diaz Bordenave destaca algumas premissas básicas para se analisar os objetivos propostos para essa pesquisa. Em primeiro lugar, ele diz que a necessidade de participação política surge “devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e são decididos por poucos”.¹⁰ Em segundo lugar é “[...] inerente à natureza social do homem [desde] os tempos primitivos [...]. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social.”¹¹

Porém, o autor ressalta que a participação política está sujeita a alguns riscos, porque a participação pode ser implantada

¹⁰ DIAZ BORDENAVE, Juan E. *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 12. (Coleção Primeiros Passos, 95).

¹¹ Id., *ibid.*, p. 17.

[...] tanto com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle por alguns.

[já que] do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade.

Do ponto de vista dos planejadores democráticos, a participação garante o controle das autoridades por parte do povo, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção e à malversação de fundos.¹²

Ainda segundo Bordenave, para evitar a corrupção e malversação de fundos, a participação deve ser aprendida na práxis e com qualidade, podendo se elevá-la na medida em que

as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar conseqüências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, **observações de inferências e fatos de julgamentos.**¹³ [grifos do autor].

E também quando a sociedade consegue “[...] detectar tentativas de manipulação, sintomas de dirigismo e de paternalismo; a superar a improvisação, o espontaneísmo e a demagogia; a distinguir a verdadeira participação da simples consulta ao povo”.¹⁴ Desse modo, a sociedade está pronta para participar criticamente. Portanto, estes conceitos permitem estabelecer a participação política da sociedade inserida na seção *Cartas*, quando o leitor expressa sua opinião, sugere soluções aos problemas e cobra ações do governo.

Tal participação demonstra o exercício da cidadania, na medida em que os leitores, nesse momento, estão buscando por seus direitos, ou por eles serem insuficientes (como os direitos políticos e sociais) ou por não existirem ou ainda, estarem limitados às leis de exceção vigentes (como alguns dos direitos civis, *habeas corpus*, por exemplo).

No tocante a *cidadania* é importante analisar o pensamento de José Murilo de Carvalho. Este a concebe como um fenômeno complexo e historicamente definido e afirma que “[...] o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego [assim como] [...] não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais”¹⁵. Aliás, ainda

¹² DIAZ BORDENAVE, Juan E. *O que é participação* p. 12-13.

¹³ Id., *ibid.*, p. 72-73.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 73.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 8-9.

segundo o autor, para se possuir uma cidadania plena é necessário a conjugação dos direitos civis, políticos e sociais.

Mas o que compõem estes direitos que impele a sociedade a lutar por eles? T. A. Marshall, em 1949, distinguiu esses direitos e Carvalho, ao estudar a cidadania no Brasil, os evidenciou como parte crucial para o seu exercício na medida que os *direitos civis* garantem a vida em sociedade por serem

[...] fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de **manifestar o pensamento** [grifo meu], de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos.¹⁶

Já os *direitos políticos*

[...] se referem à **participação do cidadão no governo** [grifo meu] da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado. [...] São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade.¹⁷

Quanto aos *direitos sociais*, Carvalho afirma que eles

[...] garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.¹⁸

Entretanto, ainda segundo o autor, “alguns desses direitos podem existir sem os outros, mas, a ausência de alguns deles, deixam-nos esvaziados de conteúdo servindo mais para justificar governos do que representar cidadãos e seu alcance tende a ser arbitrário”.¹⁹ Pela colocação desses conceitos se compreende a dificuldade, durante o regime militar, ao exercício da cidadania no país, bem como a luta que se processava para conquistá-la.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: ...* p. 9.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 9-10.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 10.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 10.

No contexto da *abertura política* que conduziu a redemocratização do país no período estudado, tomaremos as considerações de Lamounier. Ele faz um retrospecto da *democracia* no país e afirma que há

[...] elementos de uma **tradição** [grifo do autor] liberal-democrática, ao nível da cultura política e de algumas instituições, mas nunca teve uma prática irrestrita da moderna democracia representativa, se considerarmos que esse sistema supõe a ocorrência simultânea de pelo menos três condições: 1) altos níveis de mobilização social [...] 2) partidos de massa, em contraposição a partidos meramente oligárquicos ou de notáveis; 3) a possibilidade de que a alternância no poder entre tais partidos, uma vez determinada por um processo eleitoral legítimo, se processe sem maiores traumas.²⁰

Essas considerações confirmam que no final dos anos setenta, a sociedade brasileira estava longe de ser democrática, visto que a abertura política, controlada pelo presidente Geisel, não permitia as três condições acima especificadas.

Todavia, o processo de abertura em andamento, com o controle do governo pela via eleitoral, não deixou de ser algo singular para a democracia do país.²¹ Além disso, “[...] o governo conservava [...], através de sua maioria parlamentar e dos poderes ilimitados que lhe facultava o Ato Institucional nº 5, um controle praticamente absoluto sobre a agenda das disputas político-institucional.”²²

Outro ponto sobre a questão da participação da sociedade para o desenvolvimento democrático nesse período pode ser demonstrado pelos movimentos civis dos estudantes, religiosos, das associações profissionais, sindicais e sociais. Estes foram importantes, segundo Lamounier, para “[...] ir aos poucos criando constrangimentos não formais, porém eficazes, ao exercício ditatorial do poder.”²³

Em suma, Lamounier conclui que

[...] A análise da abertura brasileira deverá levar em conta, neste sentido, não só a debilidade historicamente sedimentada da sociedade civil frente ao Estado, mas também estes dois traços específicos do processo de abertura: de um lado, o fato de haver-se iniciado pelo caminho eleitoral e sem colocar em xeque os níveis decisórios mais fundamentais; de outro, o evidente declínio da capacidade

²⁰LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge. (Org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 106.

²¹ Id., *ibid.*, p. 126-127.

²² Id., *ibid.*, p. 131.

²³ Id., *ibid.*, p. 131.

organizacional e ideológica do sistema autoritário para moldar ou canalizar estas novas formas de participação.²⁴

Finalmente, para se analisar a manifestação dos cidadãos na imprensa escrita nos anos de 1978 e 1979 através da seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé*, esta monografia abrange duas partes divididas em quatro capítulos. Na primeira parte, procurou-se demonstrar a relação da imprensa escrita em geral e, das revistas analisadas, em particular, com o regime militar no final dos anos setenta e, na segunda parte, o trabalho se fez pela análise específica da fonte principal – a seção *Cartas* – e o que nelas contém.

A primeira parte está subdividida em dois capítulos (1 e 2). O primeiro capítulo dedica-se à importância de se conhecer, sobretudo durante o regime militar, como se processavam as liberdades de pensamento e de imprensa no país, cujas manifestações, opiniões e informações publicadas nos meios de comunicação escrita eram subjugadas pela censura, através de vários órgãos oficiais e leis restritivas, para tentar compreender como os leitores às recebiam e as retornavam para a sociedade. No segundo capítulo, a análise se deteve nas relações das revistas *Veja* e *Istoé* nesse contexto, procurando associar quais foram suas posturas frente ao regime militar e sua contribuição para o processo de redemocratização no país, além de expor o que seus leitores achavam e como se posicionavam diante disso.

A segunda parte é igualmente subdividida em dois capítulos (2 e 3). O terceiro capítulo caracteriza a seção *Cartas* nas suas particularidades – a metodologia empregada para a seleção e análise das cartas, o diagnóstico dos autores, a autenticidade das cartas, os temas abordados, por exemplo – a fim de se verificar quais os motivos que levaram os missivistas a expressarem suas opiniões de forma *direta* e *individual*, inclusive demonstrando a possibilidade de se traçar um contexto histórico do período. E, por fim, no quarto capítulo, procurou-se apreender e demonstrar, através de alguns subtemas mais relevantes para o objetivo geral dessa pesquisa, a *participação ativa* dos leitores no processo de abertura política em andamento.

²⁴ LAMONIER, Bolívar. In: _____; ROUQUIÉ, Alain; SCHVARZER, Jorge. (Org.). *Como renascem as democracias*. p. 140.

PRIMEIRA PARTE

1 A LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE IMPRENSA E SUAS RELAÇÕES COM A CENSURA DURANTE O REGIME MILITAR.

Quando se propõe a analisar a manifestação dos cidadãos através da imprensa escrita, sob os auspícios de um regime autoritário, como foi o caso do Brasil em duas ocasiões – no Estado Novo (1937-1945) e no Regime Militar (1964-1985) – diversos estudos já comprovaram que a informação transmitida à sociedade, especialmente em regimes de arbítrio, é limitada pela censura, tais como Marilena Chauí afirma:

[...] sabemos que nas sociedades não democráticas [...] uma fórmula precisa rege o processo de informação e pode ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar.²⁵

Nesse sentido, primeiramente, faz-se mister conhecer como essa interdição atuava na imprensa e esta, a partir daí, como transmitia as informações aos seus leitores, para assim, tentar verificar como elas eram processadas e retornadas à opinião pública através da seção *Cartas* aos meios de comunicação.

Para proceder tal análise, este capítulo abordará, especificamente, as relações entre a imprensa e a ditadura pós 1964, utilizando as informações obtidas pela leitura de Paolo Marconi, Maria Aparecida de Aquino e Juarez Bahia em suas respectivas obras arroladas na bibliografia deste trabalho. Esses dados permitirão abordar, com mais detalhes, as várias facetas e fases da censura, quais os órgãos de segurança do governo que a utilizaram, bem como o amparo legal criado pelo regime militar para exercê-la de acordo com seus objetivos - qual seja, ocultar ou divulgar notícias e fatos que os ajudassem a legitimar o sistema vigente – além de perceber que a censura variou em maior ou menor grau o seu modo de ação, conforme o período e o canal de informação, a extensão de suas denúncias e a intensidade à sua resistência. Também se colocarão quais os órgãos de divulgação que foram resistentes ou coniventes com ela, assim como os meios empregados para denunciar ou colaborar com o regime.

Porém, antes de se falar sobre como a censura e a imprensa se relacionaram durante o regime militar e, mais especificamente, nos anos de 1978 e 1979, a seguir será exposto, a

²⁵ CHAUI, Marilena. Apud. AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*:... p. 189-190. O detalhamento dos conceitos que envolvem todo o processo de comunicação e informação serão definidos no capítulo três desse trabalho por ali ficarem mais bem colocados.

título de conhecimento, um histórico sobre como a liberdade de imprensa e de opinião foi tratada no país.²⁶

Em diferentes tempos, no Brasil, a imprensa esteve obrigada a conviver com liberdades limitadas para transmitir as informações à sociedade. Durante o período colonial a coroa portuguesa já controlava fortemente estas informações através da censura prévia,²⁷ ainda que não existisse uma imprensa nos moldes atuais, pois os jornais eram produzidos artesanalmente e distribuídos de forma precária. Porém, um pouco antes da Independência, a sociedade²⁸ manifestou o interesse de se obter garantias para a liberdade de expressão, almejando, ainda em março de 1821, a abolição da censura prévia através de um decreto-lei que versava o seguinte: “[...]. Todo cidadão pode [...] sem dependência da censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar”.²⁹ Entretanto, ainda não havia uma legislação específica para a imprensa. Esta aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1824, embora sem corresponder completamente aos desejos dessa sociedade. Depois de outorgada a Carta de 1824, emendas constitucionais sobre a liberdade de imprensa foram elaboradas nos anos de 1826 e 1827 e 1828. Em 1828, particularmente, a emenda constitucional sobre o tema, inserida no Título VII, *Das disposições gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros* estabelecia:

4º - Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contando que hajam de responder pelo abuso que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.³⁰

Da Independência ao Segundo Reinado a censura não afetou muito a liberdade de expressão, porque, nesses períodos, o relacionamento do público com a imprensa é bastante íntimo, direto, quase pessoal, inclusive, a impressão de livros e gazetas se expandiram após a extinção da censura prévia. Dessa forma, todas as tentativas que houve

²⁶ As informações que virão a seguir foram obtidas pela leitura de BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 299-317.

²⁷ A censura prévia será mais bem conceituada no decorrer deste capítulo, mas, basicamente, foi o instrumento de força da censura aplicado pelo Estado.

²⁸ Vamos compreender que esta sociedade não se manifestava diretamente pela imprensa, mas sim através dos jornalistas de então, os quais eram, ao mesmo tempo, o repórter que detectava os anseios da população expressando-as nas notícias publicadas, o editor, o tipógrafo e aquele que distribuía o jornal para seus leitores sem quaisquer intermediários.

²⁹ BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 300-301.

³⁰ Id., *ibid.*, p.302.

para reprimir essa liberdade não tiveram muito efeito, embora houvesse bastante violência contra jornais e jornalistas que ousassem “abusar” do direito da livre manifestação do pensamento.³¹

Aos poucos, no entanto, Bahia aponta que esse relacionamento da opinião pública com os órgãos de imprensa sofreu alterações, afirmando que nos anos 70/80 a relação imprensa/opinião pública “[...] decai, e em consequência, o que se observa é uma alienação crescente do público, com riscos para a liberdade de imprensa”.³²

Observa-se que o relacionamento imprensa/sociedade e a liberdade de imprensa sofreram novo golpe durante a Primeira República, pois vários decretos foram baixados pela administração federal para cercear essa liberdade. Em 1914, por exemplo, por causa da Primeira Guerra Mundial, a censura prévia foi restabelecida e, em 1923, os crimes cometidos pelo jornalismo foram previstos em uma legislação especial, a qual é abrandada pela Revolução de 1930.³³

Logo após de implantada a Revolução, o governo sentiu necessidade de controlar a sociedade e para isto instaurou novamente uma censura, sendo a responsabilidade de execução coordenada pela chefia de Polícia. O chefe, Batista Luzardo, nomeou Plínio Salgado para organizá-la. Este utilizou alguns jornalistas como censores. Durante o Movimento Constitucionalista de 1932, esta censura passou a ser prévia e os censores a exerceram diretamente nas redações dos jornais. Pouco depois, ocorreu a nomeação de Felinto Muller para a Chefia de Polícia e a transferência da censura para o Ministério do Interior e Justiça, além da progressiva incorporação de policiais como censores.³⁴ Entre este período e a implantação do Estado Novo, mais uma vez apareceu uma garantia à liberdade de manifestação, desta vez mais ampliada e melhor definida na Constituição de 1934 no artigo 113, cap. II, *Dos direitos e das garantias individuais*,

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social.³⁵

³¹ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 301-302.

³² Id., *ibid.*, p. 301.

³³ Id., *ibid.*, p. 303.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 299-300 (notas de rodapé).

³⁵ Id., *ibid.*, p. 303.



Todavia, com o advento do Estado Novo, a censura começou a se impor mais continuamente e com maior rigor. Sobretudo depois de 1939, quando o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – assumiu a prerrogativa de exercer, em âmbito nacional, a censura conhecida como “regime de rolha”³⁶, controlando o noticiário da Agência Nacional (do próprio governo), determinando o horário de saída dos vespertinos, dando o tom moral aos jornais na cobertura de grandes acontecimentos e outros assuntos de menor importância.

Nesse momento, a sociedade brasileira estava em processo de urbanização, cujas camadas médias e populares estabelecidas nas cidades conquistavam maior participação na vida política, econômica e social, principalmente pela introdução de um movimento operário, com forte tendência para o anarquismo, havendo, inclusive, muitos jornais que divulgavam esse ideal. Além disso, já havia no país a existência de grandes empresas jornalísticas, bem como o uso do rádio.

Sob este aspecto, controlar as informações transmitidas a esta sociedade era imperioso para legitimar a autoridade de Getúlio Vargas; e a imprensa, escrita ou falada, era o melhor canal para divulgar suas idéias e conquistar o apoio da população. Nesse particular, a propaganda política produzida pelo DIP foi vitoriosa. Segundo Bahia, a maioria da Imprensa, escrita e falada, adaptou-se e aceitou sua tutela sem maiores alterações; até porque as verbas do Estado Novo destinadas à propaganda política engordaram as receitas dessa imprensa, exceto em alguns poucos jornais resistentes e uma imprensa ideológica que sobreviveu na clandestinidade por pregarem a redemocratização no país. Estes sofreram suspensões, ocupações, fechamento e até desapropriações. Como exemplo dessa oposição, pode-se citar *O Estado de São Paulo* da família Mesquita, o qual foi desapropriado pelo governo em 1940 e só resgatado pelos seus proprietários em 1945, embora tivesse sido sempre de natureza conservadora.³⁷

Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, a nação ansiava por democracia e a imprensa readquiriu a sua plena liberdade, garantida, outra vez, pela Constituição de 1946, conforme expresso no capítulo II *dos direitos e garantias individuais*, artigo 141, § 5º:

É livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É

³⁶ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*:... p. 299.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 304-309.

assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem pública e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.³⁸

Entretanto, como das vezes anteriores, os governos que se sucederam no período de 1946 a 1964, procuraram limitar esta garantia. Assim, criaram a Lei de Imprensa, através do decreto nº 2083 de 12 de novembro de 1953, na qual os delitos de jornalismo tiveram uma situação especial, sendo incorporados alguns dispositivos do Código Penal.³⁹ Apesar das falhas, esta lei exprimia o pensamento do legislador constituinte que era o de afirmação das conquistas democráticas na relação do Estado com a sociedade. Mas, em 1956, o poder público tentou reformar a legislação concernente à imprensa. Lançou então um “[...] anteprojeto que contém dispositivos drásticos e que lembra os decretos da ditadura, incluindo a Justiça Militar entre os tribunais julgadores e dando a Polícia à função de órgão judicante”.⁴⁰ A sociedade se manifestou e este anteprojeto foi arquivado, mantendo a Lei de Imprensa sem alterações. Somente durante o regime militar, com o Ato Institucional nº 2 – AI-2⁴¹ esta Lei foi modificada e, com o AI-5 se expandiram ainda mais às restrições às liberdades de expressão no país.

Aliás, durante o período militar, sobretudo a partir de 1968, o Brasil assistiu sua liberdade de expressão ser restringida de uma forma altamente profissional. Nesse período, como enfatizam várias análises, os mecanismos criados pelos sucessivos governos militares controlaram não só a Imprensa, mas também praticamente todas as manifestações da sociedade que surgiam para o restabelecimento dos princípios democráticos. E a censura, de modo geral, conforme Bahia expõe, tinha por propósito:

[...] disciplinar a influência dos meios de comunicação; conter o que denominava excessos da opinião; proteger a tortura; represar a desobediência civil que identificava no papel tradicional da oposição política; restringir a ação dos

³⁸ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*:... p. 311-312.

³⁹ NOBRE, Freitas, apud BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 312.

⁴⁰ BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 312 (notas de rodapé).

⁴¹ “O AI-2, de 27 de outubro de 1965, baixado pelo general Castelo Branco, estabeleceu as eleições para presidente e vice-presidente da República por eleições indiretas, através da maioria absoluta do Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e criou o bipartidarismo e também deu poderes ao presidente para baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional. Nesse sentido, faculta ao presidente da República, alterar itens constitucionais, cassar mandatos, suspender direitos políticos, violar a liberdade de imprensa e, sobretudo no seu artigo 16, impede aos cassados – entre outras atividades, “a manifestação sobre assuntos de natureza política”. Id., *ibid*, p. 312; FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. p. 262.

partidos; dirigir a sucessão presidencial; esconder os escândalos administrativos, econômicos e políticos.⁴²

Assim, de forma consciente, o regime militar encorajava a “passividade e a desmobilização política e teve bastante êxito em manter este efeito por um longo período [porque] a repressão sobre os movimentos populares resultou no temor da contestação à autoridade e hierarquia”.⁴³

Este tipo de análise, juntamente com a idéia exposta anteriormente por Juarez Bahia que a opinião pública tornou-se alienada em seu relacionamento com a imprensa nos anos 70/80, reforça o pensamento geral da passividade da sociedade brasileira em contestar à ditadura. Por este motivo, é de suma pertinência conhecer como se processou a atuação do governo militar através da censura sobre a Imprensa, notadamente a escrita, para ser possível compreender como e também porque, os cidadãos se manifestaram através da seção *Cartas* das revistas *Veja* e *IstoÉ*.

Primeiramente, é necessário apontar que a censura aplicada durante todo o período de ditadura no país não fora homogênea em razão da própria heterogeneidade dos militares no poder. Nesse sentido, ocorria diferenças de posicionamentos entre os governos exercidos pelos militares da “linha dura”⁴⁴ e pelos militares da “linha de Sorbonne”⁴⁵ ou “castelistas” (Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo) apontadas no trabalho de Aquino. Esta diferença é destacada aqui para corroborar esse aspecto aleatório da censura, a qual se manifestava com maior ou menor rigor, conforme os objetivos de cada governo militar. Assim, segundo Aquino, os primeiros “[...] se interessavam em ocultar da população todas as expressões de repressão política, entre as quais a existência da própria censura. Desejavam mostrar a imagem de um Estado harmonioso, livre de conflitos de classes, apagando todas as críticas ao regime nesse sentido”⁴⁶. Já os segundos queriam

⁴² BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 334.

⁴³ VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paolo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Braziliense, 1987. p. 134-135.

⁴⁴ Segundo Aquino, a ala dos militares da “linha dura” predominou durante o governo do presidente Emílio G. Médice e manteve grande influência em parte do governo do presidente Ernesto Geisel, sendo que eles não aceitavam a devolução das liberdades democráticas e pregavam a continuidade do regime com toda sua carga repressiva, sem que fossem feitas concessões à sociedade civil. AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 249.

⁴⁵ Ainda segundo Aquino, esses militares acreditavam no restabelecimento da democracia, assim como a devolução do Executivo à sociedade civil, de modo lento, gradual e seguro. Temiam somente pelos rumos da economia, visto que era cada vez mais evidente a falência do “milagre brasileiro”. Id., *ibid.*, p. 249.

⁴⁶ Id., *ibid.*, 249.

[...] ocultar a miserabilidade da maioria da população brasileira, fruto de um modelo econômico que transparece como acirrador da desigualdade social e responsável pela destruição do parque industrial nacional, mergulhando a economia num incontrolado processo de desnacionalização e na corrupção desenfreada.⁴⁷

Assim, com o objetivo de isolar as massas do mundo real e de criar um mundo imaginário onde reina a tranqüilidade, o regime militar, como um todo, criou vários órgãos responsáveis pela segurança do sistema imposto após 1964, não só para a Imprensa, mas também para toda a sociedade. Segundo Marconi, cada Arma teve um órgão de informação específico: CENIMAR – Centro de Informação da Marinha; CIE – Centro de Informações do Exército e CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Ainda sob o controle das forças armadas, sobretudo do Exército, estavam os serviços de informação das Polícias Militares Estaduais, a Polícia Federal (encarregada de executar a censura política das informações à imprensa e preservar a moral e os bons costumes), as Secretarias de Segurança Pública e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS).

Na teoria, esses órgãos deveriam prestar assessoria ao governo para preservar a segurança nacional, mas agiram largamente como órgãos de repressão política. Especialmente o DOI-CODI – Departamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna – um órgão composto por elementos de cada um das organizações citadas anteriormente e sua função era executar as ações repressivas armadas que se julgassem necessárias.⁴⁸

Para controlar as outras áreas que compunham o governo, tais como os ministérios civis, as secretarias estaduais e municipais, as autarquias e as sociedades de economia mista, a matriz de todos os órgãos de informações era o SNI – Serviço Nacional de Informações idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva ainda no governo de Castelo Branco. Sob sua coordenação, estavam a Escola Nacional de Informações (encarregada de formar os agentes da repressão), a Agência Central e as DSI - Divisões de Segurança e Informação que atuavam nos órgãos acima especificados. Todos esses órgãos de segurança influenciavam nas contratações ou demissões de funcionários públicos, no credenciamento de jornalistas que cobriam as notícias do governo, além de escutarem conversas telefônicas, violarem correspondências e manterem um serviço de contra-espionagem.⁴⁹

⁴⁷ AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário: ...* p. 249.

⁴⁸ MARCONI, Paolo. *A Censura política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. p. 28.

⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. 30-32.

Quanto aos dispositivos legais criados para restringir, especificamente, o trabalho dos jornalistas destacava-se a Lei de Imprensa nº 2083, alterada pelo AI-2, conforme já observado, e a rigorosa LSN – Lei de Segurança Nacional baixada através do Decreto-Lei nº 898 de 28 de setembro de 1969 pela Junta Militar com vigência até dezembro de 1978, sendo substituída por outra LSN, na qual apenas algumas penas foram abrandadas ou, para a imprensa, outras penas aumentaram. A primeira LSN garantia a ampliação dos poderes atribuídos ao Ministro da Justiça, o qual podia determinar a apreensão, suspensão, impressão e circulação, distribuição e venda, ou até o cancelamento do registro do jornal, periódico, livro ou qualquer outro impresso, bem como infringir penalidades às emissoras de rádio e televisão⁵⁰. Além disso, a LSN, no seu artigo 16, ainda previa

[...] a detenção de até um ano para o jornalista que “divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas”. Se essa divulgação “provocar perturbação da ordem pública ou expuser o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil”, a pena aumentaria para cinco anos.⁵¹

Houve muitas manifestações contra essa Lei feitas pela Associação Brasileira de Imprensa – ABI, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Sociedade Interamericana de Imprensa e outras representações nacionais e estrangeiras.⁵²

Entretanto, o que mais restringiu a liberdade de informação durante a ditadura, sobretudo para a imprensa, foi o AI-5. Este, a partir de sua edição em 1968 até a sua extinção em 1978, foi o instrumento mais poderoso, porque impôs, entre outras medidas, “total controle dos meios de comunicação de massa, sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, livro, cinema, teatro, música, disco e todas as formas de expressão do pensamento à censura prévia”.⁵³

As conseqüências do AI-5 para a imprensa permitiram à invasão, depredação ou até o fechamento de jornais pelos agentes dos órgãos responsáveis pela Segurança Nacional, além de vários diretores de redação e jornalistas terem suas casas invadidas, serem presos ou notificados a prestar depoimentos. Estas ações levaram muitos jornalistas e órgãos da imprensa a resistirem a esse arbítrio. E, ao longo do tempo, muitas foram as táticas

⁵⁰ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 34.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 33-34.

⁵² BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 335.

⁵³ Id., *ibid.*, p. 313.

utilizadas para denunciar a censura ou rompê-la, com o fim de noticiar o que estava acontecendo no país.

Para denunciar a censura nas matérias ou parte delas foram adotados alguns subterfúgios. Por exemplo, *O Jornal do Brasil* publicava poesias de Luiz de Camões; o *Jornal da Tarde* publicava receitas culinárias (que nunca davam certo); a revista *Veja* inseria figuras de anjos ou demônios e depois, o logotipo da Abril e, a maioria dos jornais alternativos simplesmente deixavam o espaço todo em branco. A constância dessas ações levava os leitores a compreenderem que aquele espaço fora censurado.⁵⁴

Em relação à transmissão dos fatos para a sociedade que ocorriam no país, a manobra mais comum era o uso de metáforas; outra era o uso da chamada pirâmide invertida – ou seja, o fato que contextualizava a notícia aparecia no último parágrafo. No espaço destinado às notícias internacionais, os jornalistas denunciavam e condenavam as atrocidades, a censura e os desmandos do ditador de outras partes do mundo na esperança de que o leitor fosse capaz de relacionar com a ditadura brasileira. Havia ainda a publicação, *ipsis literis*, das entrevistas com as autoridades brasileiras, por mais radical que fossem, para criar um efeito de indignação por parte do leitor. Mas, este recurso só atingiria aquele leitor crítico e consciente da realidade brasileira.⁵⁵

Entretanto, essa resistência da imprensa não passava despercebida pela censura. Quando notavam que as proibições não eram atendidas, outros mecanismos entravam em ação. Um deles, muito utilizado, foi o controle econômico ou administrativo. Estes se processavam através de represálias contra os meios de comunicação, a fim de manter uma dependência aos propósitos do governo. A pressão, então, dava-se na maior ou menor dificuldade de conceder empréstimos, facilidades na liberação da tecnologia e máquinas importadas para ampliação ou manutenção de seus equipamentos vitais; na cedência ou não da publicidade oficial ou na pressão sobre anunciantes privados; concessão ou não dos canais de rádio e televisão ou ainda nas manobras usadas para produzir a asfixia financeira. Aliás, esta, mais tarde, foi novamente empregada para a imprensa alternativa ou naquelas que ainda se mantinham independentes do governo. Dos jornais resistentes nos primeiros tempos, *O Correio da Manhã* foi o que sofreu maior repressão, desaparecendo de circulação, sobretudo devido à asfixia financeira em 1974.⁵⁶ Outros foram vítimas de

⁵⁴ ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EDUFF, Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 72-73.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 39; 66-69.

⁵⁶ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: ...* p. 333.

violências, inclusive ataques de bombas por grupos terroristas de direita, sendo que a polícia nada apurava. Enfim, as restrições às liberdades de informação atingiram grandes, médios e pequenos veículos de comunicação que ousaram desafiar a censura.⁵⁷

Notadamente para a chamada Imprensa Alternativa ou “nanica” (pequenos jornais, semanários ou mensários, revistas políticas ou de humor), não houve nenhuma tolerância, pois eram consideradas pelo regime como focos de propaganda subversiva ou força auxiliar do terrorismo. Essa imprensa, durante a ditadura, foi o maior exemplo de oposição aos governos militares porque alimentou a resistência da sociedade brasileira, em virtude de sua constante conduta de contestação, insubmissão, marginalidade e independência.⁵⁸

Outros instrumentos foram criados no governo Médice ainda com o intuito de controlar a imprensa e, por tabela, a sociedade. Um deles, o Decreto-Lei 1077, sob a inspiração do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, instituiu “legalmente” a censura prévia e, em setembro de 1970, as Normas Doutrinárias da Censura Federal, onde continham as regras que orientavam os censores, cuja obrigação primária era “[...] proibir tudo que atentava contra a segurança nacional e o sistema democrático representativo”⁵⁹ – além da moral e dos bons costumes. Era uma espécie de legislação censória que diziam o que podiam ou não ser levados ao público. Esse manual também era entregue aos responsáveis dos órgãos de comunicação que optaram pela autocensura, sobretudo as rádios e TVs. Estas, inclusive, assinaram um protocolo de recebimento deste manual na Polícia Federal com vigência a partir de outubro de 1970. Foram os signatários deste documento: o diretor da Polícia Federal – general Demócrito Soares, o diretor do Serviço de Censura – Wilson Aguiar e os diretores da Rede Globo de Televisão, Rede Associada de Televisão, Rede de Emissoras Independentes, TV Bandeirantes, TV Cultura e Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa. A partir daí, a censura se impôs com muito mais rigor e maior período nesses veículos de divulgação, apesar de que em substância, a censura imposta não diferia dos jornais e revistas. A última vez que ocorreu censura nas rádios e TVs foi em 1984, ocasião da votação da Emenda Dante de Oliveira que previa eleições diretas, mas acabou sendo rejeitada pelo Congresso Nacional.⁶⁰

⁵⁷ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 313-314.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 312-314. É importante apontar também que o total dessa imprensa “nanica” respondia por uma circulação nacional calculada em cerca de 350 mil exemplares.

⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 329.

⁶⁰ Id., *ibid.*, p.330-332. A ordem emitida às televisões, nessa ocasião, pelo general Newton Cruz, foi proibir a geração de imagens de Brasília para o restante do país.

Tendo sido assim, estruturada e legalizada a censura no país, ela se manifestou de algumas formas. O interesse primeiro dos governos militares era restringir a liberdade de informação, não só para a imprensa em geral, mas para toda a sociedade⁶¹, mesmo para aquela parcela que não era atingida diretamente pelas notícias, fosse por desinteresse ou adesão ao regime, somente liberando a divulgação de notícias que servissem aos propósitos do Estado. Sobre isto, Aquino afirma que o regime político instaurado pós-64

[...] mostrou que durante todo o tempo foram utilizados mecanismos para impedir a participação e a representação dos cidadãos no nível institucional. Acentuou-se à divisão social do trabalho, através da acelerada concentração de renda e do privilégio concedido aos grandes grupos nacionais e estrangeiros. Buscou-se mascarar a alteridade social, criando-se uma imagem de sociedade harmônica, livre de conflitos.⁶²

Mas também, segundo Abreu, isto só foi possível porque os meios de comunicação, direta ou indiretamente, acabaram desempenhando o papel de aparelho ideológico do Estado na medida que

os discursos produzidos pela imprensa neste período ajudaram a criar um clima de aparente normalidade no país, despolitizando a população e desestimulando reações de grupos organizados. Poucas vezes, os textos insinuavam algum questionamento sobre as afirmações das autoridades.⁶³

Portanto, essa “aparência” de normalidade no país percebida pela sociedade foi obtida também pela ajuda da Imprensa e através de várias *formas* de censura. Aquino define as estas formas de censura à imprensa da seguinte maneira: **a censura empresarial** é fruto de pressões econômicas, os quais a grande imprensa acaba por ceder, em virtude de grande parte de suas receitas financeiras se originarem das verbas governamentais através de anúncios de seus órgãos e empresas estatais; facilidades em empréstimos e/ou na liberação de tecnologia e máquinas para a ampliação de suas empresas, entre outros. Esta independe do contexto histórico porque é inerente a estrutura de uma grande empresa capitalista.⁶⁴

⁶¹ Em MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*, p. 56, ele diz que no Brasil, a censura política era sorrateira, escondida e diferente da Espanha e Portugal, já que lá todos sabiam da existência da censura. Aqui, a população pensava que somente havia a censura relacionada aos espetáculos e programas de lazer para defender a moral e os bons costumes.

⁶² AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 209.

⁶³ ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*: ... p. 140.

⁶⁴ AQUINO, Maria A. de. *Op. cit.*, p. 222.

Em relação à **censura política**, a autora diz que esta vigora em um momento histórico determinado, atuando de forma externa em relação às redações e é exercida pelo Estado determinando o que pode ou não ser divulgado. Entre 1968 a 1978, esta censura agiu de duas formas: “através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhados às redações dos jornais, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação [autocensura], ou através da censura prévia”.⁶⁵

A **autocensura** é a completa subordinação da imprensa ao arbítrio do Estado, conseguida através da pressão econômica exercida pelo governo ou pela simples adesão dos proprietários ao regime. É uma das formas de censura que arrisca, de forma mais grave, a liberdade de pensamento, porque o papel censório transfere-se da ação do Estado para as mãos dos proprietários ou da direção dos órgãos de comunicação, na medida que são eles que dizem aos seus repórteres o que deve ou não ser divulgado. Esta ação se processa através da supressão ou eufemização de palavras comprometedoras, da pregação do conformismo ou a defesa de projetos do governo contrários aos interesses da maioria, geralmente expressos em seus editoriais. Hélio Fernandes, jornalista e proprietário da *Tribuna da Imprensa*, afirma que no Brasil, durante o regime militar, houve muito mais autocensura do que censura prévia.⁶⁶ E, para corroborar esta opinião, é interessante transcrever a resposta de João Batista Figueiredo, que apareceu publicada no *Jornal do Brasil* em 17/10/1978, p. 4, quando discutia com vários jornalistas sobre como estava a liberdade de imprensa no país: “Vocês podem publicar tudo o que escrevem? Os donos dos seus jornais aceitam tudo o que vocês escrevem? Então essa liberdade deve começar dentro dos próprios jornais”.⁶⁷

Já, para Bahia, a autocensura dispensa o arbítrio e facilita o exercício da censura que interessa ao Estado, pois é melhor depositar a confiança naqueles veículos de informação ocasionalmente dispensados do controle, pois são mais eficientes, que naqueles veículos submetidos ao controle constante. A autocensura só subsiste porque há uma adesão a àqueles que exercem a coerção.⁶⁸

Quanto à **censura prévia** foi o maior recurso repressivo do Estado em relação à Imprensa e, no princípio, atingindo a todos que desobedecessem as ordens de proibição.

⁶⁵ AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 222.

⁶⁶ Id., *ibid.*, p. 222-223.

⁶⁷ FIGUEIREDO, João Batista de, apud MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*, p. 137.

⁶⁸ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p.329.

Depois, conforme explicitado por Bahia, ela deixou de ser uniforme e normativa, passando a ser subjetiva e aleatória, pois alguns temas eram proibidos em alguns meios de comunicação e permitido em outros e “[...] para exercê-la, os censores costumam [sic] atrasar edições, suprimir páginas, perturbar a rotina de produção industrial, desmontar esquemas de distribuição ou simplesmente apreender tiragens completas ou parte delas”.⁶⁹

Ela se processava de duas formas: a primeira por meio dos censores instalados na redação dos periódicos, sendo que estes, após a preparação de todas as matérias, realizavam a leitura, selecionando e cortando aquilo que, segundo as instruções recebidas pela superintendência da Polícia Federal, não poderia ser noticiado. Este tipo de censura prévia esteve presente no *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Veja* (em alguns momentos) dentre outros. A segunda maneira de atuação da censura prévia era o envio das matérias, pelos órgãos de comunicação, para as delegacias da Polícia Federal, para as casas dos censores ou, como a mais severa punição, para Brasília. Esta forma de censura, para ser exequível, exigia uma data pré-fixada para os censores examinarem todo o material e que, após a leitura e cortes, este material era devolvido para a publicação. Esta forma prejudicava bastante o periódico porque apressava o fechamento das matérias, desatualizando as notícias e correndo o risco de eventuais atrasos e consideráveis prejuízos, além de seccionar o contato e eventuais acordos entre os censores e os responsáveis pelas matérias produzidas.⁷⁰

Paolo Marconi explicita melhor o processo da censura prévia na imprensa:

Os órgãos de comunicação que ousaram se rebelar contra as vergonhosas proibições escritas e telefônicas tiveram de suportar, por longo tempo, a indesejável presença de policiais censores, a lerem, nas redações ou oficinas gráficas, todos os originais produzidos pelos jornalistas. Ou então se sujeitar a enviar para as sedes da Polícia Federal no Rio de Janeiro, São Paulo ou até mesmo Brasília, às suas custas, as matérias, para que fossem julgadas por misteriosos juizes, suficientemente autônomos para determinar o que mais de 100 milhões de brasileiros poderiam ou não tomar conhecimento.⁷¹

Neste ponto, são importantes algumas considerações em relação àqueles que executavam a censura: **os censores**.⁷² Entre outubro de 1968 até maio de 1969, eles eram oficiais do Exército que vetavam notícias vinculadas a atos subversivos, divisão das forças

⁶⁹ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 337.

⁷⁰ AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 224-225.

⁷¹ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*, p. 61.

⁷² As considerações sobre os censores explanadas a seguir estão abordadas nas obras de Marconi, Aquino e Bahia citadas acima.

armadas e sobre a administração do Estado. Depois o controle passou para o Ministério da Justiça, que atuava por intermédio da Polícia Federal em Brasília e nas suas superintendências regionais. Nesse momento, Aquino, baseada nas afirmações de Hélio Fernandes, diz que a censura passou a servir a interesses desvinculados da nação, acobertando o ilícito endividamento externo e o acelerado processo de desnacionalização da economia⁷³, casos de corrupção, inflação, assassinatos e torturas políticas, as violentas repressões policiais estendida também a presos comuns, epidemias e outros temas mais escusos e até particulares, os quais de, alguma maneira, envolvessem qualquer militar, policial ou autoridade, na ativa ou não.⁷⁴

Em termos de competência técnica, Mino Carta, diretor de redação da *Revista Veja* na época, em depoimento fornecido a Marconi diferencia os censores militares dos censores da Polícia Federal:

Era gente do II Exército, de capitão para cima, [...]. De um modo geral, esses militares [...] eram muito melhores que a Polícia Federal. O salto depois foi trágico porque os militares, em primeiro lugar, eram muito bem educados. Segundo, não eram arrogantes [...]. Terceiro, nunca eram agressivos, impositivos.[...] ⁷⁵

Como se pôde notar, o caráter censitário era aleatório, porque atuava de acordo com a conveniência do regime e até mesmo da personalidade do censor. Outra observação pertinente, diz respeito aos momentos de repressão mais dura, pois, qualquer pessoa (políticos, policiais municipais ou estaduais, por exemplo) que tivesse um mínimo de autoridade acabava por exercer a censura quando lhe conviesse.

Gradativamente, a censura prévia foi sendo retirada de alguns órgãos de divulgação, na medida em que o respeito às proibições eram acatados, ou através de acordos com os proprietários, que incluía, muitas vezes, a demissão daqueles jornalistas que mais incomodavam o regime. E estes, a partir de então, dificilmente conseguiam trabalhar em sua área. Por outro lado, ela se manteve na imprensa resistente, como por exemplo, a *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* e *Movimento* até junho de 1978. Também agiu nas revistas e semanários que atentassem contra a moral e os bons costumes: *Status*, *Homem* (hoje *Playboy*), *Ele e Ela*, *Nova*, *Pais & Filhos*, entre outras.⁷⁶

⁷³ AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário: ...* p. 228.

⁷⁴ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 51- 62.

⁷⁵ CARTA, Mino. Depoimento apud MARCONI, Paolo. Op. cit., p. 86-87.

⁷⁶ MARCONI, Paolo. Op. cit., p. 61.

Sobre a aplicação da censura pelo Estado durante o regime militar, os autores, Bahia, Marconi e Aquino, enumeram algumas *fases*. De 1964 a 1968 houve ações repressivas contra a imprensa e os jornalistas. Pode-se citar o exemplo do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna de Imprensa* que foi preso e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. A partir de 1968, com a instalação do AI-5 e da censura prévia as restrições se acirraram e, até 1975, ela possuía um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos, cujo procedimento se resumia ao envio de bilhetes⁷⁷ e telefonemas às redações.

Entretanto, de 1972 para frente, a radicalização da censura se acentua quando muitos jornais e revistas passam a ter censores em suas redações ou, pior ainda, o despacho de todo o material para a Polícia Federal em suas superintendências regionais ou para Brasília. Também se expandiram os temas que não deveriam ser divulgados.

O processo de distensão política à imprensa começou em 1975. Naquele momento, a censura passou a ser mais restritiva e seletiva. Lentamente foi se retirando dos meios de comunicação, em especial, a grande imprensa, bem como diminuíram de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetinhos. Nessa fase, o governo precisava angariar mais apoio da sociedade civil, inclusive para minimizar o poder dos militares da “linha dura”, a fim de proceder com a abertura *lenta, gradual e segura* que se iniciava, precisando da imprensa “amiga” para a obtenção do apoio da sociedade. Ao mesmo tempo, a censura à imprensa alternativa e aos mais resistentes se exacerbava, haja vista alguns terem sucumbido completamente às ações censórias, não possuindo alternativa senão o fechamento, como é o caso do semanário *Opinião*.

Em relação ao exercício do jornalismo durante todo o regime militar, este era também dificultado, tanto para o órgão de comunicação quanto para seus jornalistas. A coleta de informações, sobretudo nos órgãos da administração oficial, era muito difícil de se obter. Normalmente recebiam somente o que o governo queria ver divulgado. Todas as tentativas para apurar maiores esclarecimentos, as quais só poderiam ser conseguidas através das fontes em *off-record* (sem identificação da fonte, porque os funcionários eram

⁷⁷ Estes bilhetes, enviados por telex ou entregues pelos policiais da Polícia Federal, foram agrupados e arquivados por alguns órgãos da imprensa. O jornalista Alberto Dines do *Jornal do Brasil* instituiu como o Livro Negro da censura. Nele estão além dos bilhetes, telex, decretos, portarias, resoluções, éditos, procedentes dos censores e, na maioria sem assinatura, onde estão os temas que deveriam ser proibidos. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 320; ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*: ... p. 44 e ainda há alguns deste material, bem como depoimentos de jornalistas censurados impressos no livro de MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. (apêndice) a partir da p. 163.

proibidos de conceder entrevistas) geralmente provocavam a cassação de suas credenciais, a qual sem ela, era impossível trabalhar. Mesmo assim, este foi um dos recursos que se generalizou entre os repórteres nesse período para tentar driblar as dificuldades existentes à apuração dos fatos reais.

Desse período em diante, a Imprensa, basicamente, assumiu duas posições opostas em relação ao poder da censura. As que se posicionaram resistentes ao arbítrio teve poucos adeptos. A grande maioria sucumbiu diante das ameaças, sobretudo a grande imprensa que cedeu às pressões econômicas, administrativas ou operacionais impostas a ela pelo regime. Dentre as que se adaptaram, praticamente desde o início do regime, pode-se citar o *Jornal do Brasil*. Outros como a revista *Veja*, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* sofreram censura prévia até que seus proprietários entrassem em acordo com as autoridades, submetendo-se a autocensura ou afastando os jornalistas de seus quadros, os quais eram considerados indesejáveis pelo regime. Alguns dos periódicos mais resistentes deixaram de circular, definitivamente, em virtude das pressões exercidas: *Correio da Manhã*, *Opinião*, *Politika*, *Argumento*, *Revista Debate & Crítica*.⁷⁸ Outros resistiram, como a *Tribuna da Imprensa* que esteve submetida à censura prévia, ininterruptamente, por quase 10 anos; *O São Paulo* (semanário da Arquidiocese Paulista dirigido por Dom Paulo Evaristo Arns) e *Movimento* que já nasceu sob censura e muitos de seus integrantes eram oriundos do extinto semanário *Opinião*.⁷⁹

Por fim, a partir de junho de 1978, a censura prévia à imprensa escrita terminou nos três últimos veículos de informação até então subjugados: *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*. O governo agiu assim, porque o processo de abertura política já se encontrava controlado e se processava, na sociedade civil, uma política de consenso e conciliação entre a sociedade e o Estado. Entretanto, as liberdades de expressão não foram totalmente restabelecidas. Primeiro, porque a Lei de Imprensa e o Decreto 1077 se mantiveram, além da nova Lei de Segurança Nacional; segundo, em virtude da propagação da prática de autocensura instalada na grande imprensa e terceiro, pelo emprego de outros meios de repressão de forma indireta como, por exemplo, o controle econômico ou administrativo e, em alguns casos, sobretudo nas TVs e rádios, a tentativa de retornar às

⁷⁸ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 61.

⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 60-84.

proibições por telefone nos moldes praticados anteriormente, embora esta imprensa ainda recebesse, constantemente, uma lista com os assuntos que não deveriam ser divulgados.⁸⁰

Para a imprensa, sobretudo a “nanica”, que continuava ainda resistente, após o fim da censura prévia em 1978, o governo praticou outros métodos: prisões arbitrárias e abertura de inquéritos policiais para aqueles diretores ou jornalistas que publicavam matérias que desagradassem o regime nesse período; pressões frente aos anunciantes privados, além de devassas contábeis e fiscais provocadas pela auditoria sistemática de órgãos do governo, como o INSS e a Receita Federal, sendo que esta poderia cassar o registro de funcionamento do órgão de imprensa, além de vistorias pela Polícia Federal,⁸¹ o que acabava por imputar prejuízos à receita e, por conseguinte, a estrangulação financeira do periódico. Outro fato que agravava os rendimentos dessa imprensa era a interrupção de vendas de seus exemplares, de onde provinha sua maior arrecadação, pelos donos das bancas de jornal, receosos pelos ataques de bombas, espancamentos e invasões a eles imputados pelo terrorismo da direita.

As invasões, espancamentos e violência física, além dos ataques à bomba não se limitaram somente às redações dessa imprensa e bancas de revistas, mas também àqueles órgãos que defendiam a redemocratização como a OAB e ABI ou a seus representantes, inclusive, depois do fim da censura prévia, esta forma de repressão aumentou. Assim como, a repressão se estendia também aos familiares⁸² recebendo ameaças, espancamentos, demissões e/ou perseguições em seus empregos. Também sofriam perseguições alguns intelectuais e políticos de oposição, radialistas, trabalhadores e líderes sindicais. Os responsáveis por essas agressões eram elementos da Polícia Federal, mas também delegados de polícia, sobretudo das cidades do interior e terroristas de direita, agrupados

⁸⁰ Ver em anexo 1.1, p. 101-2 uma parte dessa lista de proibições. Em relação a ordens emitidas por telefone, um exemplo foi em 1986, perto da greve geral marcada para 12 de dezembro do mesmo ano. O Dentel – Departamento do Ministério das Comunicações, responsável pelo controle das rádios e TVs, usou de telefonemas ameaçadores, tentando que não se noticiasse à greve. No entanto, o fato foi amplamente denunciado e noticiado e não houve qualquer retaliação por causa dos inúmeros protestos gerados pela sociedade em geral. Antonio Carlos Magalhães, então ministro das Comunicações foi a público dizer que não fora uma ordem, mas somente um apelo. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 317.

⁸¹ Essas formas de pressão estavam contidas em um documento elaborado pelo CIE – Centro de Informações do Exército em 1978 e foram encontradas em 1979, sendo imediatamente publicadas pela imprensa escrita. BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 351-352 (notas de rodapé).

⁸² Sobre as ameaças que recebiam os jornalistas e seus familiares, observa-se um exemplo dado por Mino Carta. Ele fala a respeito de uma reportagem publicada pela revista *Veja* em 1974 a respeito de Leonel Brizola: “Publicada a reportagem, recebemos advertências e admoestações sem conta, fardadas e à paisana. Houve quem me telefonasse propondo, a bem de minha saúde, que por algum tempo deixasse de pousar na minha residência”. CARTA, Mino. *Istoé*, nº 134, 18/07/79. Política, p. 3. Ler também a entrevista de Mino Carta a respeito de seus familiares, anexo 3.1, p. 124.

nas organizações como a ACB – Ação Anticomunista Brasileira; Frente Anticomunista; Movimento Anticomunista e CCC – Comando de Caça aos Comunistas, por exemplo.⁸³

Em síntese, nos anos de 1978 e 1979, as relações do governo com a imprensa eram diversificadas, não-aleatórias e multifacetadas. Em 1978, a censura prévia não existia mais; os bilhetinhos e telefonemas haviam acabado desde 1976 para a maioria da grande imprensa. Contudo, a censura foi mantida para as emissoras de rádio e TVs até 1984, apesar de, nos anos de 1976 e 1977, terem se iniciado as grandes mobilizações estudantis, o renascimento da luta sindical e a reorganização dos intelectuais por intermédio da ação da SBPC, da ABI e da OAB, aliados à atuação da Igreja Católica.⁸⁴ Esses movimentos da chamada sociedade civil foram importantes porque ajudaram no processo de redemocratização na medida em que expunham suas reivindicações.

Entretanto, no quesito sobre o relacionamento da imprensa, a censura e a opinião pública, esta acreditava que a censura havia terminado definitivamente nesse período, a não ser a que dizia respeito a moral e aos bons costumes. Inclusive, “a imprensa só pode registrar com liberdade fatos dos anos 60 e 70 a partir de fins de 1979”.⁸⁵ Isto porque as leis continuavam ainda muito duras, permaneciam às dificuldades de se obter informações confiáveis e se expandiam as outras formas de censura já citadas, assim como se generalizou a autocensura.⁸⁶

A este respeito e ainda em 1978, a sociedade não sabia distinguir entre desinformação e censura, como também pouco ou nada percebia a autocensura num clima de censura plena. A opinião pública só começou a tomar conhecimento disto durante a campanha para presidente em 1978, quando o general Euler Bentes Monteiro, candidato da Frente Nacional de Redemocratização (MDB e outros opositores ao regime) denunciou a grande imprensa, as rádios e TVs por deliberada desinformação a serviço do poder autoritário.⁸⁷

Enfim, esse posicionamento da imprensa brasileira trouxe como consequência um inevitável controle da opinião pública. Grande parte obtida através da formação dos oligopólios da imprensa como o Grupo Abril, Globo, Folha, Bloch, os Diários Associados S/A, *O Estado de São Paulo* e *O Jornal do Brasil*. Estes dominavam as rádios, televisões, agências de notícias e, alguns, até a distribuição. O controle, assim estabelecido, colocou

⁸³ BAHIA, Juarez. *Jornal, história, técnica: ...* p. 354.

⁸⁴ AQUINO, M. A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário: ...* p. 240.

⁸⁵ BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 328.

⁸⁶ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 114.

⁸⁷ BAHIA, Juarez. Op. cit., p. 347.

em risco a pluralidade das opiniões, condição essencial para uma verdadeira liberdade de manifestação do pensamento. Além disso, ficou evidenciado o desrespeito aos leitores, aos entrevistados e até aos jornalistas produtores das matérias.⁸⁸

Estes, por medo de represálias dos patrões, não denunciaram a manipulação que se processava nos bastidores das redações, apesar de que, em alguns momentos, alguns jornalistas mais independentes e até outros empresários por interesses diversos tiveram atitudes diferentes. Em um depoimento concedido ao autor Paolo Marconi, o jornalista Hamilton Almeida Filho diz: “O grande mal da imprensa brasileira [maio de 1979] é que seu primeiro e segundo escalão ainda é remanescente da ditadura: medíocre, acovardado, mau profissional, inadaptado à própria realidade que vai surgir, temeroso de perder sua posição”.⁸⁹

Enfim, como se pode verificar, a liberdade de informação durante o regime militar foi seriamente restringida, sendo prejudicada não só pelo aparelho repressivo que o Estado criou, mas também pela própria atuação da Imprensa, a qual, de acordo com suas concepções político-ideológicas ou, mais efetivamente, de seus proprietários, a sua contribuição para uma informação real e verídica à sociedade sobre as variadas questões do país ocorridas durante o regime militar, não fora nem coesa, nem constante, pois sempre fora embalada ao sabor de seus interesses e de acordo com momentos específicos.

Apesar disso, de uma forma ou de outra, parte da sociedade não desconhecia os acontecimentos, mesmo que estes fossem amenizados, manipulados ou alterados pela autocensura praticada em alguns meios de comunicação, conseguindo, portanto, filtrar algumas informações. E, conforme se verá pela análise das cartas dos leitores publicadas nas revistas *Veja* e *Istoé* nos anos de 1978 e 1979 nos capítulos posteriores desta monografia, a opinião pública não foi tão passiva e alienada assim, na medida em que não impediu que os cidadãos manifestassem suas opiniões *diretamente* através da seção *Cartas* dessas revistas, mesmo com uma imprensa (e sociedade) objurgada por um Estado autoritário e arbitrário.

⁸⁸ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 139-140; 144.

⁸⁹ Id. *Ibid.*, p. 195.

2 A REVISTA *VEJA E ISTOÉ* E SUAS RELAÇÕES COM O REGIME MILITAR E SEUS LEITORES.

A partir das considerações feitas no capítulo anterior sobre a censura e as relações com a Imprensa no período militar, cabe agora discorrer a participação das revistas *Veja e Istoé* nesse contexto. Para isto, neste capítulo, abordar-se-á por um lado, as informações técnicas dessas revistas, as razões de seu surgimento e a linha editorial assumida por cada uma e, por outro, a explanação de suas diferenças, enfatizando as posições defendidas em relação à censura e a contribuição que assumiram no processo de redemocratização no período pesquisado.

Inicialmente, faz-se premente explicitar que a revista *Veja* em comparação com a *Istoé* foi largamente analisada, conforme se pôde detectar na bibliografia pesquisada que trata sobre a imprensa no Brasil. Por conseguinte, foi possível obter informações mais detalhadas da primeira, restando, para a análise da segunda, as informações colhidas pela entrevista com o Mino Carta (anexo 3.1, p. 117-125), bem como nos seus editoriais da própria revista, seção intitulada “Política”, além de algumas inserções, aqui ou ali, de alguns jornalistas retiradas das obras consultadas.

A revista *Veja* teve sua primeira edição no dia 08 de setembro de 1968, vinculado ao maior grupo empresarial do Brasil – Editora Abril de Victor Civita. *Veja* foi fundada por Mino Carta⁹⁰ e contava com a maior equipe de redação, formados por profissionais bem sucedidos e com bons salários, que uma revista brasileira já havia conseguido montar. O objetivo da revista era

[...] oferecer aos leitores uma seleção ordenada e concisa dos fatos essenciais da semana em todos os campos do conhecimento, explicitando seu significado, fornecendo seu pano de fundo e servindo como uma espécie de rascunho semanal da história desse mundo efervescente e aparentemente inexplicável.⁹¹

Segundo Bahia, houve uma grande campanha publicitária para o lançamento da revista, inclusive com distribuição quase simultânea por todo o Brasil, graças a uma eficiente rede de circulação. Além disso, o investimento da Editora Abril foi vultoso, como se pode constatar pela preparação que a revista contou de seis meses com 13 números zero

⁹⁰ Segundo depoimento de Mino Carta, para dirigir a revista ele pediu como premissa uma grande autonomia, quase total, ao proprietário da Editora Abril, a qual lhe foi concedida, conforme consta em AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 171.

⁹¹ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 401.

antes de seu lançamento.⁹² Aos poucos, a revista distingue-se de outros jornais e revistas e depois, do rádio e televisão, devido ao fato de não apenas expor os fatos, mas explicar o seu significado.⁹³ Na sua quingentésima edição (05.04.78), na seção *Carta ao Leitor*, assinada pelo diretor de redação José Roberto Guzzo (p. 15)⁹⁴ ele informa que há 175.000 assinantes em todo o país que, somados aos compradores nas bancas de revistas, a tiragem se aproximava dos 300 mil exemplares semanais e, em outubro desse mesmo ano, a tiragem chegou a 300.400 exemplares. Segundo o mesmo diretor, na edição 538 (17/12/78), uma tiragem de mais de trezentos mil exemplares semanais significa um público acima de 1 milhão de leitores.⁹⁵ Em 12/12/1979 (edição 588) a tiragem chegou a 341.300 exemplares. Enfim, em 1987, era a revista mais importante do país e a 5ª no *ranking* mundial em termos de tiragens. Além disso, a revista não logrou sucesso apenas no número de tiragens, mas também obteve alguns prêmios: em 1977, o primeiro ano completo que a revista atravessou sem censura até então e, em 1979, ganhando dois prêmios *Esso* de Jornalismo.⁹⁶

No aspecto da censura, a própria revista *Veja* publicou um relatório sobre a ação censitória exercida na revista, em 1976, intitulado “Breve resumo da Censura em *Veja*”.⁹⁷ Segundo este relatório, a revista sofreu a ação censitória pela primeira vez em 18/12/68 (edição nº 15), levando um censor à revista. Motivo: uma capa sobre o AI-5 que, apesar do censor tê-la, anteriormente, liberado, não evitou a apreensão, decidida à última hora, dos exemplares nas bancas de revistas. A partir daí começa a “censura branca” – comunicados e telefonemas da Censura Federal que informava os assuntos que não deveriam ser divulgados.⁹⁸ A outra apreensão deu-se em 10/12/71 (edição 169), em virtude de a revista abordar, em assunto de capa, a demissão do governador do Paraná.

Em 1972 houve a proibição de vários assuntos, inclusive com um censor presente na redação até 16/09/72. A partir de então, o governo confiou na responsabilidade da editora Abril e resolveu retirar o censor. Mesmo assim, em 1973, *Veja* continuou tendo, esporadicamente, problemas com a censura. Na edição 237 (março/73) *Veja* publicou uma

⁹² BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 401 (notas de rodapé).

⁹³ Id., *ibid.*, p. 401.

⁹⁴ José Roberto Guzzo, nos anos de 1978 e 1979, era o diretor de redação da *Veja* e foi ele quem substituiu Mino Carta, após sua saída em 1976, nessa função.

⁹⁵ GUZZO, José Roberto. *Veja*, nº 538, 27/12/78. *Carta ao Leitor*, p. 7.

⁹⁶ Id., *ibid.*, nº 588, 12/12/79. *Carta ao Leitor*, 19.

⁹⁷ Um resumo desse relatório está publicado na obra de MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 197-199.

⁹⁸ A respeito desses bilhetinhos, a revista começou a arquivá-los a partir de 1971, mas sem muitos critérios; alguns destes estão xerocados no anexo 1, p. 101-113.

matéria sobre sucessão presidencial que desagradou o governo, resultando que tudo referente a este tema devesse ser encaminhado à censura prévia. Nesse período, Mino Carta desconfiou de que havia um espião na revista,⁹⁹ haja vista a quantidade de advertências¹⁰⁰ que a revista recebia sobre matérias que seriam publicadas, assim como aumentou para 50 o número de proibições.¹⁰¹

A partir de oito de fevereiro de 1974, uma “censura prévia de circulação”¹⁰² – as matérias eram enviadas ao censor em sua residência ou no Departamento da Polícia Federal – instalou-se na revista. Causa: uma nota sobre dom Hélder Câmara – *persona non grata* para o governo militar – anunciando sua candidatura para o Prêmio Nobel da Paz daquele ano. O censor, desta vez, passou a ser Richard de Bloch, um agente da Polícia Federal. Ele já trabalhara como censor em *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, sendo considerado muito rígido e especialmente orientado para vetar tudo que fosse considerado subversivo ou perigoso, lendo todas as matérias prontas, não deixando escapar nenhuma manobra ou subterfúgios da redação de *Veja* a fim de romper com a censura imposta. A partir da edição nº 285 (20/02/74), a revista começou a mostrar que estava sendo censurada, colocando gravuras de entidades diabólicas ou anjos. No dia seguinte, ela é proibida de fazer isto. Mesmo assim, novos recursos são criados, como a inserção do logotipo da Editora Abril nos espaços censurados (anexo 1.7, p.110) ou ainda ilustrações fora de contexto.¹⁰³ Na edição nº 288, *Veja* desobedeceu às instruções ao recolocar gravuras de anjos e demônios, além de uma charge de Millôr. Desta vez, Mino Carta e José Roberto Guzzo foram chamados à Polícia Federal para prestar esclarecimentos (anexo 1.8, p. 111). Depois de algumas negociações entre o governo e os proprietários da editora Abril, em fins de março, Mino Carta foi convocado à Brasília pelo Ministro Armando Falcão, o qual prometeu retirar a censura de *Veja*. Apesar de Mino Carta agradecer ao ministro, não assumiu nenhum compromisso tocante à linha editorial da revista por achar que o governo não tinha o direito de coibir a prática jornalística. Depois disso, a postura da

⁹⁹ Ver em anexo 1.2, p. 103 um comunicado recebido pela *Veja* que sugere a presença de espiões na revista.

¹⁰⁰ Ver também, anexo 1.3, p. 104-5 alguns bilhetes contendo ameaças caso não se obedeça às instruções da Polícia Federal.

¹⁰¹ Em 1972 a lista de proibições na *Veja* continha 24 assuntos. Um ano depois já possuía um total de 50, conforme consta no relatório publicado pela própria revista e retirado de MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 197-198. Veja alguns exemplos das proibições em 1973 enviadas à *Veja* em anexo 1.4, p. 106-107.

¹⁰² Ver em anexo 1.5, p. 108 uma comunicação interna que informa que a revista está em censura prévia de circulação, bem como no anexo 1.6, p. 109 os procedimentos de envio para Richard de Bloch.

¹⁰³ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 339.

revista, segundo depoimento de Mino, não foi de sair publicando o que havia sido censurado, mas



Em compensação fomos fazendo a revista que achávamos que devíamos fazer. Foi nesse ponto que fizemos uma capa sobre o 10^a aniversário da revolução, na qual, tentando fazer um balanço, dizíamos o que pensávamos. Naturalmente a *Veja* não é uma revista de opinião como seria a *ISTO É*. Ela é uma revista muito menos empenhada politicamente ou muito menos definida politicamente. Tinha muito de exposição simples dos fatos, mas de qualquer maneira fizemos uma matéria isenta, [...]. No número seguinte achamos que valia a pena fazer uma matéria sobre exilados. No terceiro número desta fase sem censura fomos notificados que a censura voltava e que, desta vez, teríamos que enviar as matérias para serem censuradas em Brasília. Para tentar me informar [...] soube que o ponto básico havia sido uma charge do Millor, que mostrava um prisioneiro posto a ferros e o seu carcereiro dizendo: “Nada consta”.¹⁰⁴

A partir dessa edição, a censura prévia foi retomada, conforme notificação da Polícia Federal de 07 de maio de 1974 (anexo 1.9, p. 112), porém desta vez com maior rigor. Entretanto, sabe-se que o envio das matérias para Brasília, além de ser uma das mais severas punições a um periódico, inviabilizava o perfeito funcionamento, tanto sob o quesito operacional, como também sob o financeiro. Dessa forma, depois de negociações entre o governo, representado pelo general Golbery do Couto e Silva (chefe do Gabinete Civil), e a revista (Mino Carta e Roberto Civita) ficou estabelecido que a censura prévia continuaria a ser exercida em São Paulo. Ali, pelo menos o material poderia ser enviado aos sábados, um dia antes da distribuição da revista nas bancas, podendo se evitar possíveis prejuízos financeiros. Inclusive, a partir desses acontecimentos, iniciaram-se as pressões sobre a Editora Abril para que se processasse a saída de Mino Carta, além de outros jornalistas “contestadores”, o que se concretizou, efetivamente, em fevereiro de 1976. Também favoreceu para a saída, um empréstimo pleiteado pela Editora Abril ao governo, aproveitando este para pressionar os diretores da revista, não só a saída do diretor de redação citado¹⁰⁵, mas, sobretudo, a postura crítica e independente, cedendo, portanto, às pressões econômicas.

A partir de 1975, a censura na revista passou a ser rotina. Em 1976, *Veja* recebeu uma informação “preventiva” do censor que seriam vetadas três matérias: a morte do operário Manuel Fiel Filho, a exoneração do general Ednardo e a nomeação do general

¹⁰⁴ Depoimento de Mino Carta conforme consta em MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 89.

¹⁰⁵ Mino Carta, após sua saída da *Veja* fundou a revista *Istoé*, em associação com seu irmão Luís e seu amigo Domingo Alzugaray. CARTA, Mino. *Entrevista*. anexo 3.1, p. 118.

Dilermano (anexo 1.10, p. 113). Em 03 de junho de 1976, a revista recebeu um telefonema comunicando que a partir daquela data não haveria mais censura na revista, três meses depois da saída compulsória do seu diretor e fundador Mino Carta.¹⁰⁶ Por fim, a própria *Veja* informou aos seus leitores o saldo da ação da censura: “Em ‘Carta do editor’ (nº 405, 9-6-76) a revista informou que, desde a fundação em 1968, foram vetadas pela censura 10 mil laudas de originais, 60 reportagens e 64 ilustrações. ‘*Veja* [...] nunca chegou a viver plenamente, ou por longos períodos, o estado de publicação não censurada’.”¹⁰⁷

Todavia, após a saída definitiva dos censores de *Veja*, Mino Carta afirma que o semanário “[...] cumpriu o seu destino e se entregou nos braços do poder militar.”¹⁰⁸ A mesma opinião é refletida no depoimento de Sérgio Pompeu de Souza a Paolo Marconi em 02/12/78: “O caso D’Alembert,¹⁰⁹ que importou em minha saída da Abril, foi bastante disfarçado. A revista *Veja* vinha distorcendo sistematicamente a informação. Não era questão de interpretação – porque cada um tem o direito de interpretar como quiser um acontecimento – mas de simples distorção”.¹¹⁰ Para corroborar este posicionamento, observa-se novamente em Marconi um exemplo de manipulação à informação utilizando eufemismos na revista *Veja*. Em 1979, a revista decidiu fazer uma ampla matéria de capa com o Presidente Geisel, que estava entregando o cargo. Para isto, entrevistaram algumas pessoas que o conheciam. Entre elas estavam um militar e um político que revelaram uma característica de Geisel desconhecida para a maioria da população. Eles disseram – em *off* – conforme a prática naquela época:

[...] que o Presidente da República, quando irritado, xingava muito, “qualquer tipo de palavrão” e que, diversas vezes, seus assessores mais diretos na época em que dirigia a Petrobrás tiveram que fechar às pressas a porta de seu gabinete para que outros funcionários “não ouvissem seus palavrões”. Versão publicada pela *Veja*: a porta tinha que ser fechada “para impedir que seus gritos fossem ouvidos”. Um dos entrevistados disse ainda que, por formação intelectual, o Presidente Geisel era um

¹⁰⁶ A respeito da saída de Mino Carta da revista *Veja*, sugere-se a leitura do livro de Mino Carta *O Castelo de Âmbar*, cujo capítulo sobre sua saída está disponível no site: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> bem como em depoimentos do mesmo encontrados na obra de AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 170-172 e MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*, p. 116-122.

¹⁰⁷ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 342.

¹⁰⁸ MINO CARTA. *Entrevista*. anexo 3.1, p. 118.

¹⁰⁹ Paolo Marconi narra o caso em que se processou a demissão do jornalista D’Alembert Jaccoud, chefe da sucursal de *Veja* em Brasília e o jornalista Pompeu de Souza, então diretor da Editora Abril na mesma cidade. Estão envolvidos também o sistema e respectivos órgãos de segurança e informações, a revista *Veja* e o diretor de redação José Roberto Guzzo, além de Carmo Chagas, chefe de redação. Há depoimentos de Pompeu de Souza, J. R. Guzzo e D’Alembert mostrando que a censura não havia acabado. MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 151-162.

¹¹⁰ SOUZA, Sérgio Pompeu de. Apud. MARCONI, Paolo. Op. cit., p. 153.

formoso democrata, mas que em suas veias corria o sangue de um “senhor ditador”. A *Veja* preferiu dizer que “dentro dele, porém, corre o sangue de um autocrata”.¹¹¹

Sobre este assunto um leitor de *Veja* escreve:

Li com muita atenção o trabalho de VEJA sobre o governo Geisel, não concordando com a maioria dos pontos de vista ali expostos. Em minha opinião, Geisel nos forneceu o mais ineficiente e inoperante governo da Revolução, com altas taxas de juros, escândalos como o Luftalla, a nefasta administração do ex-ministro das Minas e Energia. A única classe que ganhou com Geisel foi à imprensa, que teve suas mãos desatadas. [...].¹¹²

Inclusive, esse mesmo leitor parece possuir um posicionamento político favorável ao Golpe de 64, conforme se pode verificar pelo restante de sua opinião: “Mas, por outro lado, com essa vitória da democracia temos de volta os arruaceiros como Brizola, Arraes, Almino e outros, que por aí estão já tumultuando a vida do pacato e bom povo brasileiro”.¹¹³

Um outro leitor, residente em Paris, França também escreveu: “Lendo a reportagem ‘O adeus a Geisel’ (VEJA, nº 549), chego à conclusão de que VEJA é uma revista reacionária. Porque o Brasil da fome, da miséria e da não-anistia continua correndo feio”.¹¹⁴

Outro ponto importante a ser observado na relação da revista *Veja* com seus leitores foi detectado na análise da seção “*Carta ao Leitor*”, assinada, na maior parte das vezes, pelo diretor de redação nos anos de 1978 e 1979. Nesta seção (uma espécie de editorial), em algumas edições, notadamente naquelas que mais causam polêmicas, como sucessão presidencial e estadual, greves, inflação, anistia, reformas políticas, etc., quase sempre a seção em questão é pontuada por uma *posição conciliatória* com o processo de abertura democrática, criticando, inclusive, quaisquer atos mais radicais, sob pena de se colocar em risco a distensão prometida pelo governo militar e o país retroceder ao autoritarismo praticado desde 1964, conforme se pode apreender nas transcrições abaixo:

Afinal, a transição do regime não seria legítima caso o MDB abrisse mão de seus direitos e entregasse seu programa sem luta; e não teria seriedade se o governo

¹¹¹ VEJA, 14/03/79, p. 47 e 49 apud, MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 144.

¹¹² MEDEIROS, Ayrton Barros. *Veja*, nº 551, 28/03/79. Cartas, p. 10.

¹¹³ Id., ibid. Cartas, p. 10.

¹¹⁴ FIALHO, Daniel. *Veja*, nº 554, 18/04/79. Cartas, p. 10.

estivesse disposto a ceder de imediato em assuntos que não estão na pauta das negociações. A condição para que a primeira rodada das reformas não tome rumo de colisão é, portanto, muito simples: a negociação, ainda que dura, terá de versar sobre os pratos que estão postos à mesa.¹¹⁵

[...] democracia não é assim – [...] quando cada categoria profissional, [...] quer impor sua vontade pela força. É verdade que, ao longo de todos esses anos, ninguém tem recorrido tanto às posições de força quanto o próprio governo que agora nos adverte – mas é justamente por isso que, ao longo desses mesmos anos, não se teve democracia no país. E nem se terá, agora, se as coisas continuarem a caminhar do jeito como estão caminhando.

A onda reivindicatória, portanto, precisa ser politicamente disciplinada. [...] [e] ainda resta espaço para um entendimento, antes de eventuais medidas drásticas, desde que se saiba trabalhar com habilidade, inteligência e genuína visão de Estado sobre as realidades atuais. A greve, [...] deve ser o último dos recursos, e não o primeiro. Da mesma forma, espera-se do governo uma ampla exibição de recursos antes do emprego da força, se quiser ser levado a sério em seu projeto de abertura.¹¹⁶

Ou ainda, durante a efervescência das greves ocorridas em São Paulo em maio de 1979:

Passar de um universo autoritário para uma sociedade democrática onde a ordem se fundamenta na Justiça, é mesmo um empreendimento difícil [...]. torna-se assim, uma tarefa urgente, neste momento, separar o que é justo do que é sensato ou possível. Da mesma forma, é necessário um esforço destinado a construir mecanismos capazes de ordenar a maré de reivindicações – e ordená-las, levando em conta os interesses dos grupos que reivindicam e dos grupos a quem são dirigidas às reivindicações. É indispensável, enfim, que surjam no país estruturas políticas em condições de criar e de operar tais mecanismos, depurando a onda reivindicatória de seus componentes anárquicos, desordenados – que podem parecer muito bonitos e democráticos, mas simplesmente não são sérios.¹¹⁷

Outro fato que demonstra uma posição de autocensura, conservadora, pregando a liberdade com responsabilidade e coadunado com os propósitos do governo pode ser vista em *Carta do Editor*, edição nº 523, 13/09/78, assinada por Victor Civita, intitulada “Nos dez anos de VEJA, uma reafirmação de princípios”. Nesta, o autor discorre sobre o número de eleitores da revista (1 milhão de pessoas) em virtude da revista “ter cumprido à risca seu compromisso de manter o leitor bem informado com verdade, imparcialidade e equidistância”. Também diz que é chegado o momento de expor com clareza as próprias posições e “dizer em voz alta aquilo em que se pensa e em que se acredita”.¹¹⁸ Desse modo,

¹¹⁵ GUZZO, José R. *Veja*, nº 512, 28/06/78. Carta ao Leitor, p. 19.

¹¹⁶ GUZZO, José R. *Veja*, nº 557, 09/05/79. Carta ao Leitor, p. 19.

¹¹⁷ GUZZO, José R. *Veja*, nº 556, 02/05/79. Carta ao Leitor, p. 19.

¹¹⁸ CIVITA, Victor. *Veja*, nº 523, 13/09/78. Carta do Editor, p. 18.

reafirma a posição liberal que defende o capital estrangeiro e a livre iniciativa do capital privado, bem como se mostra contrário a qualquer posicionamento mais crítico e radical para se restabelecer a democracia.

[...] Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. [...] E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos assim no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social. [...]

Consideramos o capital estrangeiro um fator positivo para o progresso do país [...] sempre que acompanhados por modernas técnicas de gestão e por tecnologia avançada, que deite raízes locais. [...]

[...] Nossa convicção é a de que a democracia é a forma mais justa de conciliar a escassez de recursos com a multiplicidade de reivindicações.

Dentro desse raciocínio, os sindicatos devem existir livremente e livremente negociar salários; [...]. A greve é o último recurso, e não o primeiro instrumento de pressão. [...]. Por isso, nos opomos, neste momento, a toda e qualquer iniciativa que leve a exarcebação ou à radicalização da questão trabalhista. Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade [...].

Somos de opinião que, no Brasil, o progresso social deve ser conquistado ao longo do caminho. [...] ¹¹⁹

E os leitores, como se manifestaram a este respeito? A análise da seção *Cartas* mostrou que foram publicadas várias cartas parabenizando a revista pelos seus 10 anos, destacando a importância das reportagens em contribuir para a informação e cultura do Brasil, desejando que “continue sempre a orientar a opinião pública”; ¹²⁰ outras foram mais específicas sobre o editorial transcrito acima, sendo umas de apoio ao posicionamento político e outras criticando severamente, conforme se verifica na transcrição das cartas abaixo:

Como leitor semanal de VEJA, envio-lhe os meus entusiásticos cumprimentos pelo seu editorial dos dez anos, cujos termos representam com exatidão meu pensamento, pelo que o subscreveria. ¹²¹

Ultimamente venho notando que esta revista vem fugindo ao padrão de imparcialidade. Observe-se que tem se transformado em um meio de propaganda do governo. ¹²²

¹¹⁹ CIVITA, Victor. *Veja*, nº 523, 13/09/78. Carta do Editor, p. 18-19.

¹²⁰ RABELLO, Reynaldo. *Veja*, nº 526, 04/10/78. Cartas, p. 10.

¹²¹ COUTINHO, Afrânio. *Veja*, nº 524, 20/09/78. Cartas, p. 10.

¹²² RAMOS, Evandro. *Veja*, nº 533, 22/11/78. Cartas, p. 13.

Lamentavelmente, [...], a nossa revista abandonou a luta e vem se constituindo em instrumento de apoio e promoção da Arena e do governo, aos quais tem proporcionado excelente cobertura. Será que depois que o arbítrio foi constitucionalizado VEJA abandonou a luta, ou concluiu que estava do lado errado?¹²³

Por outro lado, a análise dos anos em questão deste trabalho, observou-se, igualmente, várias reportagens na Revista *Veja* que denunciavam os anos de arbítrio, sobretudo a que diziam respeito à prática de torturas, seqüestros e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão do regime militar em anos anteriores, as quais, de uma forma ou de outra, permitiam a seus leitores um posicionamento mais real sobre o regime militar brasileiro, inclusive decorrendo à revista ou a seus repórteres envolvidos, ações penais por atentarem contra a Lei de Segurança Nacional, como é o caso de uma série de reportagens que denunciaram o envolvimento de agentes do DEOPS do Rio Grande do Sul com a polícia política do Uruguai, referente ao seqüestro, prisão e o envio de refugiados políticos uruguaios, bem como a matéria intitulada “Descendo aos porões”, publicada na edição n.º 546 de 21/02/1979.

A reportagem “Descendo aos porões” tratava “[...] sobre os métodos de repressão utilizados, ‘até alguns anos atrás’, pelos serviços de segurança brasileiros”.¹²⁴ E suscitou um pedido do ministro do Exército, general Fernando Belfort Bethlem, em representação ao ministro da Justiça, que se processasse criminalmente a revista por considerar a matéria

[...] comprometedor da “imagem do Exército perante a opinião pública”, com “referências desabonadoras a elementos que nada mais fizeram do que cumprir seus serviços no combate à subversão”. Termina por imputar à matéria parte de “uma campanha de descrédito das Forças Armadas” o que *Veja* [grifo do autor] contesta, lamentando em “Carta ao leitor” [número 549, 14-03-79] “que esteja sendo levada aos tribunais por ter, simplesmente, exercido o jornalismo”.¹²⁵

Sobre a reportagem em questão, há uma carta de um leitor paulista publicada pela referida revista, a qual evidencia o seu pensamento sobre a ação da tortura no país e conclama à sociedade a se posicionar.

Estou começando a entender como o povo alemão se sentiu quando os aliados abiraram [sic, abriram] as feridas dos campos de tortura e extermínio dos judeus. Deve ter sido um misto de horror e vergonha igual ao que estou sentindo agora [...].

¹²³ CAMPOS, Senardo Oliveira. *Veja*, n.º 533, 22/11/78. Cartas, p. 13.

¹²⁴ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: ...* p. 349.

¹²⁵ Id., *ibid.*, p. 349.

A diferença é que os alemães tiveram o seu Tribunal de Nuremberg, os enforcamentos necessários, para limpar razoavelmente a consciência culpada de todo um povo. Nós, temos a promoção do delegado Fleury para diretor do Deops. Já tinha lido muito sobre os psicóticos dos DOI-CODI, dos CCC. Mas foi preciso que viesse VEJA, com a sua consciência liberal e insuspeita, para me colocar frente ao tumor da tortura, que por tantos anos tenho obstinadamente tentado evitar. Hoje, ninguém mais pode alegar ignorância. Portanto, está proibida a alienação.¹²⁶

Quanto ao jornalista Antonio Carlos Fon (autor da reportagem citada), em abril de 1979, ele foi denunciado pelo Ministério Público Militar da União como incurso no Art. 14 da Lei de Segurança Nacional, resultado desta reportagem e de outra “Um poder na Sombra” a qual foi publicada na mesma edição (*Veja*, 546). Segundo a denúncia do promotor, as publicações “apresenta [sic] fatos deturpados, conclusões tendenciosas, inverdades, com o escopo único de atirar a opinião pública contra as autoridades constituídas, no indisfarçável trabalho de solapamento das instituições, possibilitando a eclosão de uma luta fratricida”.¹²⁷

Os leitores também se pronunciaram sobre o processo que este jornalista estava submetido:

Então o jornalista Antonio Carlos Fon teve sua residência invadida, foi torturado, informou (via VEJA nº 546) aos brasileiros sobre algumas das atrocidades de nossa “querida” direita e ainda está sendo processado? Não. De duas uma: ou VEJA nº 567 inverteu os papéis e quem está sendo processado são os invasores, os torturadores, etc., ou este é o próprio inferno.¹²⁸

Estes acontecimentos atingiram diretamente a revista *Veja* no início de 1979 e comprovava que a prática ao exercício do jornalismo ainda não era uma garantia, surpreendendo a revista que, na edição anterior (nº 548) à edição que lamentou estar sendo levada aos tribunais (nº 549), conforme exposto anteriormente, afirmava o oposto:

Todos sabem que não foi apenas a chamada “grande imprensa” que se viu livre da censura, mas todas as publicações jornalísticas, grandes, pequenas ou médias, deste país. Todos sabem, também, que não se tratou de um mero “abrandamento” da censura, mas sim, de sua completa extinção: a imprensa brasileira, hoje, só não publica o que não quer publicar, sem que o governo tenha coisa alguma a ver com isso.¹²⁹

¹²⁶ MAINARDI, Enio. *Veja*, nº 547, 28/02/1979. Cartas, p. 6.

¹²⁷ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: ... p. 349.

¹²⁸ PEREIRA, Procópio Elvécio. *Veja*, nº 568, 25/07/79. Cartas, p. 10.

¹²⁹ GUZZO, José R. *Veja*, nº 548, 07/03/79. Carta ao Leitor, p. 11.

Assim, a partir de então, esse posicionamento foi alterado, sendo que *Veja*, além de lamentar que a censura ainda se impunha ao exercício do jornalismo, passou, igualmente, a reclamar da ausência de liberdade de manifestação da imprensa, bem como criticar, veementemente, a decisão do STM (Superior Tribunal Militar) referente à condenação de oito meses de prisão a um repórter da *Folha de São Paulo*. Na seção *Carta ao Leitor*, o diretor de redação expressou:

A decisão do STM desalenta e aflige a imprensa deste país e todos os que nela trabalham. [...]. Mas mesmo curvando-se à decisão do STM, não há como deixar de registrar a profunda consternação que ela traz a todos os que querem viver num país onde a ordem não tenha de anular o direito das pessoas à manifestação de suas próprias opiniões individuais.¹³⁰

Quanto à série de reportagens publicadas pela revista que denunciavam e investigavam o andamento das apurações sobre o seqüestro dos exilados políticos uruguaiois em Porto Alegre, testemunhados pelos jornalistas da sucursal de *Veja* daquela cidade, Luís Cláudio Cunha e João Baptista Scalco, o governo militar também acionou a Justiça para enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, visando cercear a liberdade de expressão e evidenciando que a censura, quando lhe fosse conveniente, ainda atuava no país. Sobre isto, os leitores, mais uma vez, manifestaram-se criticamente sobre o cerceamento da liberdade de expressão no país:

Irritante e quase kafkiano o que está ocorrendo com J. B. Scalco e L. C. Cunha, repórteres de VEJA presentes ao seqüestro dos uruguaiois em Porto Alegre. Este e outros fatos já sumamente conhecidos de pressão à imprensa, constrangem e envergonham a liberdade do povo brasileiro – se é que ela existe.¹³¹

A respeito do relatório do CIE, denunciado em vários órgãos de comunicação neste momento e que versava sobre sugestões e punições a serem aplicadas à imprensa alternativa, conforme explicitado no capítulo anterior, *Veja* também se posiciona: “[...] Nada mais lamentável, portanto, que constatar a sobrevivência de uma mentalidade que prescreve o porrete para tudo aquilo que causa desagrado”.¹³²

¹³⁰ GUZZO, José R. *Veja*, nº 555, 25/04/79. Carta ao Leitor, p. 19.

¹³¹ SANTIAGO, Vandec Souza. *Veja*, nº 560, 30/05/79. Cartas, p. 12.

¹³² GUZZO, José R. *Veja*, nº 555, 25/04/79. Carta ao Leitor, p. 19.

Assim, como pôde ser observado, *Veja* também assumiu uma postura mais crítica ao governo, sobretudo quando este procurava limitar a liberdade de imprensa e infligia desrespeito aos direitos civis da sociedade.

Até aqui foram explanadas as relações da revista *Veja* com a censura e os leitores. A partir deste ponto, a análise versará os aspectos da outra revista pesquisada neste trabalho – a *Istoé*. A fundação dessa revista se deu após a saída de Mino Carta¹³³ da revista *Veja*. Este associado com dois sócios da Editora Três, Luis Carta e Domingo Alzugaray, munidos de parcos recursos, fundaram a Editora Encontro Editorial e propuseram a criação de uma nova revista, a *Istoé*.

O lançamento de *Istoé* não contou com largos investimentos, nem tampouco com uma campanha publicitária de vulto como teve a revista *Veja*. Pelo contrário, a inserção dessa revista na mídia caracterizou-se mais como um “sonho” de alguns profissionais de comunicação em “provar que uma pequena equipe de profissionais dedicados pode produzir, com meios modestos [...] uma revista semanal de informação”.¹³⁴ Prova disso, segundo Mino Carta informou em sua seção *Política* em dezembro de 1979, a revista, com menos de três anos de existência, havia superado a barreira dos 100 mil exemplares de tiragem.¹³⁵ Nota-se que a revista *Veja*, no mesmo período e cerca de onze anos no mercado, ultrapassava a tiragem de 300 mil, conforme exposto anteriormente. Este dado comparativo é interessante, na medida que explicita a diferença da quantidade das cartas de leitores enviadas às redações das duas revistas, sendo que, em *Istoé*, o espaço destinado para a seção *Cartas*, raríssimas vezes, foi composta de mais de cinco, seis cartas em cada número, enquanto na *Veja*, em várias ocasiões, publicou-se mais de vinte cartas por edição.

Outra observação necessária sobre a revista *Istoé*, diz respeito aos vários nomes por quais ela passou. Segundo Dílico Covizzi,¹³⁶ isto se deu por diversos fatores, na maioria operacionais, mas também financeiros. Nesse contexto, ele explica que a revista *Istoé* iniciou-se como uma revista mensal até seu número 10 (fev. 77). Do número 11 em diante ela passou a circular semanalmente, sendo que até o nº 601 (29/06/88) ela era uma publicação da Encontro Editorial. Nesse período, Mino Carta dirigiu a revista até dezembro de 1979. Em 1980, ele transferiu a revista para seu outro sócio, Fernando Moreira Sales, e

¹³³ Atualmente, Mino Carta é diretor de redação da revista Carta Capital, da qual também foi seu fundador.

¹³⁴ CARTA, Mino. *Istoé*. nº 93, 04/10/78. *Política*, p. 4.

¹³⁵ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 156, 19/12/79. *Política*, p. 3.

¹³⁶ As informações a seguir sobre a revista *Istoé*, *Senhor*, *Istoé/Senhor* foram obtidas através de um contato telefônico em 27/01/2004, entre a autora da monografia e o Senhor Dílico Covizzi, funcionário da Editora Três/ São Paulo desde a época de Mino Carta.

passou a dirigir a revista *Senhor* (antes *Senhor Vogue*, uma publicação mensal da Editora Três). Fernando Salles assumiu a *Istoé* por pouco tempo, vendendo-a para o grupo da Gazeta Mercantil, o qual continuou com a publicação até seu número 601 (29/06/1988), ocasião em que foi vendida para a Editora Três.

Quanto à revista *Senhor*, agora sob a direção de Mino Carta, esta passou a circular quinzenalmente (do nº 22 ao 56) tornando-se semanal a partir do número 57 (21/04/82) até seu número 380 (04/07/88) quando se uniu a *Istoé*, tornando-se *Istoé/Senhor*. Esta negociação levou a revista a circular, a partir daí, com a numeração 982. Explica-se: somou-se a numeração da *Istoé* (nº 602) com a numeração de *Senhor* (nº 380) até então. A união das duas revistas seguiu sendo publicada até o nº 1173 (25/03/1992) quando, em 01/04/1992, no seu nº 1174 passou a ser somente *Istoé*, seguindo até os dias de hoje.

Agora, antes de se falar sobre a linha editorial de *Istoé*, é preciso esclarecer que a ação censitória do regime militar nessa revista não se manifestou,¹³⁷ embora ainda houvesse censura, inclusive a prévia em alguns órgãos de imprensa no período de sua fundação, maio de 1976. Apesar disso, desde o início, a revista foi criada com o objetivo fundamental de se opor ao regime militar, conforme Mino Carta escreve: “[...] meu irmão Luís, Domingo Alzugaray, e com eles, Tão Gomes Pinto, Armando Salem e Fernando Sandoval, que me tinham acompanhado na desgraça, se fez ISTOÉ, mensal e cautelosa, mas nem por isso conformada com um papel secundário”.¹³⁸

Aliás, a menção à palavra “cautelosa” citada acima, demonstra uma preocupação de se evitar a censura, porém, sem prejudicar a postura crítica e corajosa assumida por *Istoé*, além do propósito de manter-se em oposição aos donos do poder. Para executar tal empreendimento, eles sempre noticiaram o que desejavam, ludibriando a repressão com o uso corrente de metáforas e eufemismos para denunciar os fatos nas entrelinhas, ou ainda, uma orientação a toda a equipe para não assinar as reportagens, de modo que a responsabilidade recaísse à redação como um todo.¹³⁹

Esse posicionamento de oposição nunca esteve ausente do objetivo da revista, sendo constantemente enfatizados pelo seu fundador, assim como a união entre seus repórteres, conforme se observa em outubro de 1978:

¹³⁷ Ver entrevista de Mino Carta em anexos 3.1, p. 118.

¹³⁸ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 156, 19/12/1979. Política, p. 3.

¹³⁹ Essas informações constam na entrevista realizada com Mino Carta (anexo 3.1, p. 118), bem como em sua seção semanal da revista (Política), nº 94 e 144, de 11/10/78 e 26/09/79, p. 3, respectivamente.

[...] todos os que trabalham nela, pouca gente, a bem da verdade, sendo que um dos propósitos de ISTOÉ é [sic] precisamente o de manter uma redação pequena – todos vieram atendendo uma opção muito clara, movidos, sobretudo, pela possibilidade de dividirem com outros companheiros algumas idéias básicas. [...] Por força dessas idéias básicas, estamos na oposição do regime ditatorial que se instalou no país há muitos anos.¹⁴⁰

Assim, de forma “ideológica e corajosa” e com uma equipe bastante reduzida, *Istoé* insere-se no mercado da comunicação disposta a praticar um jornalismo que não tolhesse à liberdade de informação, nem tampouco ferisse a ética jornalística.

Ainda a respeito da postura crítica e independente que a revista manifestava, o general Hugo Abreu, então chefe da Casa Militar da Presidência da República, conversando com André Gustavo Stumpf, da sucursal da *Istoé* em Brasília em janeiro de 1978 disse: “A revista de vocês bem que podia ser feita em Moscou”. O repórter respondeu: “Jamais, na Rússia soviética não há liberdade de imprensa”.¹⁴¹

Esse é outro ponto a ser discutido sobre a *Istoé*, ou seja, a liberdade que a direção permitia às reportagens produzidas por seus jornalistas e colaboradores, sem que lhes fosse imposto algum tipo de autocensura. Neste quesito, observa-se uma diferença fundamental entre a revista *Veja* e a revista *Istoé*, conforme se vê a seguir pelo depoimento do jornalista visado pela censura, Cláudio Abramo (ex-jornalista da *Folha de São Paulo*, mas nesse momento repórter da *Istoé*) dado a Paolo Marconi em 19/09/78:

[...] no Brasil jamais houve liberdade de imprensa. Essa expressão eu não sei o que quer dizer porque eu jamais gozei de liberdade de imprensa, nunca tive isso. Tenho agora em “*IstoÉ*”, mas naturalmente escrevo dentro dos limites que sei que não vão causar problemas para a revista e para mim. Mas isso ninguém me impõe.¹⁴²

Antes disso, o próprio Mino Carta em sua coluna *Política* já afirmava essa orientação:

[...] esta nossa revista realizou o projeto de alguns jornalistas, sociólogos, historiadores, cientistas políticos que desejavam ter um veículo autenticamente democrático para as suas idéias. Não direi que neste sentido ISTOÉ seja única na imprensa brasileira, mas o grau de liberdade de que gozam os seus redatores é, no mínimo, raro.¹⁴³

¹⁴⁰ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 96, 25/10/78. Política, p. 3.

¹⁴¹ ABREU, Hugo; STUMPF, André G. Apud CARTA, Mino. *Istoé*, nº 56, 18/01/1978. Política, p. 4.

¹⁴² ABRAMO, Cláudio. Apud MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 178.

¹⁴³ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 115, 07/03/79. Política, p. 3.

Esse ideal, analisando as reportagens da revista nos anos de 1978 e 1979, é visivelmente patente no tom das reportagens publicadas, demonstrando uma postura crítica, independente e corajosa, contribuindo para uma divulgação à opinião pública de informações sem manipulações, na medida em que não se furtavam a denunciar e publicar assuntos considerados tabus¹⁴⁴ por desagradarem os donos do poder, ao contrário dos outros meios de comunicação da época. Talvez por isso, ao analisar as cartas dos seus leitores, verifica-se um predomínio de cartas pedindo retificações, esclarecimentos, cujos missivistas, os quais foram citados em reportagens, procuram se defender ou explicar alguns pontos ou, às vezes, matérias completas como, por exemplo, manifestou-se o embaixador do Chile no Brasil, criticando a revista por ser parcial e sectária ao publicar matérias sobre o atentado de Orlando Letelier (pessoa influente no Chile e segundo consta morto por agentes da polícia chilena, denominada DINA), na qual relacionava o general Augusto Pinochet. A carta em questão é bastante longa e, por essa razão, será transcrita apenas alguns trechos mais marcantes, assim como a *resposta* que a *Istoé* dá ao embaixador. Aliás, uma característica de *Istoé* nesta seção. Nota-se ainda, que há na revista *Veja*, nº 520, na mesma data, uma carta do mesmo missivista criticando igualmente a revista por publicar matéria também desrespeitosa ao governo chileno.

[...] as informações são parciais [...] e, demonstram uma clara intencionalidade de minar o prestígio do Presidente Pinochet e do governo das Forças Armadas chilenas.

.....
Menos ainda poderia estar em condições de aceitar o subtítulo injurioso da publicação do nº 85 de ISTOÉ, [...] de comprometer diretamente o Presidente Pinochet no atentado que custou a vida ao Sr. Orlando Letelier.¹⁴⁵

[A resposta de ISTOÉ]: Entendemos que o senhor cumpre suas obrigação, como embaixador do Chile, ao nos enviar esta carta. Julgamos inútil, porém, responder às acusações apressadas que nos faz, [...]. Lembramos, apenas, dois fatos: 1) A DINA, concepção da junta militar chefiada pelo sr. General Pinochet, não foi, obviamente, criada para a defesa dos direitos humanos; 2) O sr. Coronel (hoje general, diga-se) Contreras Sepúlveda foi designado chefe da DINA pelo sr. General Pinochet, não por ISTOÉ.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Entrevistar Luis Carlos Prestes, secretário-geral do PCB – Partido Comunista Brasileiro, pode ser considerado um exemplo desse “tabu”: “somente em setembro de 1978 é que um órgão da imprensa escrita (*Istoé*) publicou uma entrevista com ele no exílio”. Antes, *O Estado de São Paulo*, havia publicado algo, “mas atendo-se exclusivamente a aspectos históricos da Coluna Prestes”. MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 141.

¹⁴⁵ BRAVO, Héctor. *Istoé*, nº 87, 23/08/78. Cartas, p. 96.

¹⁴⁶ REDAÇÃO. *Istoé*, nº 87, 23/08/78. Cartas, p. 96.

Além disso, no que diz respeito à desinformação existente na imprensa, escrita ou falada, durante a ditadura, o pensamento da revista era claro. Para eles, mesmo no processo de abertura política, seria

[...] difícil mexer no tema informação num país onde a porcentagem de analfabetos e semi-analfabetos é ainda altíssima e onde os miseráveis são a maioria – enquanto continua sendo muito grande o poder daqueles que não se dispõem a renunciar aos seus privilégios, inclusive o de iludir a si mesmos com informações mentirosas. [Assim], somos todos mal-informados – mesmo os cidadãos privilegiados.¹⁴⁷

Além do mais “[...] o governo (ou deveria dizer o regime) é o principal responsável por tamanha desinformação. A centralização do poder gera conformismo, aniquila o pensamento crítico. Todos somos responsáveis”.¹⁴⁸

Para corroborar mais ainda o tom combativo de *Istoé*, principalmente na maneira que a revista apresentava os fatos a seus leitores, notadamente mais crítica que a revista *Veja* conforme já demonstrado pelos seus editoriais, Mino Carta afirmava que “[...] a liberdade de imprensa e outros direitos não podem corresponder a um gesto de tolerância do príncipe. O reconhecimento desses direitos de cada cidadão e da nação como um todo é apenas uma obrigação do governo”.¹⁴⁹ É por tal razão que, em janeiro de 1979, depois do fim do AI-5, enquanto a maioria da imprensa lançava louvores ao governo sobre a condução da distensão, *Istoé* acentuava o tom crítico ao dizer que “o fim do AI-5 não significa o começo da democracia, e isso também precisa ser dito e repetido. [...] O fim do AI-5 liquida apenas com uma forma de prepotência. Outras permanecem. E, sobretudo, permanece a essência da prepotência”.¹⁵⁰

E essa prepotência surge em abril de 1979, quando o relatório do CIE é denunciado. *Istoé* também se posicionou a este respeito, no entanto, mais criticamente do que a *Veja* e, também, o pensamento de Mino Carta expresso abaixo, demonstra que o governo procurava encobrir a existência da censura à imprensa e do arbítrio.

O Brasil, em todo o caso, não é um país democrático e contemporâneo, e, se houver dúvidas a respeito, basta ler o estudo do CIEEx para afastá-las de vez. [...]

.....
[...] Aí fontes do governo murmuram: não levem muito a sério o documento do CIEEx ... Só seria possível não levar a sério o documento se o governo o

¹⁴⁷ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 82, 19/07/78. Política, p. 4.

¹⁴⁸ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 82, 19/07/78. Política, p. 4.

¹⁴⁹ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 102, 06/12/78. Política, p. 3.

¹⁵⁰ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 106, 03/01/79. Política, p. 3.

desautorizasse oficialmente, em lugar de esboçar uns tantos gestos tranqüilizadores por trás do pano.¹⁵¹

Mas, a posição combativa da revista não passava despercebida por seus leitores, conforme uma leitora baiana escreve abaixo, podendo notar, inclusive, uma consciência de que havia a existência de uma imprensa que procurava mascarar a realidade.

ISTOÉ, antes de tudo, nos conscientiza das idéias e dos acontecimentos que nos rodeiam. Tenho acompanhado entusiasticamente todos os seus artigos, que nos transportam ao nosso mundo real sem véus enganadores ou tentativas de colorir o que é cinza. Homens como Tão Gomes Pinto, Antonio Callado, Cláudio Abramo, Villas-Boas Correia, Mino Carta, Henfil e toda a equipe de ISTOÉ tem a minha admiração.¹⁵²

Por fim, para demonstrar a diferença de informação transmitida ao leitor e do relacionamento com o regime militar e seus leitores pelas revistas *Istoé* e *Veja*, no que diz respeito à contribuição de cada uma no processo de redemocratização ou conciliação que se processava no país no final dos anos setenta, destaca-se a posição de *Istoé* e de *Veja* sobre este tema:

ISTO É, [...], não acredita em redemocratização, porque acha que nunca houve democracia neste país. Houve, às vezes, exercício formal da democracia e isto está longe de ser o suficiente. Uma coisa é certa: jamais estaremos do lado de quem pretende voltar ao passado. Por isso desconfiamos da conciliação, tema do momento, historicamente um recurso para não mudar nada e manter os privilegiados com os seus privilégios.¹⁵³

[...] VEJA, ao longo de seus dez anos, vem combatendo o arbítrio. Mas, o problema essencial, agora, é muito menos gritar contra o arbítrio e muito mais assegurar uma passagem tranqüila do país para um regime democrático.[...].
[...] não hesitamos em afirmar que a caminhada para a democracia tem, como condição vital para seu êxito, a manutenção da ordem pública. [...] estaremos sempre permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada, e a baderna. [...] Somos a favor da tolerância e da conciliação nacional, mas não vemos razão para se anistiar pessoas que infringiram o Código Penal alegando razões políticas, nem para se incentivar a reorganização de grupos políticos que não aceitam a convivência democrática.¹⁵⁴

¹⁵¹ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 122, 25/04/79. Política, p. 3.

¹⁵² SOUZA, Isabela Maria Batista de. *Istoé*, nº 126, 23/05/79. Cartas, p. 105.

¹⁵³ CARTA, Mino. *Istoé*, nº 96, 25/10/78. Política, p. 3.

¹⁵⁴ CIVITA, Victor. *Veja*, nº 523, 13/09/78. Carta do Editor, p. 19.

Portanto, a partir de tudo o que foi exposto, pode-se concluir que ambas as revistas foram, em primeiro lugar, importantes para a divulgação dos fatos que ocorriam no país, ressaltando as diferenças de posicionamento político frente ao governo militar que uma e outra assumiram, além da abrangência de leitores; e, em segundo lugar, pela constatação de que estes leitores se posicionavam, criticamente ou não, frente às reportagens que liam, independentemente das posturas assumidas pelas revistas frente ao regime militar.

SEGUNDA PARTE

3 AS CARTAS DOS LEITORES.

O objetivo deste capítulo é caracterizar a seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé* nos anos de 1978 e 1979, diagnosticando os autores das cartas e os motivos que os levaram a opinarem *diretamente* nessa seção, bem como demonstrar a possibilidade de apreender o contexto histórico através da identificação dos temas abordados e a relação destes temas com a conjuntura política vigente e a sociedade brasileira, além de especificar algumas particularidades percebidas nestas cartas.

Para tal intento, nos anos acima definidos, foram selecionadas 1704 cartas dentre todas as que se encontram publicadas nessas revistas. Destas, a maior parte, num total de 1418, foram retiradas da revista *Veja*, sendo 772 no ano de 1978 e 646 em 1979. Da revista *Istoé*, o total chegou a um número bem menor, 286 cartas, sendo 134 cartas em 1978 e 152 em 1979.¹⁵⁵ Todas estas cartas foram classificadas, de acordo com o que foi detectado, a partir de três eixos principais: a participação política, econômica ou social e dentro destes, em subtemas gerais e mais específicos, conforme está apresentado na tabela abaixo:¹⁵⁶

<i>Temas gerais</i>	<i>Subtemas</i>
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	Anistia /exílio
	Censura
	Ideologias <ul style="list-style-type: none"> • militarismo • comunismo • democracia
	Política internacional <ul style="list-style-type: none"> • América Latina • Palestina/ Israel/ Irã
	Redemocratização <ul style="list-style-type: none"> • eleições • sucessão • políticos
	Repressão <ul style="list-style-type: none"> • arbítrio • assassinatos/seqüestros • torturas/desaparecimentos

¹⁵⁵ Sobre esta diferença haverá uma exposição mais detalhada posteriormente.

¹⁵⁶ A tabela 1 contém os elementos mais significativos para o objetivo. A tabela 2, localizada em anexo 2, p. 114-116 apresenta um detalhamento de todos os temas selecionados.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Crianças
	Educação
	Meio ambiente
	Minorias
	Movimentos organizados <ul style="list-style-type: none"> • sindicatos/ greves • OAB/ABI/imprensa • estudantes/ igreja
	Trabalho <ul style="list-style-type: none"> • desemprego/ salários • condições de trabalho • direitos legais
PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA	Saúde
	Crise econômica/ inflação
	Direitos do consumidor
	Dívida externa
	Energia <ul style="list-style-type: none"> • crise do petróleo • energia nuclear
	Reforma econômica
	Reforma agrária/ agricultura

Tabela 1: Temáticas detectadas na seção Cartas da Veja e Istoé

Ao observar a tabela, pode-se notar que muitas cartas possuem um conteúdo que envolve, conjuntamente, mais de um tema geral. Na tentativa de caracterizar os temas, optou-se por classificar as cartas pelo elemento mais preponderante que elas expressavam, ainda que, em alguns deles, existam outros elementos secundários que podem ser detectados. Por isso, não é fácil quantificar quantas cartas tratavam sobre política, economia ou assuntos mais sociais. Grosso modo, pode-se dizer que há, nas duas revistas, 1024 cartas no total versando sobre temas políticos, sendo que 571 em 1978 e 453 em 1979. Em temas sociais, o total geral corresponde a 517 cartas, com 275 cartas em 1978 e 242 em 1979 e, nos temas relacionados com participação econômica, o somatório abrangeu 163 cartas. Destas há 60 cartas em 1978 e 103 em 1979. Esses números revelam que em 1978, em razão das eleições estaduais e da sucessão presidencial, ocorreu uma predominância de cartas com a temática da participação política. Em 1979, a participação política continuou constante, ainda que em escala um pouco menor, em virtude dos debates sobre a anistia e das várias reportagens denunciando a repressão política. No tocante aos temas econômicos, percebe-se que em 1979, há um significativo aumento de cartas se

comparado ao ano anterior. Tal comportamento reflete o agravamento da crise econômica, sobretudo devido ao novo choque do petróleo e o conseqüente aumento da gasolina, elevando ainda mais os índices de inflação e o custo de vida.

Além de esses dados permitirem demonstrar que os temas encontrados nas cartas retratam vários fatos que ocorreram no país nesses anos, as cartas classificadas sob os três eixos gerais – política, econômica e social – e sua conseqüente análise suscitam algumas observações interessantes. Em primeiro lugar, elas permitem traçar um contexto histórico do período, na medida em que estas cartas refletem uma diversidade de acontecimentos que estavam presentes no país, conforme observado na tabela 1 acima e na tabela 2 (anexo 2, p. 114-116). Em segundo lugar, evidenciam uma tensão existente entre a sociedade e o regime militar e, em terceiro lugar, a relação destes temas com o contexto político-econômico-social possibilita depreender a participação dos leitores de modo *ativo* nessa sociedade, utilizando a seção *Cartas* como um instrumento, na medida em que esta seção torna-se, neste contexto, um novo canal de protestos e reivindicações, conforme se vê nas cartas a seguir:

O governo aumentou, outra vez, o depósito compulsório para viagens ao exterior, taxa que nos foi criada menos de dois anos atrás. Já não se fala de sua transitoriedade. Enquanto cresce, toma feições de coisa definitiva. A esta altura, o depósito pouco tem a ver com os pretextos que o trouxeram ao mundo. [...]. O depósito é um sucessor moderno do direito de pedágio que se cobrava nas sociedades medievais por puro arbítrio feudal. A livre criação de impostos, aliás, sempre foi uma filha mercantilista do arbítrio político.¹⁵⁷

Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós!¹⁵⁸

Como brasileiro, creio ter o direito de **participar** [grifo meu] das apreensões com relação aos atentados organizados – e muito bem organizados – pela direita, que consegue até acesso nos próprios órgãos governamentais, como os Correios e Telégrafos (Veja nº 517).¹⁵⁹

Além disso, essas transcrições demonstram que esse leitor-cidadão¹⁶⁰ também estava, ao opinar sobre os problemas que o afetavam, participando de forma *direta* e

¹⁵⁷ BATISTA, José Raimundo. *Veja*, nº 493, 15/02/78. Cartas, p. 9.

¹⁵⁸ VIANNA, José Trindade de Segadas. *Istoé*, nº 110, 31/01/79. Cartas, p. 80. Esta carta demonstra o desejo de que no ano de 1979 as liberdades democráticas anunciadas sejam efetivadas.

¹⁵⁹ SILVA, Josemar. *Veja*, nº 519, 16/08/78. Cartas, p. 10.

¹⁶⁰ O leitor-cidadão deve ser compreendido neste trabalho como um leitor das revistas *Veja* e *Istoé* que, ao receber as informações transmitidas por essas revistas, era impelido a expressar sua opinião, contrárias ou

individual. Esta participação demonstra a necessidade de reivindicar os seus direitos civis, políticos, ou sociais, nem todos permitidos e conquistados naquele período. Ou seja, estava exercendo sua cidadania, que, por sua vez, contribuía também para o restabelecimento de um regime democrático no país, conforme os conceitos de *participação*, *cidadania* (direitos políticos, econômicos e sociais) e *democracia*, já definidos na introdução desse trabalho.

Com essas considerações apontadas, vejamos agora quem eram estes leitores. A análise das cartas mostrou uma grande diversidade entre os leitores-cidadãos, cujo universo diversificado era composto de donas de casa, estudantes, operários, políticos, ministros, empresários e outros setores da sociedade, assinantes ou não das revistas, conforme se pode notar por algumas cartas transcritas abaixo:

Sou trabalhador, operário, e por isso mesmo, não posso assinar VEJA, mas sempre que posso adquiero um exemplar desta conceituada publicação. [...] ¹⁶¹

Tomei a liberdade de te escrever e peço não reparar os erros do meu português, porque sou uma obscura e quase analfabeta dona de casa. Não assino as revistas *Veja* e ISTOÉ, mas as peço emprestadas a uma vizinha. [...] ¹⁶²

Professor Paulo Sérgio Pinheiro: Cumprimento-o pela exatidão de sua entrevista reveladora de sua cultura e compreensão da vida política nacional. Disponha do admirador reconhecido. ¹⁶³

Inclusive, dentre algumas personalidades, temos cartas de Dom Hélder Câmara, Lula, Almir Pazzianotto, Dílson Funaro, coronel Antonio Erasmo Dias – comandante do II Exército de São Paulo, deputado Paes de Andrade, ministro e ex- governador Ney Braga, Aluizio Alves, Dinarte Mariz, entre outros.

Há ainda a constatação que os leitores dessas revistas, com circulação nacional, podem ser considerados como representantes de todo o Brasil, sobretudo na revista *Veja*, porque há cartas de todas as regiões e diversas cidades – capitais e interior – apesar de que

não, através da seção *Cartas*, participando da sociedade brasileira daquele momento, exercendo de forma direta e individual sua cidadania e contribuindo para a redemocratização do Brasil.

¹⁶¹ GALINDO, Adalberto Eudes. *Veja*, nº 521, 30/08/78. *Cartas*, p. 10. Este leitor, um paulista, parabeniza um artigo que critica a falta de políticos decentes no país.

¹⁶² FONZAR, Dina Maria. *Istoé*, nº 140, 29/08/79. *Cartas*, p. 96. Essa leitora fala que foi muito divertida a matéria, porém verdadeira, sobre as péssimas condições do transporte coletivo na cidade de São Paulo.

¹⁶³ GUIMARÃES, Ulysses. *Istoé*, nº 140, 29/08/79. *Cartas*, p. 96. Na mesma edição e página há também uma carta do ministro Hélio Beltrão agradecendo a revista “o encorajador apoio no momento em que inicio a difícil tarefa de desburocratização”.

a maioria eram missivistas paulistas e cariocas. E mais, muitas cartas são endereçadas de leitores brasileiros residentes no estrangeiro, notadamente Estados Unidos e França, mas também Portugal, Inglaterra e nossos vizinhos, Argentina, Uruguai e Paraguai, conforme os exemplos a seguir:

Tendo em vista o processo de reformulação por que passa o país, é lamentável a proibição do livro “O Relatório Hite” (Veja nº 520).¹⁶⁴ [Porto Alegre/RS]

Não é necessário greves para melhores salários (VEJA nº 504) e sim uma consciência mais humana de nossas autoridades governamentais quanto ao nosso pequeno mínimo.¹⁶⁵ [Curitiba/PR]

[...] sua “fonte de informações”, Alfa 66, carece no mínimo de idoneidade. Com algumas exceções, cubanos refugiados nos Estados Unidos vivem em condições marginais, envolvidos em crimes e atentados, como o caso “letelier” [...].¹⁶⁶ [Miami/EUA]

A seção *Cartas* também revela algumas cartas com posições políticas e até ideológicas distintas:

Haverá somente uma opção para que o nosso Brasil se torne um país onde predominem a justiça, a liberdade, a democracia autêntica. Esta opção será a restauração do Império, com a coroação de dom Pedro III [...].¹⁶⁷



Veja acertou ao convidar José Salles para dar seu “Ponto de Vista”. Democracia é isto: e é bom o povo tomar conhecimento de que comunista não come criancinha.¹⁶⁸

Fica mais uma vez evidenciado, por essa reportagem, que a democracia é o único regime político capaz de consubstanciar os aspectos mais relevantes da vida num clima de liberdade.¹⁶⁹

A reportagem sobre 1968 foi um enfoque perfeito de inconseqüência dos que se jactavam de ser “líderes populares”. Meu Deus! Em que época estávamos. Depois todo mundo chora pela anistia, suspensão das leis de exceção. Não! Deixem

¹⁶⁴ PADILHA, Renato Luís. *Veja*, nº 521, 30/08/78. *Cartas*, p. 10. Este livro trata sobre as questões sexuais da mulher e seu relacionamento com os homens.

¹⁶⁵ PAULA, Dagoberto T. Prestes de. *Veja*, nº 507, 24/05/78. *Cartas*, p. 10.

¹⁶⁶ MARTINS, Joaquim P. *Veja*, nº 524, 20/09/78. *Cartas*, p. 12.

¹⁶⁷ OLIVEIRA JR, José Honorato de. *Veja*, nº 496, 08/03/78. *Cartas*, p. 10.

¹⁶⁸ PIANA, Werner Fernandes. *Veja*, nº 580, 17/10/79. *Cartas*, p. 10. A pessoa citada na reportagem fala sobre a ideologia comunista, como funciona, quais os objetivos, etc.

¹⁶⁹ GARCIA, José Flávio B. *Veja*, nº 563, 20/06/79. *Cartas*, p. 10.

algumas gerações se formarem num regime em que não possam confundir liberdade com licenciosidade, para que não volte o caos.¹⁷⁰

Chegou a hora de o MDB aproveitar-se das divisões da Arena e fazer alguma coisa. É agora ou nunca.¹⁷¹

Portanto, no aspecto de caracterizar os tipos de leitores presentes na seção *Cartas* dessas duas revistas, pode-se determinar que estes são legítimos representantes da sociedade brasileira na época porque se detectam diferentes classes sociais, distintos posicionamentos políticos e interesses e uma abrangência que percorre todo o território nacional, inclusive estendendo-se a espaços internacionais.

Mas, há muitas outras características apreendidas na análise das cartas. Uma delas é que, além da diversidade dos leitores apresentados acima, alguns deles escreviam várias vezes. Uma outra é que havia leitores que escreviam sobre o mesmo assunto para ambas às revistas, como se assim pudessem dar publicidade ao seu pensamento para o maior número de pessoas, como por exemplo, esta carta transcrita em seguida, publicada na mesma data, 14/06/78 pela *Veja e Istoé*. Essa particularidade pode comprovar, inclusive, que não havia manipulações do conteúdo nas cartas pelas revistas, a não ser um resumo que era de praxe e amplamente divulgado no final da seção e, por parte da redação da *Veja*, percebe-se claramente a retirada de algumas palavras mais críticas, o que também consubstancia a análise explanada no capítulo dois deste trabalho sobre as diferenças de posicionamento político frente ao regime militar (autocensura) entre as duas revistas.

Em 1974, como integrante da turma de formandos de direito, em Brasília, visitei o Congresso. Lá ficamos conhecendo um ilustre parlamentar, de carreira promissora. Hoje, esse mesmo parlamentar – o deputado Murilo Badaró – aceitou o posto de senador biônico por Minas Gerais. Vergonha.¹⁷²

Em 1974 eu estava terminando o curso de direito, em Brasília. A turma de formandos foi então, naquele ano, convidada a visitar o Congresso Nacional. Lá, ficamos conhecendo um ilustre parlamentar de carreira promissora e apontado como padrão de comportamento, dignidade e saber jurídico. Hoje, esse mesmo parlamentar – deputado Murilo Badaró – aceitou a pexotada execrável de senador biônico, por Minas Gerais. Vergonha.¹⁷³

¹⁷⁰ RIBEIRO NETO, A. R. *Veja*, nº 502, 19/04/78. Cartas, p. 8.

¹⁷¹ ARAÚJO, Roberto Márcio Furtado. *Veja*, nº 502, 19/04/78. Cartas, p. 8.

¹⁷² MACEDO, Júlio de. *Veja*, nº 510, 14/06/78. Cartas, p. 8.

¹⁷³ Id. *Istoé*, nº 77, 14/06/78. Cartas, p. 8.

Uma outra particularidade bastante interessante é que os leitores interagiam entre si com bastante frequência, observada notadamente na revista *Veja*. Ou seja, algumas vezes eles concordavam ou estendiam apoio com o que outro missivista tinha expressado. Outras vezes eles se opunham e até criticavam. Ainda, em outros momentos, algumas cartas suscitavam até tréplicas (anexo 4.1, p. 134). Para corroborar as particularidades anteriores citadas, observem os exemplos seguintes:

Considero uma monstruosidade, um absurdo o comportamento dos políticos brasileiros. Ao invés de prestigiar a candidatura do eminente senador Magalhães Pinto, referendam a ascensão de mais um militar para a presidência da República. Proclamo-me um eleitor cassado. Não mais darei meu voto a qualquer deputado ou senador. O doutor Ulysses que me perdoe.¹⁷⁴

[resposta] – Não entendo a ojeriza do leitor José Reynaldo Farias contra os militares, em especial o ilustre general Figueiredo. Pode-se discordar do processo da escolha, mas devemos reconhecer que no atual momento de consolidação da grandiosa obra revolucionária, não poderia ser de outra forma.¹⁷⁵

Pela amostra de convencionais do vóo 503 (VEJA nº 501) podemos ter uma idéia do nível das pessoas que escolheram o candidato arenista à presidência da República. Pelé tinha razão quando afirmou que o brasileiro não está preparado para votar. E eu acrescento: nem em eleições indiretas.¹⁷⁶

[resposta] – Lamentável a carta do leitor Ernesto R. Lemos, [repete a carta acima]. O brasileiro tem condições e está preparado para votar em quaisquer eleições. Como pessoa, filiada a uma sociedade, ele tem o direito inalienável de escolha de seu destino.¹⁷⁷

Em recente declaração aos jornais, o senador Paulo Brossard afirma que o Senado não chegará a conhecer os biônicos. Apesar de desejar que tal noticiário se concretize, não estou contando com isso e, dessa maneira, o nosso Senado será naturalmente conspurcado pela presença daqueles indesejáveis. Não obstante, conheço um meio eficaz de eliminar essas personagens da memória nacional: o boicote da imprensa. Seja pela pura e simples omissão de seus nomes, como se realmente não existissem, seja pela publicação tão só de suas iniciais. Está lançada a idéia contra a poluição do Senado.¹⁷⁸

¹⁷⁴ SIMONSEN, José Reynaldo Farias. *Veja*, nº 489, 18/01/78. Cartas, p. 10.

¹⁷⁵ PISKE, Ferdinando. *Veja*, nº 491, 01/02/78. Cartas, p. 8.

¹⁷⁶ LEMOS, Ernesto R. *Veja*, nº 503, 26/04/78. Cartas, p. 10.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Álvaro Fernandes de. *Veja*, nº 505, 10/05/78. Cartas, p. 10.

¹⁷⁸ TOBIAS FILHO. *Veja*, nº 509, 07/06/78. Cartas, p. 10.

[resposta] – Meu total e irrestrito apoio à idéia lançada pelo leitor Tobias Filho de boicote aos biônicos. A idéia não é nova, mas válida.¹⁷⁹

[outra resposta] – Excelente a sugestão.¹⁸⁰

Igualmente interessante, são as cartas que encaminham soluções e propostas para ajudar o Estado a resolver dada dificuldade presente no país naquele período, ao mesmo tempo em que aproveitam para emitir sua opinião, às vezes até críticas sobre a atuação do governo. Em uma mesma edição de *Veja* em março de 1979, um momento delicado sobre a crise do petróleo, há quatro cartas dando sugestões para economizar combustível. Nelas, os leitores-cidadãos sugerem que o governo se interesse mais pelo carvão, estabeleça rodízios para a circulação de veículos, incentive uma utilização maior do transporte coletivo, desde que a frota de ônibus em circulação não seja reduzida e ainda outra, transcrita abaixo, que enumera várias propostas para combater o problema:

Por ser assunto do momento e o governo estar pedindo, apresento minhas sugestões para a economia de derivados do petróleo: 1) ampliar e aperfeiçoar a rede ferroviária; 2) implantar e ampliar os metrô; 3) implantar os ônibus elétricos; 4) não enquadrar as motocicletas como “supérfluos” para importação.¹⁸¹

Havia e há, várias outras opções para socorrer as vítimas das cheias. Enumero quatro: aumento de 1 cruzeiro em cada cartão da loteca, adicional sobre cigarros, adicional sobre bebidas e/ou bens supérfluos – além é claro, de deixar de socorrer Luftallas, Atallas, etc.¹⁸²

Agora, em relação à atuação das revistas frente às cartas recebidas foi possível notar algumas diferenças, sendo que uma exploração mais detalhada foi logicamente limitada pelo tempo restrito que uma monografia oferece para a pesquisa, devendo estes pontos ser mais bem explorados em trabalhos futuros. Dentre estas diferenças, a mais patente é a quantidade de cartas que cada revista recebeu.¹⁸³ Neste quesito, a revista *Veja* publicou, nos anos analisados, uma quantidade bem maior se comparada com a *Istoé*. Enquanto a primeira revista, em edições normais, dedicou normalmente duas páginas para

¹⁷⁹ ROZZI, José D. *Veja*, nº 512, 28/06/78. Cartas, p. 10.

¹⁸⁰ GONÇALVES, Edson. *Veja*, nº 512, 28/06/78. Cartas, p. 10.

¹⁸¹ NICKEL, Aramis A. *Veja*, nº 551, 28/03/79. Cartas, p. 10. Os outros leitores são Luiz C. Lasek, Ruy Nepomuceno Filho e Maurício Francisco Miszewski respectivamente, todas na mesma edição e página.

¹⁸² MARIANO, Otávio Augusto. *Veja*, nº 551, 28/03/79. Cartas, p. 12. Esta carta refere-se ao aumento de 5% do Imposto de Renda para ajudar as regiões afligidas pelas enchentes daquele ano.

¹⁸³ Conforme exposto no início do capítulo.

esta seção e, em edições seguintes à publicação de matérias com conteúdos mais polêmicos, o espaço aumentava para três, quatro ou até cinco páginas; a segunda revista, por outro lado, em sua grande maioria, reservou apenas uma página ou no máximo duas.

O fator mais óbvio que explica esta diferença, como já foi dito no capítulo anterior, é a quantidade de leitores que cada revista possuía. Um outro fator surge da análise das cartas, demonstrando que a maioria das cartas da *Istoé* publicadas são de defesa, esclarecimentos ou retificações de pessoas, frequentemente políticos, citados em determinadas reportagens, provavelmente porque o teor das matérias possuía um caráter mais crítico e de denúncias, também já exposto no capítulo dois. No entanto, mesmo levando em consideração que essas cartas naturalmente tinham preferência por causa do direito de resposta, surge uma questão: por que tão poucas cartas opinativas, comparativamente a *Veja*, na revista *Istoé* considerada mais combativa e crítica ao regime militar e, por conseguinte, seus leitores provavelmente com o mesmo perfil, não era de se esperar, então, uma maior quantidade de cartas igualmente críticas?

Uma das respostas possíveis é apontada na entrevista concedida por Mino Carta à autora. Ele diz que nesse período, levando em consideração que para se publicar uma carta, a premissa básica sempre foi à identificação completa dos leitores, a redação não recebia muitas cartas, sobretudo opinativas, exatamente em função dos receios dos missivistas de receber qualquer tipo de represálias, embora, mesmo na *Veja*, no período de maior repressão à revista, nenhum censor chegou a vetar alguma carta ou solicitar o endereço de algum missivista. Além disso, segundo ele, quando eles recebiam alguma carta mais “bombástica”, a redação procurava não publicar, para se evitar problemas, inclusive para a revista, além de preservar o leitor.¹⁸⁴ Mais adiante, a questão do medo dos leitores será retomada.

Outra diferença observada, refere-se à extensão das cartas publicadas. Dificilmente a *Veja* possuía cartas longas, enquanto na *Istoé* percebe-se com mais frequência essa característica, às vezes, uma ou duas cartas apenas por edição. Aliás, isto permitia também a oportunidade de abrir um espaço, nesta seção, para cartas de familiares de pessoas desaparecidas solicitando apuração e justiça pelas autoridades competentes ou até de extorturados relatando suas experiências e conseqüências, normalmente de saúde, ou ainda de presos políticos relatando problemas quanto às condições de carceragem ou andamento de

¹⁸⁴ Ver entrevista de Mino Carta em anexo 3.1, p. 121-122.

seus processos na Justiça.¹⁸⁵ A revista *Veja*, nesse aspecto, nota-se uma proporção bem menor.

Quanto aos critérios de seleção das cartas a serem publicadas adotadas por essas revistas, só foi possível esclarecer os critérios da *Istoé*.¹⁸⁶ Desse modo, apresentar-se-á como a seleção se processava na seção *Cartas* dessa revista, através das informações levantadas na entrevista com Mino Carta (anexo 3.1, p. 121-122). Primeiramente, ele esclarece que não havia ninguém responsável diretamente pela seleção das cartas recebidas, até porque a redação era composta de poucos jornalistas e alguns funcionários de apoio. Assim como, não havia problemas se tal carta deveria ser ou não publicada. Isto porque “o critério aplicado era sempre o do interesse geral ou de alguma coisa que o leitor dizia que tinha pertinência ou ainda uma análise aguda de uma situação qualquer, ou também eram cartas que discordavam ou concordavam com a revista”.¹⁸⁷

A respeito da possível interação entre a revista e seus missivistas em relação ao conteúdo das cartas, observou-se que a redação de *Istoé* quase sempre sentia necessidade de responder ao emitente ou até expressar uma opinião própria, fosse da redação como um todo ou do profissional a quem tinha sido encaminhada à carta. Inclusive, várias vezes nessas respostas, o tom era bastante crítico, especialmente se este criticava o enfoque assumido em determinadas reportagens ou se questionava o posicionamento ideológico da revista ou ainda procurava esclarecer ou retificar pontos, geralmente de seus pensamentos e muito freqüente em políticos, ou até em matérias completas. Na revista *Veja*, essa característica não é muito observada, sendo que, no geral, as respostas eram sucintas, dificilmente também provocando uma resposta mais contundente por parte da redação. Vejamos um exemplo elucidativo:

[a carta] – Ao grande e bravo general Euler Bentes Monteiro, patriarca da redemocratização do Brasil, que em 15 de outubro de 1978, por uma minoria de traidores do povo brasileiro, foste derrotado, mas esta derrota não é o pensamento de 112 milhões de brasileiros que neste momento se solidarizam com Vossa Excelência para uma democracia limpa e honesta. Não desanime general. O bem sempre vence o mal.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Para quem tiver maior interesse nesse assunto, observar a seção *Cartas* das edições nº 93, 98, 99, 100 e 112 da *Istoé* no ano de 1978, por exemplo.

¹⁸⁶ Em relação aos critérios de seleção das cartas utilizados pela revista *Veja* é importante informar que não foi possível contactar, durante o tempo da pesquisa, o diretor de redação da revista nos anos de 1978 e 1979, senhor José Roberto Guzzo, por este encontrar-se, a maior parte do tempo, em atividades profissionais em Paris.

¹⁸⁷ CARTA, Mino. *Entrevista*. Anexo 3.1, p. 122.

¹⁸⁸ QUEIROZ, Jorge Luís. *Istoé*, nº 97, 31/10/78. *Cartas*, p. 104.

[resposta da redação] – Assim como o Colégio Eleitoral reunido dia 15 de outubro não nos parece ter representação do povo brasileiro, a não ser no seu aspecto formal, para escolher o presidente da República, nós achamos que o sr. Jorge Luís de Queiroz não tem representação de 112 milhões de brasileiros para hipotecar solidariedades.¹⁸⁹

Porém, outros aspectos ainda foram detectados nas cartas. Nesse sentido, a pesquisa nesta seção surpreende e estimula a todo instante por apresentar um riquíssimo material primário para avaliar o pensamento de uma sociedade. Entretanto, não se pode entusiasmar-se, porque uma premissa fundamental em uma análise histórica é proceder a uma crítica das fontes. Ao pensar sobre este aspecto, uma das primeiras questões que salta, diz respeito à confiabilidade e veracidade deste material pois, como comprovar se o teor destas cartas não foi manipulado, inventado ou forjado? Especialmente, em um regime de exceção com forte atuação da censura e autocensura nos canais de informação e sabendo-se que informação e comunicação são fundamentais para uma sociedade participativa. Ainda mais tendo em vista que no material de apoio pesquisado, sobretudo aos que diz respeito à imprensa, informação ou comunicação, não se encontrou nenhuma análise dessa fonte específica. Os estudos atêm-se somente aos discursos jornalísticos e estes sempre são ressaltados que se deve encará-los como fonte secundária.¹⁹⁰

Para responder este problema, especialmente por causa da defesa que se faz nesta monografia que as opiniões dos leitores é uma forma de participação *individual e direta* na sociedade, usando como instrumental a seção *Cartas* definida como um *lugar* em que eles expressavam seus pensamentos e até apreensões, faz-se necessário à definição de alguns conceitos que envolvem o processo de *comunicação, informação e opinião*, porém, associando os conceitos encontrados para a fonte analisada.

Primeiramente, adaptando-se o entendimento de Eder Sader em sua obra *Quando novos personagens entraram em cena*, até porque, nessa pesquisa, considera-se o leitor-cidadão como um novo personagem que também contribuiu para o retorno da democracia nesse país, faz-se necessário estabelecer que os discursos (ou opiniões) dos leitores-cidadãos presentes nas cartas devem ser compreendidos neste trabalho como

[...] o uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público (ou, no limite, a uma segunda pessoa). Os diversos discursos

¹⁸⁹ REDAÇÃO. *Istoé*, nº 97, 31/10/78. Cartas, p. 104. Resposta publicada imediatamente abaixo da carta do leitor.

¹⁹⁰ ABREU, João B. de. *As manobras da informação: ...* p. 18.

que lemos ou escutamos numa sociedade num dado período [...] podem ser [...] um modo [...] de nomear seus problemas, objetivos, valores.¹⁹¹

Assim, quando o leitor-cidadão é impelido a escrever para a seção *Cartas* dessas revistas, por sentir a necessidade de expressar sua opinião, fosse contrária ou a favor de dado problema, deve-se entender que ao mesmo tempo ele nomeia, registra e até compartilha suas apreensões com o restante do país e, em muitos casos, procurando até atingir alguma autoridade que pudesse resolver o que lhe incomodava de mais imediato. Ao realizar tal procedimento, ele torna-se também um agente político e, por que não dizer, histórico, na medida em que expressa também as divisões e os antagonismos de sua sociedade.

Quanto aos aspectos que envolvem a *comunicação*, conforme Peter Burke observa, o processo de comunicação e recepção deve ser estudado como meios de repassar as ideologias nas sociedades, analisando não só as mensagens, emissores e receptores, mas também os canais, os códigos e os cenários. Isto porque dependendo do receptor, a linguagem se altera. Também se deve levar em consideração como os receptores recebem as mensagens, como eles se apropriam delas e adaptam-nas as suas necessidades.¹⁹²

Nessa linha de raciocínio, Marilena Chauí diz que o emissor é o especialista, aquele que possui conhecimentos, aquele que regula, controla e predetermina a comunicação. O receptor é aquele para o qual é preparado o que se vai dizer, cabendo a ele aceitar, discordar, julgar, avaliar e interpretar o que recebeu, mas no interior do espaço definido previamente pelos emissores. Nesse sentido, percebe-se que ocorre um monopólio da comunicação pela classe dominante, sendo que este tipo de informação alcança seus objetivos através da sedução e formando uma opinião pública “informada” capaz de julgar e decidir.¹⁹³ Porém, por outro lado, a autora diz também que

[...] seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e a qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, **de sua possibilidade de nelas intervir** [grifo meu] como produtor do saber.¹⁹⁴

¹⁹¹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 59.

¹⁹² BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 135-138.

¹⁹³ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 31-35.

¹⁹⁴ Id. Apud AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário: ...* p. 189.

Já, o processo de comunicação efetuado através da imprensa escrita é analisado, mais detalhadamente, na obra de João Batista de Abreu. No que diz respeito ao uso das palavras, ele utiliza o pressuposto, retirado de Barkhtin, que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente aquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”.¹⁹⁵ Por isso, “ideologia e discurso jornalístico seguem juntos em linhas paralelas que se encontram no infinito”¹⁹⁶ e a palavra, seu mais poderoso instrumento.

Em relação aos emissores e receptores, Abreu fala que ambos são múltiplos e, no caso dos receptores, que é o que importa mais nesta pesquisa, ele observa que cada um possui uma visão de mundo. Nessa diversidade de leitores o órgão de comunicação precisa conquistá-los construindo uma relação com eles de credibilidade. Mas esta, não significa dizer exatamente a verdade, mas contar um fato verdadeiro de acordo com a visão de mundo do leitor. Ou seja, ela procura aparentar imparcialidade, no mínimo, pois se apresenta como intermediária fiel entre o leitor e os acontecimentos, além de intermediária entre o poder público e a comunidade e, qualquer ruptura nesse contrato, dificulta a aceitação do leitor.¹⁹⁷

É preciso também apontar dois pontos sobre o processo de recepção de uma mensagem que se complementam. Primeiro: “o processo de retenção da mensagem **convicente** [grifo meu] geralmente incorpora conceitos com os quais o leitor se identifica ou simpatiza”.¹⁹⁸ Segundo: na recepção de uma mensagem, cada indivíduo tende a interpretá-la de acordo com suas próprias preocupações e quando surge uma diferença de opinião entre o que o leitor lê e o que ele pensa, ocorre uma distorção, uma filtragem na transmissão da informação. Este, então, processa o que é chamado de *dissonância cognitiva*. Esta, segundo a teoria de Festinger, ocorre quando “um indivíduo é confrontado com um fato, uma opinião, um comportamento ou uma escolha que o contradiga, a coerência de seu sistema de opinião sofre [então] uma tensão que suscita reações de reajustamento até que desapareça a tensão”.¹⁹⁹

¹⁹⁵ BARKHTIN apud ABREU, João Batista de. *As Manobras da Informação:* p. 22.

¹⁹⁶ ABREU, João Batista de. Op. cit., p. 21.

¹⁹⁷ Id., *ibid.*, 141-142.

¹⁹⁸ Id., *ibid.*, p. 165.

¹⁹⁹ AMADO, Giles; GUITTET, André. *A dinâmica da comunicação em grupos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 63.

Outro ponto importante é distinguir a *opinião pública* da *opinião individual* que é percebida pelos leitores da seção *Cartas*, sobretudo em um regime de autoritarismo. Para tal, utilizar-se-á o pensamento de Hannah Arendt:

Uma vez que ninguém é capaz de formar sua própria opinião sem o concurso de uma diversidade de opiniões defendidas por outras pessoas, a supremacia da opinião pública põe em risco até mesmo a opinião dos poucos que têm a ousadia de não compartilhar dela.

As opiniões, ao contrário, nunca dizem respeito a grupos, mas exclusivamente a indivíduos, que “manifestam livre e desapaixonadamente os seus pontos de vista”, e nenhuma multidão, seja ela representativa apenas de uma parte da sociedade, seja de sua totalidade, jamais será capaz de formar uma opinião”.²⁰⁰

Depois de expostos esses comentários, tomar-se-á como pressuposto que a informação reproduzida pelos meios de comunicação e captada pelos leitores permitiam que estes participassem politicamente, independentemente das manipulações que poderiam ocorrer nas reportagens publicadas ou ao tipo de mensagens que se queria repassar, produzindo como resultado o interesse de expressar suas opiniões, quer elas fossem contrárias ou a favor dos temas abordados, além de que os posicionamentos assumidos sobre determinados assuntos expandiam-se para além dos pensamentos individuais, na medida que estes leitores procuravam comunicar-se com outros membros da sociedade, conforme é mais bem explicitado por Ilse Sherer-Warren:

[...] na sociedade contemporânea em que a informação e a comunicação de massas são partes do cotidiano das populações, diferentes níveis de saber e do fazer acabam se interconectando. Penso nas conexões entre o pensamento filosófico e teórico com os movimentos culturais e ideológicos e destes com os movimentos sociais propriamente ditos.

O pensamento filosófico e teórico organiza e sistematiza, sob a forma de conhecimento, os pensamentos, os desejos, os projetos e as utopias e práxis subseqüentes dos movimentos sociais. Efetua também uma reflexão ou análise crítica sobre estes.

Os movimentos culturais e ideológicos divulgam as novas idéias e criam novos adeptos. A este nível é que o desenvolvimento dos meios de informação torna-se particularmente relevante.²⁰¹

Para comprovar se este pensamento realmente estava na mente dos leitores, assim como para verificar se houve manipulação nas cartas que eram enviadas às revistas em

²⁰⁰ ARENDT, Hannah apud AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário*: ... p. 188.

²⁰¹ SHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano?* p. 37.

questão, procurou-se localizar alguns missivistas dos anos de 1978 e 1979, cujas cartas foram publicadas em *Veja e Istoé*, assim como foi realizada uma entrevista com o diretor de redação da revista *Istoé* na época, senhor Mino Carta.²⁰² Isto se tornou imprescindível para responder se a questão levantada anteriormente é fonte legítima para depreender o pensamento dos leitores, bem como se permite traçar um quadro real da sociedade.

No aspecto da manipulação, Mino Carta é enfático ao afirmar que, nas redações que ele dirigiu, nunca houve manipulação de cartas, mesmo nos períodos mais duros da repressão, embora ele acredite que fossem enviadas cartas forjadas, além de muitas contendo ameaças.²⁰³ Por essa razão, sentiu-se a necessidade de contatar os leitores para esclarecer vários pontos, sendo um deles a autenticidade da carta e se houve modificações na essência de seu conteúdo.

Mas, quais leitores seriam contatados? Pelo fato da pesquisadora residir na cidade de Natal/RN, detectou-se, nos anos de 1978 e 1979, trinta e uma (31) cartas cujos emittentes são moradores dessa cidade. Destes, havia 28 (vinte e oito) leitores-cidadãos, porque dois deles escreveram mais de uma vez. Uma pesquisa efetuada na lista telefônica residencial da cidade permitiu a localização de doze leitores. Destes, nove confirmaram que escreveram para as revistas e que não houvera alteração no conteúdo de suas cartas. Os três leitores restantes não foi possível confirmar porque um deles havia falecido, sem que houvesse parentes próximos que pudessem ratificar ou não; outra leitora não se recorda de ter enviado esta carta específica, embora se lembre ter enviado uma carta, mas acha que é em anos mais recentes, além disso, afirma que conhece uma homônima na cidade e, o outro negou ter escrito à revista. Portanto, de acordo com os leitores localizados por contatos telefônicos, apenas um negou não ser o missivista em questão, podendo, então, depreender, pelo menos nesse universo, que as cartas possuem um grau de confiabilidade e legitimidade satisfatórias para a realização dessa pesquisa.

Por outro lado, das 1704 cartas selecionadas e classificadas, percebeu-se, de forma bastante tangível, que apenas em três cartas podem ser contestadas sua autenticidade (*Veja*, nº 500, 503, e 539), as quais foram detectadas e denunciadas pelos verdadeiros leitores (*Veja*, nº 505, 506 e 544).

²⁰² Todas essas entrevistas encontram-se transcritas na íntegra no anexo 3, p. 117-133.

²⁰³ Ver entrevista de Mino Carta em anexo 3.1, p. 117-125.

[falsa] – Sinto-me no dever de parabenizar o coronel Tarcísio pela sua coragem e honradez. Suas idéias são compartilhadas pela quase totalidade do povo brasileiro.²⁰⁴

[contestação] Com a mais autêntica surpresa, deparei-me, em VEJA nº 500, com o excerto de uma carta elogiosa ao coronel Tarcísio, carta essa atribuída a minha pessoa. Trata-se de uma missiva apócrifa, posto que jamais escrevi tal carta e, em consequência, não devo assumir a responsabilidade pelo que ali foi dito. Além de não ter escrito a carta, discordo, absolutamente, do que ali foi mencionado.²⁰⁵

[falsa] – Ao ler em VEJA, nº 499 a reportagem “Abuso do solo”, constatamos com imensa tristeza, a impunidade dos nossos homens públicos, que “venderam” 90% da cidade de Salvador em benefício de poucos.²⁰⁶

[contestação] Veja nº 503 publica carta atribuída a José da Silva Azevedo, de Salvador, em que o missivista diz constatar “com imensa tristeza a impunidade dos nossos homens públicos, que venderam 90% da cidade de Salvador em benefício de poucos”. Exerço em Salvador as funções de subgerente do BNH e, a bem da verdade, devo esclarecer que a carta não é de minha autoria. Ou se trata de homônimo ou de alguém que se escuda em meu nome para extravazar [sic] seus ressentimentos políticos.²⁰⁷

[falsa] – A cada número de VEJA tenho constatado que aumenta o destaque dado a velhos subversivos, a começar pelo comunista Leonel Brizola. Até quando o governo permitirá esse uso irresponsável da liberdade de expressão?²⁰⁸

[contestação] Em VEJA nº 539, seção de “Cartas”, alguém que assinou Virmond Teres, de Brasília, DF, condenou a liberdade de expressão e fez uso dela para cometer o crime de falsa identidade e calúnia. Residente em Brasília, onde consta meu nome no catálogo telefônico como “Virmond Teres F. L.”, não tive dúvidas quanto à intencionalidade de quem escreveu aquela carta. Não sabendo ele o significado das iniciais F. e L. e não sabendo também que, no catálogo, o sobrenome precede nomes e prenome, usou aquela assinatura. Quero, então, esclarecer que não estou qualificado para avaliar criminalmente ou politicamente o senhor Leonel Brizola, nem a emitir conceitos quanto a sua posição ideológica ou ativista. Acho, somente, que seu lugar, como brasileiro, é no Brasil. Finalmente, quero deixar bem clara minha opinião favorável à total liberdade de expressão, através de todos os meios de comunicação, para a defesa do cidadão e da nação.²⁰⁹

Em todas as cartas “falsas” transcritas, pode-se depreender que, apesar de contestada a autenticidade, isso não impede que estes autores estejam expressando o seu

²⁰⁴ LAGROTTA JR, Orion P. *Veja*, nº 500, 05/04/78. Cartas, p. 8.

²⁰⁵ LAGROTTA JR, Orion Piramo. *Veja*, nº 506, 17/05/78. Cartas, p. 10.

²⁰⁶ AZEVEDO, José da Silva. *Veja*, nº 503, 26/04/78. Cartas, p. 10.

²⁰⁷ AZEVEDO, José da Silva. *Veja*, nº 505, 10/05/78. Cartas, p. 10.

²⁰⁸ TERES, Virmond. *Veja*, nº 539, 03/01/79. Cartas, p. 10.

²⁰⁹ VIRMOND, Teres Fernando Leal. *Veja*, nº 544, 07/02/79. Cartas, p. 6.

pensamento. Inclusive, o autor da última carta (a falsa) cuja posição demonstra um extremo autoritarismo e radicalismo, sugere uma possível ligação, talvez, de alguma associação terrorista de direita, bastante forte e atuante naquele período. Mas, isto não importa. O que importa é que seu posicionamento reflete sua opinião, a qual discordava do processo de abertura que previa o futuro retorno dos exilados políticos ao país.

E, embora tenha sido aventada a probabilidade destas cartas não serem confiáveis, esta percentagem de 0,17% é insignificante e bastante normal, o que não compromete de maneira nenhuma a legitimidade das demais. Sustenta-se, a meu ver, a possibilidade de utilização das cartas como uma rica e importante fonte histórica primária.

Para verificar os outros aspectos citados acima, como a possibilidade de captar o pensamento dos leitores sobre os acontecimentos da época, bem como a comunicação destes em seu ambiente, reproduzindo, interagindo e até intervindo nas informações adquiridas, enfim participando, procurou-se realizar entrevistas com alguns leitores. Em virtude do pouco tempo para a execução dessa pesquisa, somente três foram escolhidos, sendo dois da revista *Veja* e um da *Istoé*.

Um deles, senhor José Trindade da Costa,²¹⁰ economista e oficial da Marinha do Brasil, escreveu três cartas nos anos de 1979 para a revista *Veja* que foram publicadas. Aliás, ele ainda é assinante e ainda continua enviando cartas. Segundo sua entrevista, seu pensamento ao escrever era de desabafo e de manifestar sua opinião sobre os assuntos que lhe interessavam, de se expressar na sociedade e até registrar para todo o país seus pensamentos, embora recebesse instrução da Marinha, indiretamente, que era preferível não realizar tal procedimento. Mesmo assim, ele se negava a não poder expressar o seu direito de dar opinião. Também afirma que costumava comentar algumas reportagens e suas idéias com pessoas de seu ambiente e nível cultural. Quanto à confiabilidade da revista, sempre confiou e ainda a acha imparcial, além de ser um ótimo veículo de informação, sobretudo porque ele é um leitor que sempre comparou os fatos através de vários órgãos da imprensa.

Outro leitor, o senhor Flávio Rezende, jornalista e funcionário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte teve uma carta publicada em 1979, também pela *Veja*. Nessa época, era estudante, integrante do MDB jovem e militante da comissão da luta pela Anistia e de Direitos Humanos, portanto, com posicionamento ideológico de esquerda e engajado politicamente. Seu objetivo era manifestar sua indignação sobre assuntos que lhe

²¹⁰ Ler entrevista e suas cartas transcritas em anexo 3.2, p. 126-130.

revoltavam, sobretudo aqueles que violassem os direitos humanos, inclusive cobrando do governo que se punisse os responsáveis. Sobre o medo de que ainda era um regime de exceção diz que sempre fora destemido e não pensara em sofrer represálias por causa de sua carta, embora soubesse que elas poderiam advir. Quanto à confiabilidade da revista, achava as matérias profundas e contundentes, exatamente porque sempre a considerou, hoje e naquela época, um órgão de informação com postura de não alinhamento com o governo. A respeito de repassar as informações que lia para outras pessoas, diz que “muitas eram motivos para conversas entre nós jovens que gostávamos de política”.²¹¹

A entrevista realizada com o leitor de *Istoé*,²¹² em seus aspectos gerais mostrou o mesmo conteúdo em relação aos leitores da revista *Veja*, confirmando também que não houve nenhuma alteração no conteúdo de sua carta, nem tampouco possuía medo de qualquer represália, porque apenas manifestou sua opinião sobre um assunto que lhe interessava naquele tempo. Apenas observou uma diferença entre a revista *Veja* e *Istoé*, pois, como leitor de ambas as revistas, achava que a segunda mostrava a realidade do Brasil mais livremente.

Na entrevista de Mino Carta, considerando aqui uma visão do órgão de comunicação, ele acredita que geralmente esta seção é indicativa dos humores e sentimentos dos leitores, na qual se pode captar o pensamento destes, como também os acontecimentos ocorridos em determinados períodos, embora faça uma ressalva para os tempos de arbítrio. Segundo ele, nesses tempos, o leitor não se sente muito à vontade para expor seus pensamentos desabridamente e, mesmo no final dos anos setenta, ainda havia um clima de tensão e medo que se prolongou muito além do fim do AI-5 (anexo 3.1, p. 119-120).

Todavia, a análise das cartas no período pesquisado não demonstrou que o medo impedisse a expressão de posições críticas; no máximo, em alguns leitores, um certo cuidado. Na verdade, mostrou que a maioria das cartas criticavam as ações do regime militar, fosse em assuntos econômicos, políticos ou sociais. Uma delas, inclusive ressaltava também a ausência de ação da oposição:

²¹¹ REZENDE, Flávio L. Dantas de. *Entrevista*. Anexo 3.3, p. 132. Ler também a entrevista na íntegra. p. 131-132.

²¹² Em relação à entrevista realizada com esse leitor, faz-se necessário informar que o mesmo teve que viajar a negócios, não sendo possível confirmar com o mesmo a transcrição da gravação em tempo de conclusão desse trabalho, o que será concretizado posteriormente e, por esse motivo, a sua entrevista não está anexada nesse trabalho e nem sua identificação.

Desde 1955, quando comecei a participar, como eleitor, da vida política do país, tenho observado que, apesar das diversas mudanças de governo, a situação econômica continua a mesma. Os futuros dirigentes, agora, repetem a triste recomendação do “apertar os cintos”. E a oposição, em vez de apresentar soluções, só se preocupa com a badalada “anistia”, como se esta fosse solução mágica para todas as aflições do povo brasileiro. Soluções existem, algumas até bem simples, desde que os governantes, pondo de lado o comodismo e a burocracia excessiva, tenham a boa vontade e o pulso forte para colocá-las em ação.²¹³

E esta outra, apesar de um certo receio, como se pode perceber, não se furtou de cobrar das autoridades aquilo que o preocupava:

É com grande júbilo que escrevo para esta revista democrática, aberta, pela qual tenho grande admiração e profundo respeito [...]. Mas o motivo que me levou a tomar tal atitude é um pouco **arriscado** [grifo meu], principalmente num país como o nosso, o qual eu amo com todas as minhas forças. Venho alertar as autoridades federais, municipais e estaduais para o perigo que representa a poluição que estamos enfrentando na época atual. [...] ²¹⁴

E, principalmente na revista *Veja*, foram identificadas inúmeras cartas que expressam opinião pessoal, sendo a maioria delas crítica, praticamente em todos os assuntos, inclusive da atuação do governo, conforme já foi transcrito em alguns exemplos até o presente momento e em outros que serão expostos no capítulo seguinte. Desse modo, outra indagação surge: porque os leitores de *Veja* não tinham receio? Uma possível resposta é que, conforme se verificou nos leitores entrevistados eles acreditavam na postura independente de *Veja*. Mas, para se analisar corretamente este aspecto seria necessário uma pesquisa mais aprofundada, o que não foi possível concretizar.

Enfim, dentro das limitações concernentes ao fato de ser uma fonte, talvez até original para se analisar uma sociedade, esta pesquisa acredita ter respondido aos problemas relativos à confiabilidade e veracidade desta fonte, assim como demonstrar que, através da seção *Cartas* nos anos de 1978 e 1979, é possível traçar um contexto histórico do período pelo fato de abranger inúmeros acontecimentos presentes naquela época e também pelo fato dos missivistas serem representativos dessa sociedade, bem como captar a tensão existente entre esta e o regime militar.

Também é importante registrar que, em todos os autores pesquisados que estudaram o processo de abertura política, nenhum deles se refere a uma *participação* da sociedade de forma *direta e individual*, sem fazer parte de movimentos coletivos ou de instituições

²¹³ FERREIRA, Cláudio José Fonseca. *Veja*, nº 546, 21/02/79. Cartas, p. 12.

²¹⁴ NEIFE, Dirceu Francisco. *Istoé*, nº 110, 31/01/79. Cartas, p. 80.

organizadas e, as cartas dos leitores, publicadas nas revistas analisadas, mostram que estes possuíam uma evidente necessidade de participar, de exercer sua cidadania, de expressar opiniões, sugestões e cobranças, enfim de buscar *direta e individualmente* por seus direitos políticos, econômicos e sociais. Como não havia, naquele momento, um canal próprio para se comunicar com o governo, usaram a seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé* para isso, ou seja, criaram um novo espaço para suas reivindicações. Ao mesmo tempo em que registravam seus anseios, externando-os para o maior número possível de pessoas, contribuindo, também, para a conscientização de outros cidadãos e para o retorno da democracia no Brasil.

4 A CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO DO LEITOR-CIDADÃO: UMA LEITURA A PARTIR DA SEÇÃO *CARTAS*.

Considerando que os leitores da revista *Veja e IstoÉ* foram participantes ativos da sociedade brasileira de forma *individual e direta* nos anos de 1978 e 1979, conforme demonstrado no capítulo anterior e, considerando que estes leitores estavam inseridos em um contexto de abertura política que visava o restabelecimento de um regime democrático no Brasil, embora persistisse a censura e repressão, ainda que em níveis mais brandos do que em outras fases do regime militar, este capítulo especificará alguns dos temas mais recorrentes detectados na seção *Cartas* dessas revistas em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, associando os anseios e preocupações presentes nas opiniões desses leitores-cidadãos como uma forma de exercer sua cidadania, a fim de contribuir e participar no processo de abertura política daquele período.

Como os temas detectados na seção *Cartas* são bastante abrangentes, trabalhar-se-á apenas alguns assuntos mais significativos de acordo com a quantidade de cartas publicadas, as quais demonstram uma sociedade brasileira preocupada com os acontecimentos daquela época. Para verificar a *participação política* desses leitores-cidadãos, serão transcritas algumas cartas que falam sobre as eleições, sucessão presidencial e estadual; outras sobre o processo de anistia; e outras ainda sobre a repressão utilizada pelo regime militar, percebendo, no entanto, que esses assuntos estão todos relacionados com o processo de redemocratização como um todo. Essa abrangência de subtemas para analisar a participação política se justifica, porque nesses anos, conforme exposto na introdução desse trabalho, ocorreram eleições diretas e indiretas, respectivamente para os cargos do poder legislativo e para presidente e governos estaduais, limitadas pelo conjunto de leis decretadas pelo Pacote de Abril.²¹⁵ Por outro lado, acelerou-se os debates sobre a anistia e direitos humanos, bem como a divulgação à sociedade sobre as ações repressivas executadas pelo regime militar.

Para a participação social, a análise deter-se-á nas cartas que abordam as greves ocorridas nesses anos, sobretudo em 1979, especialmente articuladas pelo movimento operário do ABC e demais movimentos civis da sociedade por estarem também ligadas ao processo de abertura política. Assim como, para os temas econômicos, trabalhar-se com as cartas que discorrem sobre os problemas decorrentes da crise do petróleo, inflação e

²¹⁵ Conforme já explicado na introdução desse trabalho.

elevação do custo de vida, ou seja, quais as opiniões dos leitores-cidadãos sobre os rumos da economia, pelo fato de serem pertinentes para a participação da vida nacional daquela época. De qualquer forma, apesar de estas cartas terem sido classificadas pelo seu elemento mais preponderante, pode se perceber uma inter-relação entre todas elas.

Dessa maneira, analisaremos, primeiramente, os **temas políticos** presentes nas cartas dos leitores. Conforme foi exposto, 1978 foi um ano eleitoral e esta situação foi refletida na seção pesquisada. Através da análise das cartas percebe-se que as discussões giravam em torno do restabelecimento de eleições diretas para os cargos do poder executivo, tanto para os Estados, como para presidente da República e na capacidade do povo de votar diretamente; especialmente porque, na eleição de 1976, muitos eleitores anularam seus votos e, também, porque o MDB demonstrou um importante crescimento que poderia dificultar as relações do executivo com o legislativo. Para evitar surpresas, o regime militar, visando garantir a maioria no Congresso Nacional, utilizou-se da Lei Falcão, do voto vinculado e dos senadores biônicos. Além disso, vários leitores manifestaram-se sobre a sucessão presidencial e quais conseqüências teriam para o processo da redemocratização na nação. Nesse contexto, percebem-se diferentes opiniões nas cartas da *Veja e Istoé*:

Em relação ao aspecto de eleições indiretas para os principais postos do poder executivo foram detectadas opiniões favoráveis, sobretudo por temerem um retorno da instabilidade política antes de 1964; mas também, a maior parte delas, contrárias a esta forma por acharem um abuso de poder. Inclusive, pode-se notar uma ligação da sucessão presidencial com a estadual, relacionando esta com as famílias oligárquicas, notadamente nos estados mais interioranos do país. Vejam alguns exemplos:²¹⁶

Antidemocrática, sob todos os aspectos, a maneira como está sendo conduzida a sucessão presidencial. Que seja esta a última vez que o povo não participa.²¹⁷

Não dá para entender como o general Figueiredo, que tanto fala em fazer o Brasil voltar à democracia, aceitou ser presidente através de eleição indireta, que para o povo nada significa.²¹⁸

O inconformismo é geral entre os brasileiros, pois o povo não é livre para escolher seus próprios governantes. Principalmente aqui no Piauí, onde o absolutismo reina nas mãos da família Portella. [...].²¹⁹

²¹⁶ Ver mais exemplos sobre o processo eleitoral do país em anexo 4.2, p. 135-136.

²¹⁷ DIONEL, Mário. *Veja*, nº 492, 08/02/78. Cartas, p. 8.

²¹⁸ DIAS, José Bezerra. *Veja*, nº 534, 29/11/78. Cartas, 8.

Não consigo entender por que alguns setores de nossa vida pública reivindicam “normalidade democrática” – pois como tal consideram a volta das famigeradas eleições diretas. Não foram elas que nos levaram à bancarrota, à inflação de quase 100% e à anarquia total de 1963?²²⁰

A carta acima, além de se manifestar contra a eleição direta, também compara a democracia de antes de 1964 com o regime do momento. Este aspecto também é observado na carta abaixo, justificando, de certa forma, porque as eleições indiretas e até a ditadura são, nesse contexto, a melhor opção.

Não me deixou saudade a democracia que conheci até antes de março de 1964. Vi, na época, um regime de favoritismo para os amigos; de empreguismo para os parentes; e vi, também, os economicamente fortes oprimirem o Executivo. Por ventura os nossos atuais chefes políticos já têm outra mentalidade? Já estão nossos eleitores em condições de não se deixar enganar pelos demagogos e pela propaganda? Se afirmativas forem as respostas, concordarei que se volte a exercitar a plena democracia. É lamentável, porém, que pessoas de elevado grau de instrução se deixem levar pelos seus impulsos democráticos sem meditar nas citadas indagações. Os apaixonados pelo estado de direito não refletem sobre a impossibilidade de não ter vez, numa abertura democrática, os autênticos defensores dos reais interesses do povo e da nação.²²¹

Por outro lado, esse pensamento foi rebatido, conforme este exemplo:

Nunca o Brasil passou por uma fase de tanta corrupção política e administrativa como a atual. Em cada Estado, de quatro em quatro anos, assalta o poder, através de pseudo-eleições indiretas, das quais o povo não participa, uma camarilha sedenta de dinheiro e de gozos materiais. Não há melhor coisa, para eles, que a imprensa arrolhada, garroteada, pois ficam de rédeas soltas. Têm medo da democracia e da liberdade como o diabo da cruz. Por isso procuram, por todos os meios, distorcer a democracia, engendrando fórmulas estapafúrdias para deturpá-la e apresentando a justificativa de que o Estado precisa ficar bem armado para combater a subversão comunista – como se em todos os países mais democráticos do mundo o Estado não tivesse o mesmo objetivo.²²²

Também aparecem cartas sobre a forma de como o governo conduziu o processo eleitoral naquele ano, protestando, demonstrando a insatisfação e até como externá-la:

A propósito da sucessão paulista, versão simplificada da troca presidencial, VEJA escreve (“Carta ao Leitor”, nº 493) que “a simples existência de uma competição, seja ela qual for, é melhor do que o nada existente até agora”. Peço licença para

²¹⁹ MACHADO, Assis. *Veja*, nº 505, 10/05/78. Cartas, p. 8.

²²⁰ GUIMARÃES, Romade. *Veja*, nº 487, 04/01/78. Cartas, p. 10.

²²¹ SOUZA, Raimundo Borja de. *Veja*, nº 500, 05/04/78. Cartas, p. 8. (Este leitor é natalense).

²²² SILVA, Francisco Cunha e. *Veja*, nº 500, 05/04/78. Cartas, p. 8.

discordar. Não podemos e não devemos, em matéria de política, nos tornar a geração Pollyanna. Não podemos aceitar o que está aí, pelo menos sem um gesto de revolta, uma palavra de protesto.²²³

Outrora tínhamos uma democracia, embora deficiente e claudicante. O eleitor, quando comparecia às urnas, escolhia e votava nos candidatos à Presidência da República, nos senadores, deputados federais, deputados estaduais, e, nas eleições municipais, nos prefeitos e vereadores. De 64 para cá, investiram no corpo frágil da pobre democracia que tínhamos, desferindo terríveis golpes, e sobre o seu esqueleto, que é o que ainda resta, os urubus do atual regime, depois de profanarem o seu cadáver, jogaram sobre o mesmo esse amontoado de “pacotes” e leis de exceção, entre elas a malfadada Lei Falcão, de cujo ventre foram gerados os senadores biônicos e os governadores, que dão uma idéia exata do Brasil-capitania. E não é só isso. Há que julgar também a insegurança do consumidor, a maior vítima do regime que deu de presente às classes menos favorecidas o alto custo de vida e uma inflação que tudo come e devora, e os detentores do poder querem que aceitemos de crista baixa as suas imposições. Por isso, e por todas estas imoralidades, esse descaso pelo eleitor, continuarei anulando o meu voto enquanto esse malfadado regime perdurar. Na cédula que coloquei na urna, havia um versinho assim: “*Convém anular o voto, eu vizinho e você. Vamos escrever na cédula, nem Arena, nem MDB*”.²²⁴

Como se pode perceber, na carta acima está também presente outra discussão freqüente nesse momento: a idéia de que o eleitor brasileiro não está preparado para votar, bem como a manobra do governo em limitar a livre manifestação dos candidatos, através da Lei Falcão, por exemplo.

Na minha humilde opinião, creio que a simples menção do número, nome, partido e um sumaríssimo currículo não é suficiente para o eleitor avaliar o peso de seu candidato.²²⁵

Acho que o general Figueiredo está errado em dizer que o povo não tem preparação para votar. A verdade é que o povo brasileiro não tem candidatos decentes e merecedores dos nossos votos.²²⁶

Aliás, sobre a atuação de Figueiredo como presidente do país, detectou-se vários olhares, podendo apreender uma sociedade esperançosa política e economicamente, mas também crítica. Ou seja, nesse aspecto, o total das cartas demonstram uma sociedade dividida.

²²³ SILVA, José Flamarion Pelúcio. *Veja*, nº 496, 08/03/78. Cartas, p. 8.

²²⁴ ABREU, David Soares. *Istoé*, nº 102, 06/12/78. Cartas, p. 113.

²²⁵ TERLIZZI JÚNIOR, José Antônio. *Veja*, nº 525, 27/08/78. Cartas, p. 12.

²²⁶ RINALDI, Renato Luiz Camargo. *Veja*, nº 540, 10/01/79. Cartas, p. 8.

Acredito que os pronunciamentos do general João Baptista Figueiredo [...] merecem o respeito e a admiração de qualquer brasileiro sensato. Nota 10 para o general.²²⁷

Comovente a ingenuidade de muitos brasileiros crentes nas promessas do sr. João Baptista Figueiredo de uma vida melhor e com mais liberdade para todos. Sinceramente, não acredito.

Não acredito em liberdade em doses homeopáticas, liberadas de acordo com a vontade do outorgante. Pois já acreditei na Revolução, e, no entanto, vi meus sonhos fluírem por água abaixo. Acreditei no fim da corrupção e num país onde se respirasse o ar da liberdade. Tudo continua como antes, só que agora com um tremendo cerceamento da liberdade como jamais vimos em nossa pátria. Não, não acredito e tenho pena dos ingênuos.²²⁸

Assim, sobre o processo eleitoral, nas cartas dos leitores foi detectada uma visível participação em um tema de suma importância para a vida do país, apreendendo-se que, no total, a maioria dos leitores-cidadãos não concordavam com o processo eleitoral que ora se desenrolava e com a forma que a redemocratização se processava.

Ainda sobre a participação política, agora referente ao subtema da anistia, houve também um significativo número de cartas, provocando na sociedade diversas manifestações. Num primeiro momento, ainda em 1978 e início de 1979, perceberam-se muitas cartas que demonstraram um receio que a anistia pudesse provocar um retrocesso no processo de abertura política, o qual poderia ser causado pela volta de muitos exilados considerados “subversivos”, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, embora algumas não a condenassem totalmente, conforme exemplos nas cartas transcritas em seguida:



Registro meu veemente protesto contra essa onda que procura transformar em vítimas e mártires da Revolução de 1964 os que fugiram do país. Entendo que essa pretensão é um insulto inominável a todos os patriotas que a nossa História consagrou, principalmente aos 450 heróis do Panteon Nacional, que deram a vida, em nome do Brasil, para ajudar a destruir o nefando nazifacismo. Suas cinzas sagradas clamam aos céus contra esse escárnio com que se procura restituir liberdade de ação aos baderneiros, aos subversivos e aos corruptos que tentaram entregar o Brasil aos comunistas. A Revolução cumprirá, no devido tempo, a promessa de restabelecer a democracia plena que todos almejamos – mas com o clima de segurança, de ordem e de paz que ora vivemos.²²⁹

²²⁷ MORATO, Jésus Garcia. *Veja*, nº 508, 31/05/78. Cartas, p. 10.

²²⁸ LIMA, Antônio Araújo. *Istoé*, nº 124, 09/05/79. Cartas, p. 112.

²²⁹ PISKE, Ferdinando. *Veja*, nº 501, 12/04/78. Cartas, p. 10. (Este leitor escreveu outra carta que está transcrita no capítulo 3 desse trabalho, p. 62).

Se o abjeto PTB e políticos como Brizola, Ivete Vargas & Cia. voltarem à ativa, o presidente Figueiredo vai embarcar em rabo de foguete. E o Brasil mergulhará na lama trabalhista onde charfudou até 1964.²³⁰

Banidos e ex-cassados são bem vindos à pátria e às suas famílias. Que se lembrem, porém, de que nós, os que ficamos herdamos a Redentora, o AI-5, biônicos, etc. Estamos cheios. Entretanto, mal estamos saindo desse pesadelo e já se começa a ouvir a mesma arenga de quinze anos atrás. Não venham brincar de aprendiz de feiticeiro e começar tudo de novo. E se o fizerem, que fiquem por aqui para nos ajudar a aturar outros quinze anos.²³¹

Mas também, por outro lado, apareceram cartas que questionam a extensão da anistia para os cognominados “terroristas”, bem como pra os agentes da repressão:

O governo insiste em não anistiar culpados por crimes sob pretextos políticos. Mas que dizer dos torturadores, assassinos e seviciadores?²³²

Questão bem mais polêmica, era como a anistia seria executada se ainda vigorava mecanismos coercitivos, os quais permitiam a suspensão dos direitos políticos e dificultava a sobrevivência de exilados no exterior, conforme estas cartas expressam:

O senador Petrônio Portella ocupou-se, entre outras coisas, de discussões sobre a anistia. [...]. O presidente da OAB, Raymundo Faoro, lembrou recentemente que anistia alguma pode ter efeito enquanto não for revogado o art. 185 da Constituição, que transformou em pena perpétua a suspensão dos direitos políticos de todos os que foram punidos pela Revolução. Por isso, uma reforma constitucional, ainda que simples, teria de ser feita. Enganam-se os que acreditam que, através do disposto no § 3º do art. 149 da Constituição, possam os punidos pela Revolução readquirir seus direitos políticos. Desde 1968, os direitos políticos no Brasil estão regulados por uma lei única que é o AI-5.²³³

Porque a questão da anistia me toca bem de perto, queria introduzir algumas sugestões no debate: 1. A primeira providência a ser tomada no caso de milhares de refugiados políticos brasileiros não é a anistia, mas a concessão do passaporte. A anistia é uma questão política. Já o passaporte é um direito universal, legal [...]. Pois é exatamente negar o direito ao passaporte o que o governo brasileiro vem fazendo sistematicamente a todos aqueles que dependem desse documento para sobreviver no exterior como “cidadãos brasileiros”. 2. Portanto, sugiro [...] uma simples decisão do presidente Geisel, um telegrama a todos os consulados brasileiros dizendo: “Conceder passaporte a todos os cidadãos brasileiros, *stop*”. Só a partir dessa, digamos, conquista, que iremos comemorar com os nossos

²³⁰ DEC, Florinda. *Veja*, nº 551, 28/03/79. Cartas, p. 10.

²³¹ DUBOIS SOBRINHO, Carlos. *Veja*, nº 541, 17/01/79. Cartas, p. 6.

²³² ANDRADE, Sérgio Correa de. *Veja*, nº 550, 21/03/79. Cartas, p. 10.

²³³ SANTOS, F. A. *Istoé*, nº 62, 01/03/78. Cartas, p. 72.

amigos e filhos (também sem passaporte) e estaremos mais preparados para ouvir falar de “anistia” ampla, restrita, parcial, total, global ou definitiva.²³⁴

Em um segundo momento, mais ou menos em meados de 1979, bem próximo da aprovação da Anistia,²³⁵ a maioria das cartas publicadas demonstraram que os debates se acirraram, parecendo que a sociedade encontrava-se dividida. Inclusive, a revista *Veja* solicitou ao Instituto Gallup uma pesquisa de opinião pública sobre o tema. O resultado dessa pesquisa foi publicado na edição nº 554 e demonstrou que a maioria dos entrevistados preferiam uma anistia mais limitada.²³⁶

Com esta informação de fonte credenciada cai definitivamente por terra à bandeira da “opinião pública” que defendiam a “anistia ampla, total e irrestrita”.²³⁷

Ao ler a reportagem “Anistia? Só restrita” (VEJA nº 554), senti-me enojado com a constatação de que 62% dos entrevistados têm a memória curta, fazendo restrições a pessoas que foram cobaias da repressão.²³⁸

Mas, pela quantidade de cartas publicadas nas revistas que se pronunciaram a esse respeito, detectou-se que, a maioria delas, sobrepõem-se e até contestam de certa forma a pesquisa realizada, apesar de haver algumas que corroborem este resultado, sobretudo pelo receio de um retrocesso na abertura política. Dado interessante observado é que na revista *Istoé*, todas as cartas apoiaram à anistia ampla, geral e irrestrita. Sobre este aspecto, colocar-se-á alguns exemplos que permitem apreender o sentimento geral dos leitores naquele momento:

A anistia, generosa ou não, está chegando. Os maiores méritos, no entanto, cabem ao povo brasileiro, que, levado apenas pelo bom senso e antecipando-se ao cronograma presidencial, perdoou um regime comprometido pela ineficácia diante da tremenda dívida externa, crescente inflação, injusta distribuição de renda, lamentável política agrícola, morosidade e incompetência frente à crise energética e

²³⁴ SOUZA, Herbert José de. (Toronto – Canadá). *Istoé*, nº 67, 05/04/78. Cartas, p. 97.

²³⁵ O projeto da anistia foi apresentado à sociedade brasileira em finais de junho de 1979 pelo ministro da Justiça Eduardo Portella, sendo sancionada pelo presidente João B. Figueiredo em princípio de agosto. Porém, este projeto não era amplo, geral e irrestrito, porque negava o perdão para aqueles que cometeram “crimes contra a humanidade”, os chamados “terroristas”, mas nada falava sobre a punição dos agentes de segurança que empreenderam ações repressivas e também alguns exilados políticos não foram contemplados num primeiro momento. Essas informações se encontram na *Istoé*, nº 132, 04/07/79. Política, p. 3.

²³⁶ Sobre esta pesquisa, a *Carta ao Leitor*, diz que “não, a maioria da população não quer anistia ampla, geral e irrestrita. [...] Faltava-lhe apoio político. Verifica-se agora que lhe falta, também, apoio da opinião pública”. [...]. GUZZO, José R. *Veja*, nº 554, 18/04/79, p. 19. Carta ao Leitor, p. 19.

²³⁷ SOUZA, L. *Veja*, nº 556, 02/05/79. Cartas, p. 12.

²³⁸ BRANDÃO, R. Oliver. *Veja*, nº 557, 09/05/79. Cartas, p. 8.

outros tantos pecados. E agora, respirando outros ares, o consenso geral é o de colaboração e muita esperança.²³⁹

Fui, no passado, udenista. Condescendi com a Revolução de 1964, que nos livrou da anarquia e do comunismo. Por outro lado, tenho por justa a anistia para os que desejam trabalhar pela pátria; não para os que desejam a anarquia.²⁴⁰

Depois da aprovação da anistia, a sociedade ainda discutia sobre quem seria beneficiado com ela, conforme percebida pelas cartas dos leitores-cidadãos.

Sobre a anistia, versão brasileira/79, não há como falar em *crimes contra a humanidade*. Os atos políticos contra o *establishment*, sejam de natureza revolucionária ou de terrorismo, são considerados criminosos pela ordem, mas legítimos por aqueles que praticam em nome de idéias que estimam.²⁴¹

Seria de suma importância que nossos políticos, que tanto planejam e prometem, meditassem lendo o artigo “A anistia encarcerada” (VEJA nº 571). [...]. O perdão aos presos políticos é uma dívida do governo para que tenhamos no país uma verdadeira abertura.²⁴²

Meu aplauso ao governo pela não-inclusão dos terroristas entre os beneficiários da anistia. Chega de bandidos nas ruas.²⁴³

E ainda havia aqueles que não esqueceram dos que morreram nos porões da repressão, demonstrando que a anistia, para eles, havia chegado tarde demais.

Anistia concedida. Os exilados retornam. Os presos são postos em liberdade. Mas não podemos esquecer os que morreram em torturas, para os quais a anistia não existe.²⁴⁴

De acordo com essas cartas, percebe-se que o debate sobre a anistia originaram controvérsias. Entretanto, o sentimento marcante era favorável à concessão dela, embora suscitasse algumas preocupações no tocante a atuação futura dos ex-exilados.

Outro subtema relacionado à participação política nas cartas evidencia que a abertura democrática do governo Geisel era marcada por alguns retrocessos²⁴⁵. Em

²³⁹ PALUDO, Giovanni B. *Veja*, nº 571, 15/08/79. Cartas, p. 10.

²⁴⁰ MARTINS, Levy Wahl. *Veja*, nº 575, 12/09/79. Cartas, p. 12.

²⁴¹ BESSONE, Darcy. *Istoé*, nº 138, 15/08/79. Cartas, p. 97.

²⁴² SILVA, José. *Veja*, nº 573, 29/08/79. Cartas, p. 10.

²⁴³ RIBEIRO, Valmir. *Veja*, nº 574, 05/09/79. Cartas, p. 10.

²⁴⁴ DIAS, José Bezerra. *Veja*, nº 579, 10/10/79. Cartas, p. 10.

abril/78, por exemplo, é amplamente divulgado um caso que sugere que os órgãos de repressão continuavam agindo. Alguns professores de uma escola primária em Curitiba/Pr foram presos, acusados de estarem educando “pequenos subversivos” por empregarem a metodologia de Jean Piaget. Dentre estes presos, uma professora passou alguns dias desaparecida e quando encontrada apresentava claras marcas de sevícias. Em seu depoimento, esta professora diz que foi encapuzada, colocada em uma camionete, torturada e depois, após seus raptos receberem um telefonema, foi deixada na estrada entre São Paulo e Curitiba, perto da cidade de Registro/SP.²⁴⁶ Noticiado o caso, os leitores-cidadãos manifestaram-se ultrajados:

O que fizeram com a professora Juracilda Veiga (VEJA nº 499) constitui um acontecimento que envergonha qualquer sociedade civilizada. Agora, ridículo, uma jóia de aberração, é considerar-se Jean Piaget subversivo.²⁴⁷

Em novembro desse mesmo ano, uma carta publicada na *Istoé* denuncia a morte do irmão de uma missivista pelas mãos da Polícia Federal de Goiânia/GO, a qual clama por justiça. Observa-se que, muitas vezes, naqueles tempos, o único caminho para se conseguir informações sobre parentes desaparecidos e sensibilizar a sociedade para pressionar a justiça, era a publicidade na mídia.

O jornal *O Popular*, diário de Goiânia, publicou na sua edição de 16 de setembro, na página 6, uma notícia [...] do teor seguinte: “ainda são desconhecidos os motivos pelos quais o preso Aparecido de Faria morreu, na manhã de anteontem, quando caiu do terceiro andar do prédio onde funciona a Superintendência do Departamento da Polícia Federal em Goiás, no setor universitário. Seu corpo foi conduzido à divisão de Medicina Legal, da Secretaria de Segurança Pública, onde foi autopsiado e logo em seguida liberado a seus familiares, para sepultamento”. E até hoje nada mais foi publicado, nem comentado, como se fosse um fato absolutamente normal um preso ser morto pelos seus guardas, no mesmo dia de sua prisão. Acontece que este preso, Aparecido de Faria, meu irmão, também um ser humano, casado, com quatro filhos, [...]. Aparecido José de Faria morreu aos 41 anos de idade e teve a vida toda dedicada ao trabalho. E com honestidade. Tanto assim que nunca teve qualquer passagem anterior por nenhum órgão policial, nem na sua cidade do interior, [...], nem aqui em Goiânia, onde gozava do melhor conceito pessoal e comercial. Foi lavrador, comerciante, dono de casa de carnes, pára-quadista e aviador civil. O motivo de sua prisão é um mistério, tanto quanto o de sua morte [...]. O cadáver foi encontrado pela família, na divisão de Medicina Legal da Secretaria de Segurança Pública, com visíveis lesões de tortura e

²⁴⁵ Outras cartas sobre o subtema da repressão e que ajudam a apreender o sentimento dos leitores sobre os exemplos que serão mencionados a seguir se encontram no anexo 4.3, p. 136.

²⁴⁶ Para os maiores interessados ver *Veja*, nº 499.

²⁴⁷ MOREIRA, Cláudio Schneider. *Veja*, nº 502, 19/04/78. Cartas, p. 8.

espancamentos, de onde foi retirado para o sepultamento, ocorrido na manhã do dia 15 de setembro, [...]. e até hoje nada mais se ouviu a respeito. Nega-se a Polícia Federal a prestar maiores esclarecimentos. Negou-se também a Polícia Federal a fornecer a identidade dos seus elementos que o prenderam e com ele estiveram realizando buscas, bem como dos que serviram como seus carcereiros. E assim ficou e continua sem explicações a morte de meu irmão [...].²⁴⁸

Para terminar 1978, a revista *Veja* publicou uma série de reportagens, que se estende ao longo de 1979, sobre o seqüestro de exilados políticos uruguaios realizado em Porto Alegre/RS por elementos da polícia política uruguaia e auxiliados por agentes da Polícia Federal daquela cidade. Inclusive, esta prisão foi testemunhada por dois jornalistas da *Veja*. Sobre este acontecimento foram detectadas inúmeras cartas, todas com opiniões dos leitores-cidadãos repudiando as ações dos policiais gaúchos e a vagareza na apuração realizada pelo governo. A carta transcrita abaixo revela a vergonha desse leitor-cidadão e exemplifica o sentimento geral:

Não poderia deixar de parabenizar a magnífica e corajosa atuação da equipe de VEJA, responsável pela cobertura dos acontecimentos relacionados com o vergonhoso seqüestro de Porto Alegre (nº 537/538). Não é possível que autoridades do Uruguai acalentem esperanças de que o governo brasileiro tolere incursões ilegais em seu território com a finalidade de seqüestrar exilados aqui residentes, em total desrespeito às normas diplomáticas. Ou então, o que é sumamente mais grave, que as autoridades brasileiras, além de tolerarem esse tipo de ação, ainda colaborem com a mesma. Para nós, brasileiros confiantes nas promessas de nosso governo em relação ao processo de redemocratização do país, este possível raciocínio das autoridades de Montevideu ofende a inteligência e consciência do povo e fere o princípio máximo da soberania nacional. [...].²⁴⁹

Sobre o aspecto da repressão propriamente dita, nos anos analisados pela pesquisa, as cartas também revelaram a participação dos leitores-cidadãos. E, no que diz respeito ao arbítrio (torturas, desaparecimentos, mortes) praticado pelo regime militar e denunciado em várias reportagens pela *Veja* e *Istoé* em 1979, esta participação demonstrou repúdio e condenação às ações repressivas realizadas pelo governo, muitas, inclusive, afirmando que estas ações não se justificavam para conter os opositores do regime. Além disso, outras cartas comprovam que as propagandas políticas empreendidas pelo governo militar, ao longo de toda a ditadura, obtiveram sucesso em esconder da sociedade este tipo de ação, conforme se vê nas transcrições seguintes:

²⁴⁸ FARIA, Maria Glória de. *Istoé*, nº 99, 15/11/78. Cartas, p. 105.

²⁴⁹ LEMOS, Dorian de Andrade. *Veja*, nº 539, 03/01/79. Cartas, p. 10.

A reportagem sobre os porões do governo Médice (VEJA nº 546) é de estarrecer. O índice de brutalização das bestas-feras que matam um seu semelhante a sangue-frio, a pontapés, e que submetem uma criança de 4 meses a choques elétricos a fim de obter confissão da mãe é de provocar inveja em Idi Amin e de fazer chorar de emoção um oficial da SS.²⁵⁰

Li e reli a reportagem especial do nº 546 [Descendo aos porões], porque me custou acreditar que o Brasil, até então para mim um exemplo para o mundo na questão dos direitos humanos, não passava de um de seus maiores violadores. Espero que essa fase negra já tenha passado e que Deus ampare as famílias dos inocentes.²⁵¹

Detectaram-se, também, cartas se pronunciando sobre a morte de Herzog e Manoel Fiel Filho, algumas louvando a decisão da Justiça condenando o governo federal pelos assassinatos, como, por exemplo, no caso de Herzog, mas também outras criticando que isto fosse encarado, no Brasil, como um fato extraordinário, já que apenas a Justiça nada mais fizera que executar com imparcialidade o seu trabalho. Além disso, alguns leitores-cidadãos ainda lembravam que outros casos semelhantes não poderiam ser arquivados.

Acompanhei o caso Herzog desde seu início, quando da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI do II Exército. Meu desejo é que acontecimentos como esse não se repitam e que a campanha dos direitos humanos seja posta em prática neste país que amamos.²⁵²

A sentença do juiz Márcio José de Moraes, responsabilizando a União pela morte do jornalista Vladimir Herzog, veio abrir novos horizontes para a Justiça e para a tão propalada abertura democrática.²⁵³

Verifique até que ponto chegou a nossa Justiça. Um juiz federal que ganha dos cofres públicos, no cumprimento de sua obrigação primeira, que é julgar, reconhece a União como responsável no caso Herzog. Por esse simples gesto é reverenciado e engrandecido por todo o povo brasileiro. Se continuar como vem acontecendo, o ato do oficial de justiça de entregar qualquer mandado de citação será digno de uma estátua, na entrada do Ministério da Justiça.²⁵⁴

Muito interessante a entrevista do advogado Sérgio Bermudes. Que muitos outros procurem, do mesmo modo, dar uma parcela de contribuição. Espero também que o caso do operário Manoel Fiel Filho seja solucionado.²⁵⁵

²⁵⁰ M. FILHO, José de Souza. *Veja*, nº 548, 07/03/79. Cartas, p. 6.

²⁵¹ CAMPOS, Fernando Roberto. *Veja*, nº 548, 07/03/79. Cartas, p. 6.

²⁵² MAMEDES, Tairone. *Veja*, nº 531, 08/11/78. Cartas, p. 10.

²⁵³ PONTES, Genival Rafael. *Veja*, nº 532, 15/11/78. Cartas, p. 10.

²⁵⁴ LEITÃO, Evandro Vargas. *Veja*, nº 534, 29/11/78. Cartas, p. 10.

²⁵⁵ REIS, Eliana Mancebo. *Veja*, nº 533, 22/11/78. Cartas, p. 10.

Quanto às leis de exceção ainda vigentes no país, muitas cartas manifestaram alívio pelo fim do AI-5 e outras medidas coercitivas aos direitos civis do homem. Mas, há cartas que ainda expressam resquícios do autoritarismo, especialmente por receio da volta do caos e do comunismo. Vejam estes exemplos:

A nova Lei de Segurança Nacional está por demais benevolente. Lendo VEJA nº 520, pergunto: “O que quer afinal o Dr. Faoro?” Só se quer transformar a nova LSN em um único artigo, que diga: “Nenhum terrorista, ladrão de banco, assassino de inocentes, espião a serviço da ideologia marxista poderá ser preso ou processado”.²⁵⁶

Foi com grande satisfação e enorme alívio que li, em VEJA nº 536, sobre a tão sonhada e esperada morte do AI-5. Esperemos que não inventem nada para substituí-lo.²⁵⁷

A censura é filha de quem? Pelo que tenho lido, ninguém a quer. Se o governo, que a instituiu, agora a abomina, é sinal de que os ventos da abertura estão mesmo fortes. Por que, então, não brindar o povo com sua extinção? Garanto que muito sorriso encajado irá aparecer, porque a alegria será geral, ampla e irrestrita.²⁵⁸

Em linhas gerais, as opiniões apreendidas sobre a repressão efetuada pelos governos militares, demonstraram que, além de serem abusivas e condenáveis, prejudicavam e denunciavam a abertura democrática em andamento, excepcionalmente porque se notava que a repressão continuava agindo, sobretudo quando se via a ocorrência de prisões arbitrárias, seqüestros, cerceamento da liberdade, demissão de funcionários públicos discordantes, entre outras ações ainda praticadas pelo governo.

Sobre os **temas sociais**, a manifestação das opiniões desses leitores-cidadãos foi bastante diversificada, porque abrangeu vários subtemas, conforme se vê pela classificação apresentada na tabela 2. (anexo 2, p. 114-116). Estas opiniões solicitavam atitudes do governo para a resolução de problemas, demonstravam indignação e algumas até ofereciam sugestões, especialmente sobre a educação, saúde e meio ambiente, aliás, estes foram os assuntos que, no geral, mais suscitaram manifestações. Todavia, a maior quantidade de cartas encontradas nos anos de 1978/79, relacionava-se com o subtema que envolvia

²⁵⁶ SILVA JÚNIOR, Francisco Pedro C. da. *Veja*, nº 532, 15/11/78. Cartas, p. 12.

²⁵⁷ MORAES, Esther Ribeiro de. *Veja*, nº 538, 27/12/78. Cartas, p. 7.

²⁵⁸ SILVA, José Marques da. *Veja*, nº 551, 28/03/79. Cartas, p. 10.

condições de salários, desemprego e, notadamente, greves²⁵⁹. Isto reflete o contexto histórico do período, no qual ocorreram inúmeras greves, nos mais variados setores produtivos do país, sobretudo no ano de 1979. Dessa maneira, pode-se constatar pela quantidade e conteúdo das cartas publicadas pelas duas revistas que esta era a preocupação maior dos leitores no tema social e, conseqüentemente, que envolveram uma maior participação dos leitores-cidadãos, principalmente porque podiam colocar em risco o processo de redemocratização do país em um momento que a palavra de ordem pregada pela maioria da sociedade era a conciliação. É por esta razão, que esta pesquisa examinou mais detalhadamente este subtema social.

Em relação ao fato das greves serem uma via para a reivindicação dos direitos sociais, estes leitores-cidadãos mostraram-se com posições antagônicas, às vezes apoiando, às vezes demonstrando que havia outros caminhos menos radicais, embora concordassem que os salários não satisfaziam as necessidades dos trabalhadores:

Depois de narrar o gesto maravilhoso da professora Maria de Lourdes Coutinho e seus comentários de que os alunos “estão aprendendo a lição de que todos devem lutar pelos seus direitos”, VEJA nº 563 acrescenta que “eles estão deixando de aprender a ler, escrever e contar”. Ora, a escola deve ensinar tudo isso, que realmente é importante, e também a dignidade, a luta, a coragem (...) o respeito ao trabalhador. Uma semana ou duas, até um mês, de férias fora do tempo não significa que o aluno vá ficar analfabeto para o resto da vida.²⁶⁰

Com tantas greves pipocando e uma inflação de 5,8% em março, a situação vai ficar difícil se alguns setores da sociedade não se conscientizarem de que diálogo é a melhor solução para a maioria dos problemas.²⁶¹

Lendo VEJA nº 556 e acompanhando a movimentação grevista, sou levado a concluir que nem grevistas, nem governo sabem o significado disso. Talvez seja falta de treino de ambas as partes, mas tudo indica cegueira completa. A luta deve ser contra o subsalário, contra todo um complexo de fatos que acarretam esse “picadeiro” onde governantes e governados representam a democracia, como se ela fosse sinônimo de greve.²⁶²

Por outro lado, a grande quantidade de greves que estavam ocorrendo, englobando os setores primários, secundários e terciários suscitavam um receio de que novamente se instale o arbítrio e prejudicasse a abertura política.

²⁵⁹ Outras cartas que exemplificam a participação dos leitores nesse aspecto está no anexo 4.4, p. 137.

²⁶⁰ ANFLOR, Eglê Mansur. *Veja*, nº 566, 11/07/79. Cartas, p. 12.

²⁶¹ HALISON, Humberto. *Veja*, nº 558, 16/05/79. Cartas, p. 10.

²⁶² FERNANDES, Pedro. *Veja*, nº 558, 16/05/79. Cartas, p. 10.

Com relação à reportagem “O país agüenta isso?”, parece-me evidente que não agüenta. Creio que, se insistirmos em erradicar os disparates salariais à moda inglesa, o nascimento de um AI-6 pode tornar-se uma indesejável necessidade.²⁶³

Não resta a menor dúvida de que existe gente interessada em atrapalhar a abertura do presidente João Figueiredo. Basta olhar para o meu Estado para confirmar. O que está acontecendo em Minas já é bagunça mesmo. A direita não perde tempo.²⁶⁴

Entretanto, nas cartas, cujo conteúdo versava sobre como o governo reagiu às greves, percebeu-se que a maioria delas eram críticas, sobretudo porque contrariava a intenção propagada de acabar com o arbítrio e reinstalar a democracia no Brasil.

O governo resolveu intervir nos sindicatos metalúrgicos do ABC porque estes se mostraram “intransigentes”. Pois bem. Por que o governo não interveio também na FIESP? Será que os empresários podem deter o monopólio da intransigência?²⁶⁵

Os recentes episódios ocorridos no ABC vieram mostrar a coragem, a decisão e a firmeza do governo (...) ao intervir contra o lado mais fraco.²⁶⁶

Fiquei chocado com a reportagem sobre a repressão aos metalúrgicos que somente lutam por melhores condições de vida.²⁶⁷

O desfecho da greve do ABC é um momento trágico da história brasileira. Trágico porque mostrou-nos em toda sua hipocrisia a tão badalada “abertura”, e porque evidenciou, uma vez mais, o ódio de classe sentido pelas elites governantes em relação ao papel das massas na História. Diz a fraseologia do regime (utilizada, aliás, também pela oposição): “Cuidado, andemos com cuidado, para não perdermos as liberdades conquistadas”. Liberdades? De que liberdades me estão falando?²⁶⁸

Inclusive, não se furtaram de opinar sobre o papel da imprensa nesses acontecimentos:

Estranho muito o fato de o diretor de Redação ter feito uma “Carta ao Leitor” como a do nº 570, dizendo que a greve de Belo Horizonte tenha sido baderna. Se houve baderna, é porque a repressão foi muito dura.²⁶⁹

²⁶³ MACHADO, Saul Rocha. *Veja*, nº 558, 16/05/79. Cartas, p. 10.

²⁶⁴ FIGUEIREDO, José Rodrigues de. *Veja*, nº 573, 29/08/79. Cartas, p. 10.

²⁶⁵ BARBOSA, Nildomar do Prado. *Veja*, nº 553, 11/04/79. Cartas, p. 10.

²⁶⁶ NIGRI, Elmano Moisés. *Veja*, nº 553, 11/04/79. Cartas, p. 10.

²⁶⁷ SIQUEIRA, Marcos Pereira. *Veja*, nº 585, 21/11/79. Cartas, p. 10.

²⁶⁸ MINOLFI, Mauricio. *Istoé*, nº 122, 25/04/79. Cartas, p. 104.

²⁶⁹ HENRIQUE, Sebastião. *Veja*, nº 572, 22/08/79. Cartas, p. 10.

A análise das cartas relacionadas com o tema da participação social em conjunto e com este subtema em particular permite algumas considerações. Primeiro, em quase todas as cartas ficam evidentes uma associação com o processo de abertura política, seja pelo receio de um retrocesso, seja por denunciar que a propalada abertura não satisfazia os anseios da população. Segundo, é perceptível uma tensão existente entre o governo e a sociedade na medida em que o primeiro não proporcionava os direitos básicos aos cidadãos e, terceiro, claramente demonstra a participação desses leitores-cidadãos em lutar para a conquista desses direitos, quando estes se manifestavam sobre os mais variados subtemas, conforme expostos na tabela 2 (anexo 2, p. 114-116).

E, para concluir o capítulo, abordar-se-á a participação dos leitores-cidadãos nos **aspectos econômicos**. Os conteúdos observados nas cartas demonstraram que este tema se relacionou bastante com os aspectos políticos e sociais, na medida em que, políticas mal aplicadas freqüentemente elevavam o custo de vida e a inflação, interferindo, assim, no cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, despertando manifestações dos leitores-cidadãos em busca de resolver os seus problemas, criticar ou, no mínimo, expressar suas insatisfações, embora se encontrem também opiniões diversificadas sobre a atuação de determinados ministros.²⁷⁰

Um fato interessante é que os problemas econômicos detectados não mudaram muito nesses dois anos analisados – aliás, atualmente, eles ainda estão presentes na sociedade. No máximo, percebeu-se, ora um otimismo de que tudo iria melhorar, ora o seu agravamento. Mas sempre, o governo solicitando a colaboração da população para ajudar a solucioná-los, sem, contudo, dar resultados. Vejam duas cartas, uma de agosto de 1978 e outra no final de 1979 em que isto está demonstrado e qual é o sentimento desses leitores-cidadãos:

Com freqüência o povo brasileiro tem sido convocado a poupar praticamente tudo, com mais ênfase a gasolina, e temos atendido aos apelos. Então, o que justificaria tantos e tão abusivos aumentos do líquido precioso? Será que alguém do governo já pensou em nos poupar?²⁷¹

Apesar do discurso do presidente Figueiredo ser um pouco complicado para o meu entendimento, “pesquei” que teremos que apertar o cinto. Acreditando na

²⁷⁰ No aspecto das opiniões sobre ministros, ver exemplos de cartas no anexo 4.5, p. 138.

²⁷¹ PATUREAU FILHO, Reinaldo. *Veja*, nº 520, 23/08/78. Cartas, p. 8.

sinceridade do presidente, gostaria que ele fosse à televisão e dissesse claramente quanto o país deve, como fará para pagar isso, até onde subirá a inflação, onde será o aperto no meu bolso para evitar isso, se os salários vão ser aumentados no ano que vem e em quanto. O que dói mais é a incerteza.²⁷²

Em relação à elevação do custo de vida e, por conseqüência, a alta da inflação, a grande maioria das cartas criticam as políticas adotadas, além de se perceber, ao final, uma certa descrença nessas medidas, haja vista a situação econômica do país não se alterar, apesar das constantes promessas das autoridades e também do presidente:

Nada adianta o presidente João percorrer as feiras livres, entrar em contato com o povo, “horrorizar-se” com os preços altos, etc., pois quando regressa ao Planalto é rodeado pelos gigantes – os usineiros, os industriais, os representantes das multinacionais – justamente os que estabelecem nossa ruínosa política econômica.²⁷³

O presidente Figueiredo desagradou-se, na feira livre do Bom Retiro (VEJA nº 571), ao ver um pé de alface custar 3 cruzeiros. Se ele fizesse uma visita a supermercados e feiras aqui de Natal, viraria pelo menos o Hulk ao ver um pé de alface, de qualidade duvidosa, custando 7 cruzeiros.²⁷⁴

A manifestação dos missivistas esteve presente, igualmente, em relação à crise do petróleo, agravada constantemente por racionamentos e sucessivos aumentos no preço da gasolina e, estas cartas são as que suscitaram uma maior participação com manifestações dos leitores criticando, colaborando, dando sugestões²⁷⁵ e até denunciando abusos.

Após um momento de euforia, em que se pensou que afinal o governo havia entrado na rota do bom senso, eis que surge um aumento de 40% para a gasolina, quando o máximo justificável, segundo os economistas, era de 24%. E a luta contra a inflação como é que fica? Esperemos em Deus, que nos livrou de Simonsen, que nos livre também de César Cals (ou Caos?).²⁷⁶

“Aumento gigante” (VEJA nº 586), que deveria chamar-se de “Assalto gigante”, vai servir de brado para o povo. E o governo que tome cuidado, pois o Brasil está um verdadeiro barril de pólvora, ainda que não pareça.²⁷⁷

²⁷² GIACOMETTI, Maurício. *Istoé*, nº 156, 19/12/79. Cartas, p. 136.

²⁷³ CARDOSO, José Gomes. *Veja*, nº 572, 22/08/79. Cartas, p. 12.

²⁷⁴ ROMERO, Antônio Carlos. *Veja*, nº 574, 05/09/79. Cartas, p. 12.

²⁷⁵ Conforme já exemplificado no capítulo 3 desse trabalho.

²⁷⁶ BUSCH, Ricardo Guilherme. *Veja*, nº 576, 19/09/79. Cartas, p. 10.

²⁷⁷ SILVA, Márcio Leite. *Veja*, nº 588, 13/12/79. Cartas, p. 12.

Por fim, para sintetizar a realidade econômica do período e como as dificuldades eram tratadas pelos órgãos oficiais responsáveis para gerir a economia do país, além de apreender o sentimento dos cidadãos sobre este aspecto, inclusive demonstrando uma consciência crítica, observem a carta abaixo:

Não bastou o “pacote” político de abril. O governo federal baixou o “pacote” de contenção monetária. Aquele gerou o trauma popular contra o situacionismo revolucionário; e este, em má hora inspirado pelos tecnocratas, alheios à realidade e à necessidade nacionais, além de agravar, de vez, a economia do país, irá criar sérios problemas sociais, [...]. O “pacote” de restrição financeira, em verdade, embrulhou a pequena e média empresa, sem evitar o impulsionamento da inflação e custo de vida. [...], em relação a prósperas organizações econômicas, ao revés, só foi benéfico. Assim, depois da prosperidade assegurada aos prósperos, [...], nossas burras foram esvaziadas e suas portas arrombadas, sobrando aos tecnocratas usarem de uma tranca para reparar fatos por eles consumados, à custa do anêmico e inerme povo brasileiro. Convivi, durante 35 anos, [...], com os mais ilustres ministros da Fazenda, mas não posso deixar de reconhecer que os piores, sob diferentes aspectos, foram os de 1964 para cá, estimulados por dominantes grupos estrangeiros, enquanto distanciados e insensíveis à situação de asfixia de empresários e trabalhadores brasileiros.²⁷⁸

Em suma, todas as transcrições das cartas acima, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais evidenciaram os anseios da sociedade e a participação dos leitores, muitas vezes até crítica, de forma *individual* e *direta* na prática de sua cidadania, além de se perceber, com grande visibilidade, a relação com os questionamentos que norteavam o dia-a-dia da população, possibilitando, ao final, traçar um quadro histórico da sociedade através da seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé*.

²⁷⁸ PRIETO, César. *Istoé*, nº 108, 17/01/79. Cartas, p. 80.

CONCLUSÃO

Ao analisar a seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé* nos anos de 1978 e 1979, procurando responder se o cidadão “comum” posicionava-se diante dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais presentes em uma sociedade inserida em um contexto de redemocratização, algumas conclusões podem ser realizadas.

A mais visível delas foi verificar que esta seção demonstrou ser uma fonte riquíssima para se analisar a sociedade brasileira pela possibilidade de apreender diversificados acontecimentos, dos mais variados temas, presentes no cotidiano daquele período. Estes temas aparecem de maneira bastante evidente, permitindo não apenas a composição de um quadro social concreto daqueles anos, mas também sua análise, na medida em que se pode considerar os leitores da seção *Cartas* dessas revistas como representantes da sociedade brasileira pela diversidade que ela abrange, tanto no aspecto territorial, quanto por estarem presentes missivistas de diversas classes sociais.

Esta fonte é também satisfatória para se proceder a análise, porque foi verificado que os leitores realmente escreviam para esta seção da *Veja* e *Istoé*, não sendo inventadas, alteradas ou manipuladas, portanto, constituindo um objeto histórico legítimo, na medida que foram comprovadas a autenticidade das cartas, através delas próprias e pelos contatos com os missivistas e o diretor de redação da *Istoé*, Mino Carta. Além disso, mesmo que algumas cartas tenham sido enviadas com nomes falsos, isto não é relevante, pois o importante é constatar que as opiniões expressas nas missivas, demonstram a concordância ou não com algum fato específico. Logo, podendo depreender, igualmente, que a seção *Cartas* pode ser compreendida como um canal para o exercício da cidadania desses leitores.

Outra constatação detectada pela análise das cartas mostram que os leitores conseguiam filtrar as informações presentes nas reportagens, possuindo um entendimento das dificuldades que o país atravessava, apesar destas informações transmitidas à sociedade serem limitadas por ainda estarem submetidas a um controle, fosse por mecanismos legais de repressão ainda vigentes naquele período, fosse pela autocensura praticada por alguns veículos de informação, notadamente nas rádios e TVs, conforme se viu no capítulo um desse trabalho. Mais do que isso, as cartas evidenciam que o cidadão “comum” sentia-se impelido a manifestar suas opiniões, reflexões e sugestões, muitas vezes fazendo críticas

contundentes, além de questionamentos e até cobranças das autoridades governamentais sobre os temas que lhe interessava, sem receio das possíveis represálias que poderiam advir em um regime de arbítrio, bem como independentemente das posturas assumidas pelas revistas quanto ao sistema vigente. Nesse sentido, a primeira parte desse trabalho demonstrou a diferença entre as revistas analisadas, percebendo uma autocensura na revista *Veja*, diferentemente do que na *Istoé*.

Ainda em relação às diferenças entre a *Veja* e *Istoé*, durante a pesquisa alguns questionamentos surgiram, mas que não foram possíveis esclarecer a contento, em virtude do pouco tempo para a consecução que uma monografia permite. Um deles foi à percepção que nas cartas dos leitores publicadas pela *Istoé* nos anos analisados, em sua maioria eram de esclarecimentos, defesas e retificações, contendo poucas cartas opinativas, diferentemente da *Veja*. Nesse aspecto, a questão levantada foi porque tão poucas cartas opinativas, se a postura da *Istoé* era mais combativa e crítica? Não seria natural, que houvesse muitas cartas, igualmente críticas?

A partir desse questionamento procurou-se verificar diferenças na quantidade de cartas críticas enviadas às redações da *Veja* e *Istoé*, comparando as cartas publicadas em 1978 – quando o AI-5 e a censura prévia em alguns meios de comunicação ainda estavam em vigência – e as cartas produzidas em 1979 – oficialmente sem a existência de outros mecanismos repressivos desse nível. Nesse sentido, não percebeu-se alterações significativas que pudessem levar a conclusão que os leitores sentiram-se mais livres para escrever o que pensavam. A única observação verificada que pode se relacionar com a questão acima, porém ressaltando a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada, encontra-se na *Istoé*, cuja seção *Cartas* nota-se o surgimento de mais cartas opinativas publicadas a partir de meados de 1979. Mesmo assim, a questão permanece.

Outro ponto que merece uma pesquisa mais detalhada em trabalhos posteriores, refere-se ao entendimento de como se processava a seleção das cartas pela *Veja*, já que não foi possível o contato com o diretor de redação dessa revista naquela época, por este encontrar-se em Paris na maior parte do tempo dessa pesquisa.

Enfim, respondendo ao tema-problema desse trabalho, através da análise das cartas expostas, sobretudo no último capítulo, é possível determinar que a manifestação dos leitores-cidadãos em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, não foi passiva por temerem contestar a autoridade constituída e nem que a participação política dos cidadãos se deu apenas nos novos movimentos coletivos que ora se manifestavam, segundo revela a

grande maioria dos estudos sobre esse período. Pelo contrário, essas manifestações, reflexões e opiniões individuais expressas nas cartas, feitas por sujeitos anônimos sobre os diversos assuntos que ora se desenrolavam, somou-se a esses e outros setores da sociedade brasileira que, naquele momento, lutavam para o restabelecimento de um regime democrático no país, além de evidenciar uma prática da cidadania desses leitores-cidadãos, na medida em que buscavam por seus direitos políticos, sociais e econômicos e, por conseguinte, a existência de uma participação política *ativa e direta*.

Além disso, não coube a esse trabalho analisar se essa participação foi ou não favorável ao regime militar vigente no país, mas demonstrar se houve, também, um interesse dos cidadãos “comuns” em emitir sua opinião e, às vezes, apresentar soluções e cobranças, independentemente dela ser favorável ou crítica ao sistema e fatos daquele período. Nesse aspecto, embora se tenha detectado a existência de muitas cartas que apoiaram o regime militar, indicando que havia setores inseridos no seio da sociedade que concordavam com ele, portanto este, não se mantendo apenas pela imposição; o que se constatou foi que a maioria das cartas, pela quantidade e pela contundência das opiniões expressas, mostraram-se contrárias a este regime, evidenciando a existência de uma tensão entre a sociedade e a ditadura detectada nos pensamentos manifestados desses cidadãos. Dessa forma, pode-se concluir que houve uma *participação ativa e direta* dos leitores-cidadãos na seção *Cartas da Veja e Istoé* e, mais do que isso, *individual*, na medida em que esses leitores estavam dissociados das agremiações coletivas.

FONTES

FONTES

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 1978-1979. Seção Cartas.

_____. São Paulo: Editora Três, 1978-1979. Seção Política.

VEJA. São Paulo: Abril, 1978-1979. Seção Cartas.

_____. São Paulo: Abril, 1978-1979. Seção Carta ao Leitor.

ENTREVISTAS

Dílco Covizzi (funcionário da revista Istoé). Informações colhidas em 27/01/2004, Natal-RN / São Paulo-SP.

Flávio Leite Dantas de Rezende (missivista da revista Veja). Entrevista realizada em 10/02/2004, Natal-RN.

José Trindade Costa (missivista da revista Veja). Entrevista realizada em 03/02/2004, Natal-RN.

Mino Carta (foi fundador e diretor de redação das revistas Veja, Istoé e, hoje, Carta Capital). Entrevista realizada em 10/12/2003, Natal-RN / São Paulo-SP.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 11-97.

_____. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 123-216.

_____. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 237-261.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 319-409.

AMADO, Giles; GUITTET, André. A transmissão da informação. In: _____. **A dinâmica da comunicação em grupos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. capítulo 4.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968 – 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 21-35 (Coleção História).

_____. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968 – 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 132-258. (Coleção História).

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. 4.ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990. p. 299-368.

_____. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira.** 4.ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990. p. 399-407.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: UNESP, 2002. p. 67-143.

CARTA, Mino. Um conto, apenas. In: _____. **O Castelo de âmbar.** São Paulo: Record, 2000. Copyright sítio ABI www.abi.org.br, 14/11/2000. Disponível no site: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/materias>>Recuperado em 30/01/2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95).

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 257-293.

LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Org.). **Como renascem as democracias.** São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 104-140.

MARCONI, Paolo. **A Censura política na imprensa brasileira.** 2.ed. rev. São Paulo: Global, 1980. (Coleção Passado & Presente, 14).

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual da história oral.** 2 ed. rev. e ampl.. São Paulo: Loyola, 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Coleção Descobrimo o Brasil).

RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha Explica).

ROUQUIÉ, Alain. Querer a democracia. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 9-17.

_____. O mistério democrático: das condições da democracia às democracias sem condições. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 19-45.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25-60.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 102-188.

ANEXOS



ANEXO 1 BILHETES DA CENSURA FEDERAL E DOCUMENTOS INTERNOS DA REVISTA VEJA

1.1 Proibições enviadas às rádios e televisões em 1978 (1).

1978

2 — De ordem superior (Polícia Federal) recomenda não divulgar noticiário referente a movimentos grevistas. 16/5

GREVES

3 — Circular referente recomendação transmitida emissoras rádio e televisão para não divulgarem notícias movimento grevista. Ministério da Justiça esclarece que restrição recomendada não inclui notas oficiais do governo, referente decisões Justiça sobre assunto referente a circular 43. 21/5

4 — Recomendação para não ser divulgado notícias ou comentários referentes a seqüestros de pessoas ou de avião. 24/5

5 — Comunicação da Polícia Federal por parte do defegado do dia tornando sem efeito a ordem de proibição de notícias ou comentários referentes a seqüestros de pessoas e/ ou aviões. 25/5

6 — As emissoras de TV e rádio estão proibidas de noticiar lançamento da Frente Nacional de Redemocratização. 30/6

FRENTE NACIONAL DE REDEMOCRATIZAÇÃO

7 — Está proibido qualquer comentário ou notícias com relação à Frente Nacional de Redemocratização, inclusive notificação do lançamento da campanha. Finalmente, qualquer notícia vinculada ao tema. 5/7 (68)

8 — Proibida a cobertura de lançamento da Frente Nacional de Redemocratização em Recife e Campina Grande. 12/7

9 — Proibida a cobertura do lançamento da Frente em Curitiba. 19/7

GREVES

10 — De ordem superior do Senhor Ministro da Justiça, ficam as emissoras de rádio e televisão proibidas de divulgar notícias ou comentários a greve em qualquer ponto do território nacional. 22/8

11 — Proibidas notícias sobre greve dos professores em São Paulo e interior. 22/8

(68) - Explicação do senador Eurico Rezende, líder do governo: "O País ainda está em regime de excepcionalidade e o governo não se pode dar ao luxo de colocar seus próprios recursos: no caso o rádio e a TV, a serviço de movimentos ilegais" (Grifado pelo autor - *Jornal do Brasil*, 5.7.78, p.4).

(2) - continuação

12 — De ordem superior, as emissoras de rádio e televisão não devem dar cobertura a movimentos classistas ou qualquer manifestação pública ilegal. 28/8

13 — Proibida a divulgação do IV Encontro Nacional de Estudantes. 3/10

14 — Proibido a partir das 19h de hoje noticiário a respeito do Congresso Nacional pela Anistia. 3/11

15 — De ordem do Ministro da Justiça, ficam as emissoras de rádio e TV proibidas de divulgarem notícias, entrevistas e comentários de militares ou civis, relacionados com a situação do general Hugo Abreu. 9/11

SEM DATA

1 — De ordem do Exmo. Sr. Ministro do Exército, fica proibida divulgação pelos jornais, rádios e TVs, da declaração, via telex, distribuída UPI do Rio e São Paulo, às 13h20 de hoje, do Dr. Marcelo Beck, professor de História da Universidade de Zurick - mensagem recebida através Comando Sexta Região Militar. (Esta proibição foi entregue aos meios de comunicação da Bahia)

TORTURAS E PRISÕES

2 — De ordem do Sr. Ministro da Justiça está proibida a divulgação de noticiário procedente de São Paulo, sobre a prisão pelo DOPS de um agitador conhecido como Mario Japa. (69)

3 — De ordem superior - M.E. - estão proibidas as publicações e notas distribuídas pela France Press, relativa a um discurso realizado no Congresso dos Estados Unidos da América, versando sobre torturas praticadas no Brasil.

4 — De ordem superior fica proibida a divulgação de qualquer notícia referente a prisões de elementos subversivos na área compreendida nos estados da Bahia e Sergipe.

(69) - Em março de 1970 após um acidente de automóvel foi preso e entregue ao DOPS paulista o militante da VPR Shizuo Ozawa, que usava o codinome de 'Mario Japa'. Através dele o delegado Sergio Fleury pretendia chegar ao ex-capitão Carlos Amareca, na época treinando guerrilhas no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. Por isso ele não se conformou quando o CODI-DOI requisitou o preso para interrogatório. Obrigada a entregar 'Mario Japa' ao CODI-DOI, Fleury quebrou várias postelas do prisioneiro para impedir que o CODI-DOI tivesse condições de torturá-lo e obter as informações que ele desejava para si" (Antonio Carlos Fon. obra citada. n. 41)

Fonte: MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 301.

1.2 Proibição que sugere a presença de espões na redação de *Veja*.

COMUNICAÇÃO INTERNA


Data: 27/6/73
N.º:

PARA: Mino Carta

DE: Pompeu de Sousa

Assunto:

s. c.




CONFIDENCIAL

Moi caro

O General Antonio Bandeira, pessoalmente, falou-me hoje ao telefone, para comunicar que está proibida a divulgação de uma notícia sobre a qual ele próprio acrescentou saber que Veja providencia matéria: uma homenagem frustrada da Câmara Municipal de Ponta Grossa ao Presidente Médici. Disse-lhe eu ignorar o assunto (que ele, então, contou-me em pormenores), assim como deu a conhecer que Veja estivesse providenciando a sua cobertura. Ele respondeu estar certo de que o fato está sendo coberto por Veja, que até já teria deslocado alguém para apurá-lo no local. Insistiu em recomendar que a divulgação da notícia é absolutamente inadmissível, por constituir ultraje ao Presidente da República.

Abrços



Fonte: MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 202.

- 1.3. Advertências e ameaças de represália à *Veja*, caso não atendam as proibições enviadas.

:- COMUNICAÇÃO INTERNA :-

data: 31.7.73

PARA : Dr. Edgard S. Paria

DE : WSouza

Assunto : Telefonia do Dr. Hélio Romão Damaso Segundo, Chefe do SIGAB - Dir. Geral do DPF (Brasília) -

*Mimo: Os homens estão
sentidos.
Alis*

Telefonia de ontem às 18,55 hrs. determinava ao DPF em SP., intuir a Editora Abril que a "proibição" constante do telex de 19.7, relativa à

"não divulgação, comentário ou referência a qualquer notícia sobre o subversivo Geraldo Vandré"

foi desobedecida pela rev. VEJA nº 255 (25.7.) na Seção "DATAS" - pg. 16.

Na semana anterior nº 254 (18.7) em sua pg. 42 deixou de atender outro telex, consignando comentário à ação da Censura Federal e recurso de jornal "O Estado".

Assim sendo, solicitava o atendimento de "proibições", uma vez que, em caso contrário, medidas rigorosas poderão ser tomadas a qualquer hora, inclusive, a contragosto, a apreensão nas bancas.

Era o que me competia informar.

WS

1.3 Advertências e ameaças (continuação).

-: COMUNICAÇÃO INTERNA :-

Data : 18.7.73

PARA : Dr. Edgard S. Porio

DE : VSeusa

Assunto : Toloç do Gal. Antonio Bandeira - Dir. Geral, DPP (Brasoflisa)

Cita que "costranhou" a divulgação da matéria contida na pág. nº 42 do revista VEJA (18.7.73), pelo fato de semignar comentário à ação do Concurso Federal e, estando o recorre do jornal "O Estado de São Paulo".

Em face da proibição contida no toloç anterior (27.5) recomenda à Superintendência de DPP em SPaulo, advogar a Editora Abril sobre a desobediência mencionada. E, no necessário, providenciar o concurso local, uma vez que na reincidência poderá haver apreensão.

Ita o que no competia informar.

*Mimo: serem mais cruelmente
advertidos. Ali. EA*

1.4 Relação de alguns assuntos proibidos de serem publicados em 1973.

---: COMUNICAÇÃO INTERNA :---

data: 27.8.73

PARA : Dr. Edgard S. Paria / *Edgard Cotrim*

DE : "Souza"

Assunto: Relação de assuntos "ainda proibidos" pelo DPF (Brasília)

"Não publicar, divulgar ou comentar":

- 1- Declarações de Dom Helder Câmara
- 2- Notícias de assassinatos praticados por terroristas e subversivos. Tal restrição visa a evitar que grupos terroristas atinjam seus objetivos de propagação, alegando "justiçamento" ou terrorismo coletivo.
- 3- Notícia confundente contra candidato à Presidência da República -- Gen. Ernesto Geisel; contestação do Regime Político Brasileiro e do sistema de Segurança Nacional.
- 4- Notícias com críticas severas e contundentes ao regime, aos Órgãos de Segurança e ao sistema de censura.
- 5- Críticas ao sistema de censura à Imprensa e Divulgações Públicas, seu fundamento legal, sua legitimidade, bem como aos censurados.
- 6- Notícias ou manifestos da OMBP com ataques ao sistema de governo ou críticas violentas ao regime e contestação política.
- 7- Divulgação de notícias a/o Padre JETEL em qualquer meio de comunicação social.
- 8- Por medida de segurança, publicação de notas de autoridades encarregadas de inquéritos, investigações ou conselhos de Justiça nos julgamentos de subversivos e terroristas.
- 9- Possíveis de Ponta Lacerda (apesar da divulgação pelo jornal "O Estado de São Paulo", que merece acentuação)
- 10- Relatório de LUIZ CARLOS FRESTES, que foi enviado ao P.C. da Argentina.
- 11- Prisão de Vereador Odair Pinto, implicado no "atentado" ao sr. Pres. República (em visita a B. Horizonte). -

Em c. que se compete informar.

[Assinatura]
AWS.

1.4 Proibições em 1973 (continuação).

Es. / Totli

-: COMUNICACÃO INTERNA :-

data : 24.10.73

PARA : Dr. Edgard S. Pente - *Miriam Costa*

DE : WSeuza

Assunto: Telex de Gal. A. Bandeira - Dir. Geral do DFP (Eras. Mis.)

Solicita não fornecer "detalhes" sobre a prisão do Delegado Sérgio Fleury, determinada pela 1ª Câmara Criminal de Justiça.

—
Era o que me competia informar.

Wf

Fonte: MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. p. 206.

- 1.5 Instalação da Censura Prévia de Circulação e recomendação da diretoria da Editora Abril à Mino Carta para evitar provocações à Censura Federal.

São Paulo, 0 de Fevereiro de 1974

Para: PAULO TOTTI
De : EDGARD S. FARIA
CC : MINO CARTA

Ref. - Modus Operandi da Censura Prévia em VEJA -

O censor indicado, Dr. Richard de Bloch, já leu toda a matéria pronta até o fechamento de ontem à noite, não havendo feito restrições.

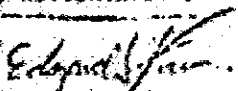
Combinei com ele que o restante do material será levado, por alguns da Produção do VLIH, à residência dele, Bloch, parte sábado às 9 horas e parte sábado quando ocorrer o fechamento final.

Ele lerá imediatamente o que levar o material será - científicadas de eventuais alterações.

Acima, nas notícias subsequentes não haverá censura prévia à impressão e sim censura prévia à circulação. Receberemos segunda-feira, - dia 11, uma lista atualizada de proibições e, quando a revista já estiver impressa, domingo, o Dr. Richard de Bloch verificará as as proibições feitas e liberará a circulação da revista. Evidente que é uma posição bem mais cômoda para ele e perigosa para nós, na medida em que nos sujeita a uma reprovação. Portanto, enquanto perdurar tal situação não nos convém cooperar e combater com urgência ou procurar anular-la, pois as consequências serão desastrosas.

A lista de proibições atualizadas eu lhe encaminho na segunda-feira, e também cuidarei que uma VEJA chegue à residência de de Bloch na manhã de dia 17 e domingos subsequentes. Você trata apenas do fluxo de material entre a Editora e o censor na manhã e na tarde do sábado; além, é claro, de eventuais alterações pelo serço determinadas.

Um abraço,



Residência de de Bloch: Rua Peixoto Gomide, 452, Jd. Co. tel. 787-5862

1.6 Procedimentos sobre o envio do material da revista para o censor Richard de Bloch.

Conversa com Dr. Richard de Bloch, s/fechamentos da rev. VEJA -

5a. feira: Se a matéria estiver "pronta"

21.2.74. --no período da manhã-- poderá ser enviada à residência do Dr. Richard de Bloch

--no período da tarde-- direta ao gabinete do DEP.-
Rua Xavier Toledo, 200 - 5ª andar - SICAI.
Dr. Richard de Bloch - 15/18

6a. feira: fechamento de 24 hrs.

22.2. --enviar às 7 hrs. da manhã do SÁBADO (dia 23.2.74) à residência do Dr. Richard -

Sábado: período da manhã -

23.2. enviar matéria à residência Dr. Richard (9/10 hrs.)

período da tarde: matéria pronta às 18 hrs.

enviar à residência Dr. Richard -entre 19 e 20 hrs.

REMEMBRADO: Enviar 2 exemplares à residência do Dr. Richard, às 8 hrs. da manhã. Um será devolvido com a assinatura dele, para o uso controle.

1.7 Subterfúgios da redação de *Veja* para denunciar aos leitores a presença de censura prévia.

vora. Mas só nas últimas décadas tais cautelas começaram a frequentar os planos de algumas empresas brasileiras.

Com o tempo, é possível que esses cuidados sejam adotados pelas empresas com mais de 100 funcionários, claramente deslocadas para a mira do Ministério do Trabalho com a Portaria 1.460, de dezembro passado. Segundo seu texto, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) dessas empresas deverão contar com médicos e engenheiros de segurança, recrutados entre os 30.000 profissionais intensivamente formados nos últimos meses. Por sua vez, as CIPAs terão o reforço adicional dos 3.000 líderes sindicais treinados em segurança pelos cursos da Fundacentro.



Weber, corrigindo estatísticas

Crêterios misteriosos — Por enquanto, as empresas com menos de 100 funcionários — responsáveis por mais da metade dos acidentes graves — têm sido poupadas pelas inovações legais. Afinal, indagam os técnicos, como estabelecer exigências para firmas que ignoram qualquer vestígio de organização jurídica? O pedreiro Duda, Francisco Gomes, por exemplo, é o patrão de seis pessoas que trabalham a seu lado na demolição de prédios — e, portanto, o dono técnico de uma pequena empresa. Mas todos se expõem democraticamente ao risco de desabamentos, protegidos apenas pela própria agilidade. Seria viável estender a eles o uso obrigatório de equipamentos de segurança?

Com ou sem interrogações, parece urgente subtrair também esses pequenos grupos às estatísticas dos próximos anos. E, enquanto isso, aperfeiçoar a deficiente legislação de amparo aos acidentados, sempre criticada pelos trabalhadores.

VEJA, 21 DE ABRIL, 1978

"O operário que sofre um acidente é geralmente dispensado pela empresa alguns meses depois", afirma Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica — e vítima, ele próprio, de uma fresa que há dezoto anos deixou-lhe uma extensa cicatriz no braço. Para Andrade, o ideal seria a criação de uma norma que garantisse ao acidentado o direito à estabilidade na própria empresa.

Trata-se de um sonho distante. Até agora, a vítima recebe, além de eventuais indenizações, apenas um pecúlio por redução da capacidade de trabalho, fixado pelo INPS através de misteriosos critérios de porcentagem. Em 1971, o mecânico de manutenção Francisco Di Cicco, hoje com 65 anos, perdeu uma falange do dedo médio da mão direita ao estampar tampinhas de garrafa. A princípio, o INPS calculou seu acidente em 4% "de incapacidade", e fixou um pecúlio de 775 cruzeiros. Muitas audiências depois, no fim do ano passado, uma junta médica comprovou que o acidente causara em Di Cicco "hipersensibilidade dolorosa no cotovelo, ausência de flexão e extensão do dedo médio e redução em grau máximo da força muscular na mão esquerda". A porcentagem de incapacidade subiu para 30%. E agora Di Cicco espera receber um pecúlio que ao menos permita sua sobrevivência.

MEMÓRIA

Zuzu Angel
(1921-1976)



Um arvorezinhos para cada pista.

Nun dia de 1950 nasceu uma arvorezinha nas bancas de todo o país: Era a primeira revista de Abril.

Com o tempo, apareceram muitas e muitas outras, tratando os temas o âmbito de Abril e de uma boa qualidade jornalística, editorial e gráfica.

Hoje a Abril edita revistas de variedades, de literatura para jovens, infantis, especializadas em quadrinhos e turismo, esportes, televisão, foto-novelas, educação, moda. Além disso, publica mensalmente uma revista para assinantes e diversas revistas, serviços de circulação dirigida.

As sementes que esta árvore já espalhou, há muito dão bons frutos a este país.

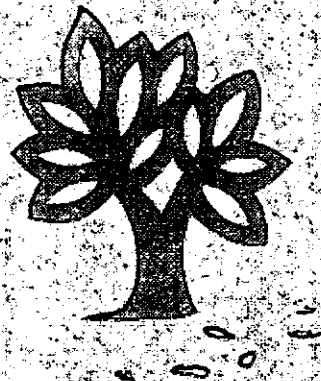
Estas sementes você encontra em qualquer banca de revista.

São os fascículos de Abril. Tudo o que colocamos dentro destes fascículos sempre foi muito importante para a vida do homem. Mas poucas pessoas sabiam desta importância.

Porque nunca tinham tido a oportunidade de ter essas coisas nas mãos: um livro de Dostoiévski, um concerto de Bach, um quadro de Michelângelo, a vida de Tiradentes, a receita de um bordado, e explicação de uma doença.

Hoje, todas estas coisas estão nas bancas. E, em forma de coleções, 300.000.000 de fascículos já estão dentro dos lares brasileiros.

São duas as razões do sucesso dos fascículos de Abril: a primeira, é que o nosso país tem uma enorme vontade de aprender. A segunda, é que faltava alguém que tornasse a cultura acessível para todos. Foi o que a Abril fez.



A colocação das arvorezinhas como forma de denunciar aos seus leitores a presença da censura prévia.

1.8 Convocação de Mino Carta e José Roberto Guzzo para prestar esclarecimentos na Polícia Federal.

(10/3/74)

-: COMUNICAÇÃO INTERNA : data: 11.3.74

Paulo A. Marconi

Mino Carta

PARA : Dr. Edgard S. Faria

De : WSouza

Assunto : Telex do Gal. A. Bandeira-Dir. Geral DPF/Brasília-DF.

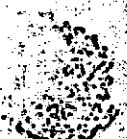
Retransmissão : Dra. Suelli Cabral, Assistente do SIGAD
De : Dr. Richard de Bloch, Chefe do SIGAD/SP.-

Determina:

"convocar dia 11.3.74 (2ª. feira) às 15,30 horas, os srs. MINO CARTA e JOSÉ ROBERTO GUZZO, da revista "VEJA," para comparecerem à Superintendência da Polícia Federal em S. Paulo e prestarem esclarecimentos ao Dr. Richard de Bloch sobre "PROIBIÇÕES" não entendidas."

Era o que me competia informar.

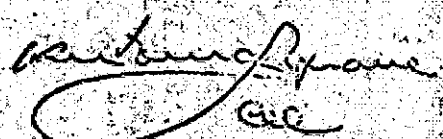
1.9 Documento da Polícia Federal comunicando a instalação da censura prévia em *Veja*.


 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

OF. nº 2.236/74-SIGAB São Paulo, 07 de maio de 1974.

Presado Senhor

De ordem superior, levo ao conhecimento de V.Sa. de que, a partir desta data, fica instituída a censura prévia na revista semanal "VEJA" e, à vista dessa determinação, não poderá a mesma ser distribuída sem a devida permissão desta Superintendência, sob pena de apreensão e da aplicação das medidas legais cabíveis no caso.


 Cel.

CEL. ANTONIO LERIANE
 Superintendente Regional

ILMO. SR.
 VICTOR CIVITA
 DD. EDITOR E DIRETOR DA EDITORA AERIL S/A-CULTURAL E INDUSTRIAL
 AV. MARGINAL nº 600 - 6ª ANDAR
 CAPITAL

- 1.10 Proibição preventiva da Censura Federal a *Veja* para não divulgar matéria sobre a morte do operário Manoel Fiel Filho e sobre as mudanças ocorridas no comando do II Exército em São Paulo.

São Paulo, 23 de janeiro de 1976.

Dr. Edgard :

Ref.: Informação PREVENTIVA recebida do Sr. Nilo Ferreira-Assessor SICAB/DPF/SP.

Acabo de receber (9,48 hrs) telefonema da residência do assessor Nilo Ferreira, a respeito de INFORMAÇÃO PREVENTIVA com relação a 3(três) tópicos, que não devem ser VEICULADOS pela revista "VEJA" :

- 1-NOTÍCIA, CITACÃO, ARTIGO, COLENTÁRIO, etc., sobre a morte do operário Manuel Fiel Filho, que morreu nas celas do DOI-CODI- II E.
- 2-EXONERAÇÃO do Gal. Ednardo D'Avila Melo, do Com. II Exército.
- 3-CRONICA E FOSSE do Gal. Dilermando Monteiro p/Com. II Exército.

Destacou o sr. Nilo Ferreira, que NÃO TEM TELEX de Brasília a respeito, mas recebeu INSTRUÇÕES para VETAR as três matérias acima (ilustração e texto) e, de qualquer maneira, irá vetá-las na censura prévia da rev. VEJA (tanto na capa quanto na parte interna).

Preocupado em que possamos ter "planejada" uma capa com as fotos, títulos, etc., dos Generais Ednardo e Dilermando ou do operário Manuel Fiel Filho, ANTECIPA-SE para evitar qualquer forma de PREJUÍZO, caso, por exemplo, houvesse necessidade de substituir "em cima de hora" a capa já estruturada.

Por outro lado, fez questão de FRIZAR que NÃO tem telex de Brasília. E que, os veículos aos quais ele está comunicando estes três tópicos, poderiam pensar em "ligar para Brasília" a fim de reclamar...

Era o que me competia informar.

Totti

Sistemas Galopante

Alm.

9/1

15/1

ANEXO 2 - TABELA 2 – TEMAS DETECTADOS NAS CARTAS – ANOS DE 1978 E 1979 – NAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ (1704 cartas no total).

Ações dos órgãos públicos/ Ministros (42) – 1978 = 15 cartas – 1979 = 27 cartas
Anistia/ Exílio (54) – 1978 = 15 cartas – 1979 = 39 cartas
Burocracia (9) – 1979 = 9 cartas
Censura (32) - 1978 = 20 cartas – 1979 = 12 cartas
Corrupção de políticos ou órgãos do governo (60) – 1978 = 33 cartas – 1979 = 27 cartas
Corrupção privada (14) – 1978 = 3 cartas – 1979 = 11 cartas
Democracia (145)
<ul style="list-style-type: none"> • Militarismo – 1978 = 14 cartas – 1979 = 5 cartas • Comunismo/ extremismo – 1978 = 9 cartas – 1979 = 23 cartas • Democracia/eleições – 1978 = 74 cartas – 1979 = 20 cartas
Justiça/ Impunidade (37) – 1978 = 7 cartas – 1979 = 30 cartas
Pensamentos de intelectuais e políticos (41) – 1978 = 21 cartas – 1979 = 20 cartas
Política Internacional (100)
<ul style="list-style-type: none"> • Interferência americana – 1978 = 5 cartas – 1979 = 4 cartas • América Latina – 1978 = 26 cartas – 1979 = 18 cartas • Palestina/ Israel/ Irã – 1978 = 9 cartas – 1979 = 28 cartas • Outros países – 1978 = 1 carta – 1979 = 9 cartas
Redemocratização (315)
<ul style="list-style-type: none"> • Biônicos/ Lei Falcão – 1978 = 7 cartas – 1979 = 2 cartas • Cassações – 1978 = 2 cartas • Eleições Estaduais – 1978 = 48 cartas – 1979 = 2 cartas • Eleições – Magalhães/Euler – 1978 = 32 cartas • Figueiredo – 1978 = 18 cartas – 1979 = 17 cartas • Partidos Políticos – 1978 = 21 cartas – 1979 = 8 cartas • Pesquisa eleitoral – 1978 = 13 cartas • Políticos – 1978 = 59 cartas – 1979 = 53 cartas • Reformas políticas – 1978 = 6 cartas • Sucessão – 1978 = 27 cartas
Repressão (175)
<ul style="list-style-type: none"> • AI-5 – 1978 = 3 cartas – 1979 = 2 cartas • Arbítrio/violência policial – 1978 = 6 cartas – 1979 = 21 cartas • Assassinatos/sequestros – 1978 = 2 cartas – 1979 = 30 cartas • Movimentos/ atentados da Direita – 1978 = 4 cartas – 1979 = 8 cartas • Presos políticos – 1978 = 7 cartas – 1979 = 4 cartas • Repressão de militares – 1978 = 27 cartas • Torturas/desaparecimentos/ direitos humanos – 1978 = 37 cartas – 1979 = 24 cartas

Tabela 2 – Tema: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (1024 cartas)

CRIANÇAS (12) 1978 = 3 cartas – 1979 = 9 cartas
CULTURA (18) 1978 = 14 cartas – 1979 = 4 cartas
DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS / DESCENTRALIZAÇÃO (10) 1978 = 6 cartas – 1979 = 4 cartas
EDUCAÇÃO (41) 1978 = 30 cartas – 1979 = 11 cartas
IMIGRANTES (6) 1978 = 4 cartas – 1979 = 2 cartas
INSEGURANÇA/ CRIMES/ VIOLÊNCIA (11) 1978 = 10 cartas – 1979 = 1 carta
MEIO AMBIENTE (62) 1978 = 32 cartas – 1979 = 30 cartas
MINORIAS (69) <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres/feminismo – 1978 = 15 cartas – 1979 = 5 cartas • Negros – 1978 = 14 cartas – 1979 = 5 cartas • Homossexualismo – 1978 = 8 cartas – 1979 = 8 cartas • Índios – 1978 = 5 cartas – 1979 = 9 cartas
MORAL/ SEXO/ DIVÓRCIO/ ABORTO (17) 1978 = 8 cartas – 1979 = 9 cartas
MOVIMENTOS ORGANIZADOS (154) <ul style="list-style-type: none"> • Sindicatos/Lula/greves – 1978 = 14 cartas – 1979 = 37 cartas • OAB/ABI/Imprensa – 1978 = 37 cartas – 1979 = 9 cartas • Estudantes – 1978 = 9 cartas – 1979 = 19 cartas • Igreja Católica – 1978 = 9 cartas – 1979 = 20 cartas
PLANEJAMENTO FAMILIAR (4) 1978 = 1 carta – 1979 = 3 cartas
RELIGIÃO/FANATISMO (42) 1978 = 21 cartas – 1979 = 21 cartas
SAÚDE (37) 1978 = 24 cartas – 1979 = 13 cartas
TRABALHO (28) <ul style="list-style-type: none"> • Desemprego/ salários – 1978 = 5 cartas – 1979 = 7 cartas • Condições de trabalho 1978 = 1 carta – 1979 = 2 cartas • Direitos legais do trabalhador – 1978 = 2 cartas – 1979 = 11 cartas
TRÁFICO DE DROGAS (6) 1978 = 3 cartas – 1979 = 3 cartas

Tabela 2 – Tema: PARTICIPAÇÃO SOCIAL (517 cartas)

CRISE ECONÔMICA (37) • Custo de vida/ inflação/ carestia 1978 = 6 cartas – 1979 = 31 cartas
DIREITOS DO CONSUMIDOR (2) 1979 = 2 cartas
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA/ MISÉRIA (9) 1978 = 8 cartas – 1979 = 1 carta
DÍVIDA EXTERNA (1) 1979 = 1 carta
ENERGIA (46) • Crise do petróleo – 1978 = 2 cartas – 1979 = 31 cartas • Energia nuclear – 1978 = 4 cartas – 1979 = 7 cartas • Bomba N – 1978 = 2 cartas
IMPOSTOS (26) 1978 = 14 cartas – 1979 = 12 cartas
MULTINACIONAIS (6) 1978 = 6 cartas
REFORMA ECONÔMICA/ ECONOMIA EM GERAL (10) 1979 = 10 cartas
REFORMA AGRÁRIA/ AGRICULTURA (26) 1978 = 18 cartas – 1979 = 8 cartas

Tabela 2 – Tema: PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA (163 cartas)

ANEXO 3 – ENTREVISTAS

3.1. TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – MINO CARTA.

Dados pessoais:

Nome: Demétrio Carta, conhecido como Mino Carta.

Data e local de nascimento: Itália, aproximadamente com 67 anos.

Profissão: jornalista e escritor

Endereço profissional: Alameda Santos, 1800, 7º andar, conjunto 7ª- São Paulo/SP.

Função atual: diretor de redação da revista Carta Capital.

Gravação realizada por telefone entre a autora (de sua residência em Natal/ RN) e Mino Carta (redação da revista Carta Capital – São Paulo/ SP) na tarde do dia 10 de dezembro de 2003.

Primeiramente, a entrevistadora lembrou ao Senhor Mino Carta sobre o porquê da entrevista, o qual havia sido feito anteriormente através de contatos por e-mail à redação da Carta Capital. A importância do depoente é por ele ter sido diretor de redação da revista *Istoé* no período de 1978 e 1979, assim como diretor de redação da revista *Veja* até 1976 e também porque, na bibliografia pesquisada sobre a imprensa durante esses anos, nada foi encontrado especificamente sobre a seção *Cartas* publicada pela *Istoé*. Entretanto, ao perguntar se ele foi o editor-chefe de redação da *Istoé* no período acima, o entrevistado fez uma observação, transcrita abaixo:

Em rápidas palavras, quem é Mino Carta?

Bem, eu sou jornalista e editor chefe eu nunca fui, porque editor-chefe é uma palavra americana e não tem nada a ver com o Brasil. Eu fui diretor de redação de várias publicações: Quatro-Rodas, Jornal da Tarde, Veja, Istoé, Istoé /Senhor, Carta Capital, Jornal da República. Estes são os lugares pelos quais passei, sempre como diretor de redação.

Após sua saída da revista *Veja*, sabe-se que o senhor foi um dos fundadores da revista *Istoé*...

Fundadores não. Eu fui o fundador tanto da Veja, quanto da Istoé.

Então, não havia outros fundadores?

Não. Havia redações que cumpriam suas tarefas, mas o diretor era eu. E a revista não existia antes deste que lhe fala.

Após sua saída da *Veja*, quais eram suas expectativas que o levaram a fundar a *Istoé*?

*Eu saí da *Veja* porque me demiti da revista, já que havia pressões de tal ministro da Justiça [Armando Falcão] para que eu saísse da revista como condição para que a censura saísse da revista. Então, eu saí da *Veja* e fundei uma revista que era francamente de oposição, enquanto a *Veja* cumpriu o seu destino e se entregou nos braços do poder militar. Assim, a revista *Istoé* surgiu para ser uma revista de oposição ao regime que infelicitava o país.*

Quem ou que grupo participava do financiamento da revista *Istoé*?

*A *Istoé* nasceu de uma sociedade criada após a minha saída da revista *Veja* e integrada pelos dois sócios da Editora Três, ou seja, Domingo Alzugaray, meu irmão Luís e eu. Então, cada um colocou uma “porcaria” [sic] e fundamos a Editora Encontro Editorial que era distinta da Editora Três. A Encontro Editorial porque publicava algo que nada tinha a ver com a Editora Três. Logo depois meu irmão saiu da sociedade porque foi fundar outra editora, que existe até hoje e se chama Carta Editorial. Assim, sobrou este encontro editorial nas mãos de Domingo Alzugaray e nas minhas.*

A *Istoé* sofreu algum tipo de censura a partir de sua fundação?

*Não. Ela começou como mensal, muito cautelosamente [sua postura era de oposição, mas, nesse momento, sem assumir um confronto aberto com o governo], porque ainda [ênfase do autor] havia censura no país. Portanto, nós queríamos evitar sofrer qualquer tipo de problema desse gênero. Mas, no decorrer de 1976, a censura acabou saindo dos lugares onde ainda existia; ou seja, *Veja*, *Movimento*, *Jornal da Cúria Metropolitana de São Paulo*, *O São Paulo*.¹*

Em um regime de exceção como o que tivemos no período militar, há uma preocupação se o teor dessas cartas não foram forjadas, inventadas ou manipuladas. Havia a possibilidade dos censores ou alguns dos órgãos da repressão criarem leitores fictícios? O senhor tem conhecimento, como diretor de redação, se isto acontecia? Depois de feita a seleção das

¹ De acordo com a pesquisa realizada na bibliografia sobre a censura na imprensa brasileira, o jornal *O Movimento*, *O São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* deixaram de ter censura prévia em junho de 1978, conforme consta em AQUINO, Maria. A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário: ... BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica: ...* e MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira.* .

cartas que seriam publicadas, havia alguma espécie de manipulação que alterasse de alguma forma a essência do que o leitor pretendia dizer?

Eu acredito que houve cartas forjadas remetidas às redações. Acredito... Não, eu tenho certeza que houve em diferentes oportunidades cartas forjadas, assim como havia cartas de ameaças. Isso acontecia muito.

Quem enviava estas cartas de ameaças?

Eram de pessoas que mandavam para uma redação. É difícil estabelecer até que ponto essa pessoa que está ameaçando é um leitor ou não é.

Essas cartas eram freqüentes?

Não era tão infreqüente e aconteceu por muitos anos, sobretudo, no tempo da repressão mais dura, naturalmente. Agora, nas redações que eu dirigi nunca se manipularam cartas. As cartas de ameaças que recebíamos, o seu destino era o lixo. Pois era inaceitável por parte de uma redação que cumpre seu papel, cartas de ameaças. Estas iam para o cesto do lixo. Agora, cartas de leitores nunca foram manipuladas, pelo menos nas redações que eu dirigi.

Segundo a sua experiência e opinião, as cartas dos leitores podem ser encaradas como fonte legítima para traçar um possível quadro da sociedade?

Sim. Eu acho que é uma fonte bastante razoável, embora devamos levar em conta que uma coisa são as cartas remetidas às redações em tempos de paz, outra coisa completamente distinta, são as cartas remetidas em tempos de guerra. Isto porque existe uma intimidação implícita, não somente das próprias redações e aí pode ter sido até uma intimidação explícita representada em primeiro lugar pela censura, mas também existe implícita em relação aos leitores. Os leitores não se sentem muito à vontade para escreverem tudo o que gostariam. Então, em tempo de repressão feroz, ou em tempo de terror de Estado desenfreado, é muito difícil que os leitores se manifestem desabridamente.

Comparando as cartas de 1978, quando ainda vigorava o AI-5, com as de 1979, quando já não existia mais esse mecanismo, observou-se que não há muita distinção.

Veja, pode ser, mas realmente esse receio dos leitores é facilmente imaginável. Eu não saberia como quantificá-lo e defini-lo com exatidão em geral, mas é claramente plausível este receio de leitores, certamente que se alonga por muito tempo, muito além do AI-5. Claro, porque imagine, por exemplo, as bombas do Rio Centro. Elas acontecem depois do AI-5 e representam uma clara advertência; os ataques às bancas de jornal. Essas são também posteriores ao fim do

AI-5. O ataque à bomba na OAB que matou a secretária. Isto é posterior ao fim do AI-5. Então, era um clima de tensão e de medo, mesmo [ênfase do autor] depois do AI-5.

Percebe-se que a maioria das cartas dos leitores publicadas pela *Istoé* nos anos de 1978 e 1979 eram cartas de defesa, esclarecimentos ou retificações de pessoas citadas nas reportagens, inclusive, muitas delas com resposta da revista ou do jornalista responsável. Poucas são as cartas que parecem ser de cidadãos comuns opinando sobre as reportagens propriamente ditas. Assim, partindo dessa análise, esta seção era um espaço destinado para isso ou a revista não recebia muitas cartas opinativas?

Não. A revista não recebia muitas cartas opinativas, exatamente em função do receio dos leitores. O sujeito colocava o nome dele lá, pois não se publica cartas anônimas. Então, tem que se publicar cartas assinadas e o sujeito que assinava pensava três vezes antes de dar a opinião dele.

A identificação do leitor na revista consta o nome, a cidade e o Estado. Mas, nas cartas enviadas havia o endereço completo que pudesse localizar o missivista?

Sim, freqüentemente. Hoje é muito comum chegar e-mail, mas este também identifica o missivista.

As cartas recebidas poderiam sofrer algum veto dos censores?

A posteriores sempre seria possível.

Alguma vez, a censura chegou a solicitar para a revista o endereço de algum leitor?

Não. Pelo menos nas redações que eu dirigi.

Nem na *Veja* na época mais dura?

*Não. Nem na *Veja* na época mais dura. Mas também na *Veja*, na época mais dura (rindo), os censores estavam na redação. Quer dizer, os censores começaram indo às redações. Ao cabo, nós estávamos mandando o material para os censores. Eles ficavam na polícia e nós mandávamos o material para eles.*

O senhor se recorda qual o volume médio de correspondências recebidas de leitores para serem publicadas semanalmente pela revista *Istoé*?

Não, honestamente não me lembro. Isto exigiria algum tipo de pesquisa, porque eu realmente não me recordo.

Observando a seção *Cartas da Istoé*, percebe-se que o espaço destinado a esta seção é sempre muito pequeno. Às vezes preenche uma página, raramente duas e, outras vezes, até menos. Por que isso acontecia?

Era muito mais rala a quantidade de cartas recebidas naquela época. Por exemplo, hoje, nós aqui da Carta Capital, uma revista de tiragem pequena, comparada... sei lá... a Istoé e a Veja. Nós recebemos muitas cartas, muitas, muitas. Uma quantidade enorme! Isso acontece porque os leitores ficam muito à vontade para escreverem. Esta seção pode ser até muito interessante, porque indicativa dos humores e dos sentimentos daqueles leitores. A revista tem no fundo seus leitores. Cada publicação tem os seus leitores. Eu acredito que os leitores da Carta Capital podem até também ser leitores de outras publicações e que certamente serão. Mas, quem lê Carta Capital tende a ter um entendimento e um maior interesse pela política, digamos, que o leitor médio da revista Veja, por exemplo.

Em relação à seção *Cartas*, quais os critérios estabelecidos para a seleção das correspondências que seriam publicadas?

Bem, nós aqui, além de tudo, agora estamos entregando um prêmio a quem escrever a melhor carta. É uma promoção da MON BLANC que... enfim, nos dá uma caneta por mês e anúncios para que a gente premie a melhor carta que refutamos mais interessantes. Mas de um modo geral o critério é o do interesse efetivo: ou porque o leitor levanta uma questão de interesse geral ou porque ele tem coisas a dizer, interessantes. Isso é o primeiro critério. Agora nós, por exemplo, honestamente, e isto é a sacrossanta verdade, recebemos uma quantidade enorme de cartas dos leitores que se identificam com o pensamento da revista.

Especificamente no caso da *Istoé* o critério era o mesmo?

Ah, sempre! O critério sempre foi esse. Agora, a coisa muda bastante, profundamente, quando o regime militar acaba. Até o fim do regime militar a gente podia detectar o receio de ter problemas e ir ao encontro de algum tipo de problema que foi, naturalmente, diminuindo com o tempo, mesmo, digamos, nos anos finais do regime militar. Mas ficou presente até o fim.

Então, o critério para a seleção das cartas, naquele período de regime de exceção, entre 1978 e 1979, era o interesse? Mas, nas cartas muito bombásticas havia um certo receio de se evitar problemas, inclusive para o próprio leitor, e não havia a publicação?

Mas é lógico! Olha, a revista Istoé era uma revista, pode-se dizer com absoluta isenção, bastante corajosa. Nós, por exemplo, antes e no fim de 1977 e começo de 1978, publicamos uma capa "Abaixo o AI-5". Também, por ocasião da morte do Vlado Herzog fizemos uma capa sobre a

morte dele. Isto é era bastante corajosa, mas nem por isso os leitores se sentiam tão à vontade para escrever o que pensavam, pelo menos aqueles que pensavam como a gente. Mas uma coisa é você ser jornalista, trabalhar numa revista que se propõe a ter uma linha de oposição ao regime e, outra coisa, é você ser um leitor. A leitura não te compromete em princípio, você não será perseguido pelo fato de ler esta ou aquela revista. Até porque o regime não possuía espões nas bancas de jornal, sei lá. Mas, na hora de escrever uma carta que você tem que colocar sua assinatura e dizer, no mínimo, a revista ia dizer de onde vinha à carta. Então, o senhor Joaquim que mora no Recife, por exemplo, poderia, teoricamente, ser localizado se houvesse o interesse a partir de uma frase considerada [perigosa].

Nos anos de 1978 e 1979 o senhor se recorda de quem era a responsabilidade pela seleção das cartas que seriam publicadas na *Istoé*?

A Istoé começou com uma redação de cinco jornalistas, incluindo este que lhe fala. Então, nós todos fazíamos tudo (ri).

Mas, nos anos de 1978 e 1979, a revista já estava mais estruturada? Inclusive em 1979 o Faoro...

Não. O Faoro quando saiu da OAB colaborou passando a escrever um texto toda semana. Mas não era um jornalista. Nós tínhamos colunistas, outros escreviam lá. Nesse tempo, havia vários colaboradores fixos que tinham suas páginas na revista, mas não eram os jornalistas que vinham à redação trabalhar com a gente. Quem (ri) pegava no batente éramos nós, os jornalistas...

Então, a responsabilidade era de todos da equipe central?

Sim, e éramos muito poucos. Depois a equipe foi ampliada. Eu me lembro que em 78/79 os jornalistas eram dez.

Havia alguém que dizia: essa carta não ou esta carta tem que ser publicada?

Era uma escolha feita em comum. Mas, de modo geral, não havia estes problemas porque o critério aplicado era sempre o do interesse geral ou de alguma coisa que o leitor dizia que tinha pertinência ou ainda uma análise aguda de uma situação qualquer, ou também eram cartas que discordavam ou concordavam com a revista.

Qual o destino das cartas que a revista dava após a publicação?

As cartas, aliás, isso é uma regra, ficavam na revista por um certo período, que varia, mas enfim... espere um pouco que eu já te digo [pergunta a uma assessora e volta a responder].

Depende, porém, digamos que de três a quatro semanas no aguardo de uma eventual contestação. Alguma coisa assim.

Hoje em dia, se alguém quiser pesquisar a versão original das cartas, elas não existem mais?

Nesse momento, aqui na Carta Capital, as cartas que foram publicadas, digamos, há um mês, não existem mais. A não ser aquelas que levantam uma questão muito grave e que pode ter uma querela judiciária, por exemplo.

Então, não era regra se ter um arquivo durante alguns anos?

Não. Mas, sempre há um período que varia de uma redação para outra.

No caso da Istoé, funcionava do mesmo jeito como na Carta Capital?

Eu acredito que sim, porque de um modo geral é isso: uma carta que não tem esse tipo de implicação, digamos que não precipita uma questão ou outra qualquer que poderia provocar uma demanda judiciária. Este tipo de carta pode ficar por tempo indeterminado. Agora, uma carta normal do leitor, que está publicada inclusive, não havendo razão, não há motivos para segurá-la.

E as cartas que não eram publicadas. Vocês sempre respondiam?

Sim, sempre. Está no automático.

Inclusive na Veja, no seu período?

Sempre.

Nos seus livros, “Castelo de Âmbar” e “A sombra do silêncio”, pode-se encontrar alguma coisa sobre sua vida?

Eles são totalmente autobiográficos, mas contados de uma forma, digamos, forma de ficção. São histórias verdadeiras, mas apresentadas em um país... que é o Brasil, mas não é o Brasil; num tempo que é o nosso tempo, mas não é o nosso tempo; as pessoas se chamam com outro nome...

Senhor Mino, agora umas perguntas mais pessoais. Durante o regime militar, alguma vez o senhor chegou a ser preso ou sofreu uma repressão mais rigorosa?

Sim. Devo ter prestado uns quarenta depoimentos na Polícia Federal. Era convocado e tinha que ir à polícia prestar depoimentos. Duas vezes fui preso, mas uma prisão que não chegou a durar



nem 24 horas e, fora isso, recebia muitas ameaças, muitos telefonemas ameaçadores e que nem sempre “pegavam” em mim. Os meus filhos podiam receber, as crianças podiam receber, entende? Minha mulher recebia!

Houve algum interrogatório mais duro?

Duas vezes fui preso mesmo, carregado (ri) à minha revelia, inclusive impedido de deixar um cheque porque não se sabia quanto tempo você iria ficar preso. Então, impedido de fazer qualquer coisa, carregado à força e depois, nas duas ocasiões, não fiquei nem 24 horas. Não dormi na cadeia. E nunca sofri qualquer tipo de violência física.

Podemos falar um pouco sobre a revista *Veja*? A primeira edição saiu em setembro de 1968. Em seguida, começou o golpe dentro do golpe, que foi o endurecimento do regime. A seção *Cartas da Veja* sofreu alguma interrupção ou ela sempre continuou?

Sim, ela continuou. Nunca houve repressão. Mas, a revista foi apreendida no seu quinto número. A capa era o Congresso da UNE. Esta edição foi apreendida nas bancas, embora ainda não havia a censura. A censura veio depois do AI-5 e era uma censura, inicialmente, executada por militares nas redações.

E de quem foi à idéia de criar esta seção *Cartas* na *Veja*, por exemplo, ou era algo comum nas revistas?

Sempre, lógico! É comum nas revistas e nos jornais. O leitor sempre teve um espaço em qualquer órgão da imprensa. Eu dirigi o jornal vespertino publicado pelo Estado de São Paulo e eu dirigi, entre uma coisa e outra, por quase quatro anos, e criamos uma seção cujo título era “São Paulo Pergunta” e era uma seção de Cartas.

Em relação às cartas, o senhor conhece algum livro ou algum trabalho que analise, especificamente, esta seção?

Não, eu não conheço. Mas a minha ignorância é monumental, proporcional a minha desfaçatez. Eu não leio nada sobre jornalismo. Agora, talvez exista, é bem provável até que exista, porque, realmente, as cartas de leitores, sobretudo quando se vive um regime, senão de exceção, a seção cartas é um indicativo precioso dos humores do público, pelo menos, daquela publicação.

Naquela época, a gente pode dizer que também o leitor da *Istoé* podia ser um leitor da *Veja*?

Sim, embora a Istoé tenha surgido oito anos depois da Veja. Mas, em 1978 e 1979 as duas revistas estavam na praça.

Senhor Mino, caso seja necessário novas entrevistas para trabalhos futuros, há possibilidades de novos contatos?

Eu estando vivo, estarei disponível.

Agora, a respeito dessa entrevista, muito obrigada pela atenção e pelas informações. Vou fazer a transcrição da gravação e depois encaminhá-la para o senhor. Caso o senhor concorde com a transcrição, o senhor poderia nos ceder uma Carta de Doação para que se possa utilizar essa entrevista neste e outros trabalhos futuros?

Não precisa Carta de Doação, não precisa nada. Não há nenhuma necessidade. Pode usar à vontade. E nada do que eu lhe disse cria para mim a mais pálida sombra de problema (ri).

3.2 TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – JOSÉ TRINDADE DA COSTA.

Dados Pessoais:

Nome: José Trindade da Costa.

Idade: 58 anos.

Profissão: Economista e oficial da Marinha Brasileira.

Endereço: Rua Auris Coelho, 1239 – Nova Descoberta – Natal/RN.

Entrevista realizada no dia 03/02/2004, das 19:30 h às 20:00 horas, na residência do entrevistado e gravado com sua anuência. No ano de 1979, este missivista teve três cartas publicadas, respectivamente em 02/05/79; 30/05/79 e 08/08/79, as quais estão transcritas a seguir:

[sobre Idi Amim] – Cada povo tem o governo que merece. Por isso Uganda finalmente se liberta das mãos sanguinárias do louco Idi Amim. O mundo espera que ele seja localizado e julgado pelos crimes que cometeu durante oito longos anos. [Veja, 556].

[sobre a ferrovia do aço] – Esclarecedora a reportagem da Ferrovia do Aço (VEJA, nº 556). Lamentável e imperdoável para o país a vitória e os sonhos faraônicos dos burocratas e técnicos que planejaram esta ferrovia sem a viabilização econômica e técnica no tempo e no espaço. [Veja, 560].

[sobre o petróleo] – Esse tempo de guerra mostra que o Brasil jamais reduzirá o consumo de combustíveis pelo aumento de preços. O País precisa urgentemente que a Petrobrás encontre petróleo. [Veja, 570].

Qual sua profissão nos anos de 1978 e 1979?

Economista e oficial da Marinha, pois me formei em 1973.

O senhor era assinante da revista *Veja* nessa época?

Sim, inclusive ainda sou assinante.

Há quanto tempo?

Faz muito tempo. Comecei a assinar quando ainda era estudante, mais ou menos por volta de 1970.

Nos anos de 1978 e 1979, qual era seu posicionamento político na época?

Meu posicionamento político sempre foi o normal, ou seja, eu gosto do que é correto. Gostava na época e gosto atualmente. Tenho, hoje, uma visão um pouco diferente da atual política que está sendo adotada no país. Considero-me pela democracia correta, não interessa se é de esquerda ou direita, até porque isto diz respeito à ideologia. Sou pela democracia, dentro dos parâmetros da realidade.

Nessa época o senhor estava feliz com o processo de abertura política que estava sendo realizado?

Eu não concordava com alguns pontos do processo político, pois tinha que abrir, não podia ficar com o sistema que estava naquela época. Eu concordava inclusive com a abertura. Não concordava com algumas políticas que faziam naquela época, mas concordava com a abertura totalmente.

Nesses anos, qual sua grande preocupação sobre a conjuntura política, econômica e/ou social?

O problema era o seguinte: o que existia naquela época, em termos de economia, era que o Ministro Delfim Neto dizia que tinha que fazer o “bolo” crescer para depois distribuir. Eu não concordo com isso. Se o país está crescendo e nós somos colaboradores, temos que distribuir ao mesmo tempo em que o crescimento. Então ele tinha aquela política de fazer crescer, e realmente cresceu em certas ocasiões, até acima de 10% e não houve distribuição para o povo. Houve para algumas castas e isto realmente é complicado.

E o senhor estava satisfeito com o governo para resolver estes problemas?

Não, não estava.

O que o senhor, como leitor de *Veja* achava sobre as reportagens publicadas pela revista? Achava-as confiáveis?

*Achava e ainda acho até hoje. Ela era uma espécie de canal livre. Inclusive hoje, para fazermos uma comparação, é como a Internet. Não tem aquele controle, não tem a mão do governo que tem que fazer esta política; tem que seguir esta direção. E, ainda hoje, a imprensa, em tese, é livre. Então, você pode emitir opinião, você tem a liberdade de escrever o que pensa, embora evidentemente tenha que arcar com as consequências. Mas tem a liberdade! A *Veja* não é agregada a um determinado governo. Algumas pessoas dizem que ela fica muito em cima do governo, mas é que o governo faz muita besteira. Mas ela não está agregada a determinado*

governo, A, B, C, ou D. Então, se fez errado, seja qualquer setor, ela faz as reportagens e com um certo grau de confiabilidade.

Então, segundo o senhor, *Veja* era uma revista imparcial?

Exatamente, imparcial.

Mas ela pertencia a um dos maiores grupos empresariais do país naquele momento?

*É, mas veja bem, mesmo porque é quem tinha condições de bancar. Mas, os seus jornalistas tinham liberdade de escrever o que queriam. Não sofriam, naquela época, a censura prévia. Você sabe que na época da Revolução, alguns jornais tinham censores que cortavam determinadas matérias ou trechos ou mandavam refazer; e não tinha isto na *Veja*.*

Pelas pesquisas que eu efetuei, a revista *Veja* teve censura prévia até 1976, e, com a saída de Mino Carta da direção da revista, ela se livrou da censura prévia, mas também a revista assumiu a autocensura. O senhor percebia essa autocensura nas reportagens da *Veja*?

*Olha, qualquer tipo de assunto saía na *Veja* e você nota, quando tem censura, algumas reportagens que estão prontas eles cortam ou então mudam o enfoque. Eu também não me baseava só na *Veja*. Eu era assinante de outras revistas também. Eu recebia a revista da Petrobrás e também analisava outros jornais, inclusive eu era assinante do Estadão. Assim, eu fazia este tipo de comparações. Então a reportagem com mais argumentos e mais detalhes era na *Veja*, inclusive pela rapidez. Você sabe que os jornais, para fazerem reportagens maiores, demandava um tempo maior e na *Veja* saía de imediato, pois o grande know-hall da *Veja* era a notícia de imediato, porque como era uma revista semanal, as reportagens saíam na mesma semana. Isso é muito importante pela rapidez. Lógico que havia algumas reportagens que precisavam de mais pesquisa, mas isto não diminuía a rapidez da revista.*

Ao ler as reportagens da revista às informações adquiridas pelo senhor, um leitor, repassava-as de alguma forma para as pessoas ao seu redor (amigos, familiares, colegas de trabalho)?

Comentava no ambiente de trabalho na base onde eu trabalhava e na sociedade como um todo; alguns familiares, mas somente com as pessoas que eu achava que tinha alguma influência também. Eu não iria comentar, por exemplo, com a pessoa que trabalhava em minha granja, porque eu acho que ele não tinha capacidade para entender. Então no meu ambiente e meu nível eu sempre comentava.

Então o senhor se limitava às pessoas do mesmo nível cultural seu?

Sim, com as pessoas que eu achava que pudessem entender e que pudessem argumentar também. Até para colher algumas informações, pois isso é interessante.

O senhor disse que era assinante de outras revistas. O senhor lia Istoé na época?

Não. Às vezes eu lia Istoé, mas era eventual. Em parte, por falta de tempo. Na verdade, eu gosto muito de ler e recebo muitas revistas e jornais. Pois tudo é questão de informação. E se você não estiver bem informado hoje, você está perdido. Até porque você estando bem informado, você tem controle de decisão. E, evidentemente, eu não quero só uma fonte. Por exemplo, aqui em Natal, sou assinante de dois jornais e vejo como são as reportagens em um e outro e, assim, posso fazer comparações.

O que lhe motivou a escrever para a seção Cartas dessa revista?

Olhe, sabe-se que esta seção possui limites de espaço e de conteúdo e, às vezes, a própria revista modifica alguma coisa que a gente escreve. Mas a questão era de desabafo. A realidade é esta. Às vezes na Marinha, por outro lado, nós éramos orientados e se comentava que não se devia fazer isso. Eu retrucava dizendo que não iria me policiar nesse assunto. Aqui fora eu faço o que quero. Lá dentro, eu só obrigado a seguir os parâmetros. Mas aqui fora não, evidentemente eu assumo o que faço, mas ninguém vai me controlar nisso aí. Com certeza havia comentários, não diretamente, mas havia comentários do tipo “Que não se devia emitir opinião” entre outros. Mas eu achava que era direito meu dar minha opinião sobre o que eu queria, até porque eu não criticava ninguém.

Suas cartas foram publicadas corretamente ou houve alguma alteração na essência?

Não, as cartas correspondem ao meu pensamento.

Qual era seu objetivo ou o quê ou quem pretendia alcançar ao escrever para a revista, além do seu desabafo?

É questão de dar opinião e de uma forma ou de outra é interessante que saia sua opinião. Claro, que por questão de espaço, as cartas são selecionadas, publicando-se as opiniões mais importantes. E também para saber a opinião do país como um todo, porque você percebe que há cartas de todo o país. Assim, você verifica como está o pensamento... mais ou menos nesse aspecto. Você verifica como está a interação, como a revista vê nisso também.

O senhor ainda escreve com frequência para a revista?

Atualmente não muito, pois eu estou viajando demais e não tenho tido muito tempo para acompanhar os acontecimentos. Mas eu gosto muito de escrever, de dar minha opinião.

Todas suas cartas enviadas a revista foram publicadas? As que não foram publicadas o senhor recebia alguma resposta?

Não. Mas, em algumas delas eu recebi resposta dizendo porque não havia sido publicada, mas que minha opinião tinha sido analisada. Porém, não de todas as cartas que eu escrevi, até porque eram muitas.

Naquele período, havia uma ditadura instalada e, apesar do processo de abertura, havia ainda bastante repressão. Nesse contexto, o senhor possuía algum receio que suas cartas pudessem despertar o interesse dos órgãos do governo encarregados da censura e esta lhe trazer problemas?

Não, por incrível que pareça, apesar de que, como eu já falei, no meu setor de trabalho eles comentavam, mas não diretamente para mim. Até porque os assuntos que eu comentava não era nada que pudesse gerar represálias. Eu dava minha opinião sem agredir ninguém, eram opiniões comuns sobre assuntos rotineiros, às vezes até técnicas. Mas, sem agredir nem um lado, nem outro, nem governo, nem a ditadura.

O senhor realmente concorda que seu desejo primeiro era manifestar sua opinião?

Sim, opinião normal sobre os assuntos que me interessavam e alguns até por questões pessoais, de expressar, falar alguma coisa e, inclusive, até registrar.

Sobre as informações prestadas pelo senhor, eu posso utilizá-las em meu trabalho ou outros que poderão advir? E a liberação é total?

Com certeza, está plenamente autorizada, não tem problema nenhum. E a entrevista está liberada totalmente.

AGRADECIMENTOS FINAIS.

3.3 ENTREVISTA – FLÁVIO LEITE DANTAS REZENDE.

Dados Pessoais:

Nome: Flávio Leite Dantas de Rezende.

Idade: 42 anos.

Profissão: jornalista

Endereço: Rua Papa João XXIII, 1709 - Mãe Luíza - Natal/RN.

Entrevista recebida via e-mail entre Rosemary Machado de Souza – mihael@uol.com.br e Flávio Leite Dantas de Rezende – flaviorezende@cchla.ufrn.br no dia 10 de fevereiro de 2004, às 18:19 horas.

O primeiro contato com o entrevistado realizou-se em setembro de 2003, por telefone, no qual foi verificado se o mesmo era o leitor correspondente à carta publicada na seção *Cartas* da revista *Veja*, nº 568 de 25 de julho de 1979 (transcrita a seguir). Confirmada a autoria, foi solicitado ao leitor se ele colaboraria com esta pesquisa em data posterior. Aceita, esta foi realizada por telefone no dia 03 de fevereiro de 2004, sendo gravada. No entanto, a gravação não ficou perfeita e como o sr. Flávio estava de férias e com viagem marcada para o dia seguinte, foi sugerido que o mesmo respondesse as perguntas via e-mail. Assim, processou-se então, a entrevista abaixo.

É deplorável o que vem acontecendo nos porões de nossa polícia. Os policiais que cometem injustiças também devem ser, como os criminosos, presos e julgados.

Qual sua profissão nos anos de 1978 e 1979?

Estudante.

O senhor era assinante da revista *Veja* nessa época?

Não, mas meu pai assinava a revista.

Nos anos de 1978 e 1979, qual era seu posicionamento político na época?

Meu posicionamento era de esquerda, aliás, até hoje. Na época, eu pertencia ao Comitê de Anistia, MDB Jovem e participava da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Natal. Atualmente, sou filiado ao PV – Partido Verde, mas voto alinhado com o PT - Partido dos Trabalhadores.

Nesses anos, qual sua grande preocupação sobre a conjuntura política, econômica e/ou social?

Sempre tive preocupações sociais, daí ter enveredado pela via política como instrumento de mudança social. Na juventude, por volta dos meus 17 anos até os 25 por aí, acreditei muito na política, depois comecei a perceber que para mudar realmente o homem precisava de uma outra política, a espiritual, pois só um homem equilibrado e centrado pode provocar mudanças reais na sociedade. A partir daí, sai mais da política tradicional, partidária e enveredei pelos caminhos da política espiritual, que transforma primeiro cada indivíduo para depois experimentar mudanças mais concretas no mundo real.

E o senhor estava satisfeito com o governo para resolver estes problemas?

Os governos nunca me satisfizeram, pois, até hoje, sempre cuidaram mais das elites. Nutro esperanças no governo atual, que, para mim está indo à direção certa e, ainda vai, espero eu, provocar mudanças mais concretas em prol das camadas mais baixas da população brasileira.

O que o senhor, como leitor de *Veja* achava sobre as reportagens publicadas pela revista? Achava-as confiáveis?

Sim, sempre fui dos que acreditavam na seriedade da revista e sempre achei que mesma tinha e tem uma postura independente com relação aos governos.

E por quê?

*As matérias sempre foram contundentes e muito profundas com relação à crítica política. Desde que me entendo por gente, *Veja* faz um jornalismo sério e não alinhado com governos, na minha ótica.*

Ao ler as reportagens da revista às informações adquiridas pelo senhor, um leitor, repassava-as de alguma forma para as pessoas ao seu redor (amigos, familiares, colegas de estudo)?

Em algumas situações comentávamos algumas matérias. Muitas eram motivos para conversas entre nós jovens que gostávamos de política.

O que lhe motivou a escrever para a seção *Cartas* dessa revista?

Minha indignação com o motivo da carta transcrita acima, ou seja, a violência policial e a impunidade.

Sua carta publicada pela revista *Veja* no dia 25/07/79, nº 568 sofreu alguma alteração ou foi publicada corretamente?

Foi assim mesmo que escrevi. Saiu na íntegra.

Qual a mensagem que o senhor queria transmitir com essa carta?

O que está escrito. A polícia precisa pagar por seus erros e torturas ocorridas dentro das cadeias.

Qual era seu objetivo ou o quê ou quem pretendia alcançar ao escrever para a revista?

Somar com o coro daqueles insatisfeitos com esses procedimentos policiais que não davam em nada.

O senhor escrevia com frequência para a revista?

Não, foi a primeira vez, que me lembre.

Naquele período, havia uma ditadura instalada e, apesar do processo de abertura, havia ainda bastante repressão. Nesse contexto, o senhor possuía algum receio que sua carta pudesse despertar o interesse dos órgãos do governo encarregado da censura e esta lhe trazer problemas?

Sempre fui muito destemido, nunca pensei em sofrer represálias por causa da carta, mas a possibilidade havia.

Sobre as informações prestadas pelo senhor, eu posso utilizá-las em meu trabalho ou outros que poderão advir? O senhor aceita fazer uma carta de doação para que esta entrevista seja arquivada no Núcleo de Estudos Históricos do Departamento de História da UFRN?

Não tem problema nenhum. Tudo bem.

ANEXO 4 - CARTAS DA REVISTA VEJA.

4.1 Que demonstram uma interação entre leitores:

Parabéns pela magnífica cobertura sobre a definição do processo sucessório federal, com o título, aliás, muito apropriado “A eleição com um voto só”. Realmente, o senhor general João Baptista Figueiredo não representa a vontade da nação, como VEJA (nº 488) demonstra na pesquisa “Em quem o povo votaria”. Logo, apesar de todos os títulos e predicados, falta, no futuro presidente, apoio popular.²

[resposta] – O senhor Miguel Ângelo da Silva discorda do processo pelo qual foi indicado o general Figueiredo. Ora, o processo foi o da tradição brasileira e em todo o mundo, isto é, o governante influir na indicação de seu sucessor. A apelidada democracia sempre foi e sempre será “de cima para baixo”. O povo, de que sempre se servem os demagogos, só comparece para votar no candidato que lhe é indicado. O que o povo quer mesmo é tranquilidade para trabalhar, tranquilidade que a Revolução lhe deu, acabando com a baderna.³

Não acho lamentável o povo brasileiro não ter o direito de escolher seus presidentes em eleições diretas, porque o direito tem de ser conquistado e, no caso das eleições, um povo tem que amadurecer politicamente para conquistar este direito – e depois saber preservá-lo. Nesse caso, concordo com o Nelson Rodrigues: “O povo é burro”. Quantos “ídolos” não foram forjados por esse povo, dirigido pela propaganda?⁴

[resposta] – sobre a carta de Sílvia Cristina B. de Almeida, concordo quando ela diz que “o povo é burro”. Ela esquece, porém, que a única maneira para que o povo amadureça politicamente é pela participação nas eleições.⁵

O artigo “A vez da terra” (VEJA nº 544) confirmou minhas suspeitas em relação a uma vingança da terra contra os que não souberam e não sabem como tratá-la.⁶

[réplica] - Sou um pequeno agricultor sulino desesperado com a seca que nos atingiu. Portanto pediria à leitora Lúcia Moojen Czernohous que afirma – que a seca é “uma vingança (...)” – que nos envie alguma fórmula para evitar secas.⁷

[tréplica] – A respeito da carta do leitor Arno Facker desejo explicar a esse “pequeno agricultor sulino desesperado” que não tenho a fórmula para evitar as

² SILVA, Miguel Ângelo da. *Veja*, nº 4912, 01/02/78. Cartas, p. 8.

³ SILVEIRA, Olyntho da. *Veja*, nº 493, 15/02/78. Cartas, p. 8.

⁴ ALMEIDA, Sílvia Cristina Buarque de. *Veja*, nº 491, 01/02/78. Cartas, p. 8.

⁵ VIDIGAL, Lélío Moreira. *Veja*, nº 493, 15/02/78. Cartas, p. 8.

⁶ CZERNOHOUS, Lúcia Moojen. *Veja*, nº 546, 21/02/79. Cartas, p. 12.

⁷ FACKER, Arno. *Veja*, nº 549, 14/03/79. Cartas, p. 10.

secas e as enchentes; tenho, sim, a consciência que muitos deveriam ter. Os agricultores não são inteiramente culpados, pois não possuem os recursos necessários para enriquecer o solo após cada cultura. Fazem ainda as queimadas que empobrecem o solo e provocam a erosão. As autoridades competentes fecham os olhos para o desmatamento desenfreado, daí também a destruição da fauna e da flora, o desequilíbrio ecológico, as secas e as enchentes. É preciso que cada brasileiro respeite a natureza. Se isso não acontecer, teremos poucas chances de um futuro melhor.⁸

4.2 Que demonstram opiniões sobre o processo eleitoral e a redemocratização no país:

Li a carta do aplaudido escritor Guilherme Figueiredo (VEJA nº 490, Cartas). Agora já descobri como será adjetivado o futuro regime brasileiro: fraternal-democracia. Acreditar que um candidato escolhido tão autocraticamente possa facultar o nascimento, ou o renascimento, da democracia pura, é o mesmo que esperar que de um ovo de galinha, chocado por uma gaivota, saia uma ave marinha. Ninguém põe em dúvida as excelentes qualidades profissionais, cívicas e morais do general João Baptista Figueiredo. Mas o processo de sua escolha foi o fim da picada. Já o inolvidável Rui dizia: “Todo poder ilegítimo nasce com a morte no seio, para viver morrendo e matando”.⁹

Nós, da “República de Piratininga”, só podemos aplaudir a matéria sobre nossa terra e seu futuro político (VEJA 503). É revoltante que 9,3 milhões de pessoas fiquem alijadas de escolher seus representantes, simplesmente porque alguns adeptos da teoria de Einstein assim desejam.¹⁰

Vê-se que o general Figueiredo é um aluno muito aplicado. Foi escolhido candidato (VEJA nº 488) com um só voto e, antes de tomar posse, também já está escolhendo candidatos aos governos estaduais com um só voto (VEJA nº 504).¹¹

Veja só o que disse o senhor Francelino Pereira, após ter seu nome homologado para o governo de Minas: “É muito bom ser eleito pelo povo”. E eu pergunto: que povo?¹²

Com a possibilidade de criação de novos partidos, deveriam ser extintas as famigeradas sublegendas, que só trazem prejuízo aos eleitores. Os partidos nada perdem. [...].¹³

Quando VEJA mostrou as eleições no interior baiano, mostrou também um retrato falado de grande parte das cidades, ditas pequenas, do interior brasileiro. A vitória da Arena na Bahia, como em outros Estados, foi um jogo de cartas marcadas. Acho

⁸ CZERNOHOUS, Lúcia Moojen. *Veja*, nº 551, 28/03/79. Cartas, p. 12.

⁹ LIMA, Antonio Aducto Mendes de. *Veja*, nº 492, 08/02/78. Cartas, p. 10. A carta que este leitor cita é irmão do presidente João Figueiredo e afirma que ambos possuem ideais democráticos.

¹⁰ MASSICI, José Antônio. *Veja*, nº 505, 10/05/78. Cartas, p. 8.

¹¹ ALMEIDA, José Wilson Amorim de. *Veja*, nº 506, 17/05/78. Cartas, p. 8.

¹² TARDELLI, José Ribeiro. *Veja*, nº 511, 21/06/78. Cartas, p. 10.

¹³ ROCHA, Osvaldo Pereira. *Veja*, nº 535, 06/12/78. Cartas, p. 8.

que os 22 milhões de brasileiros que votaram no MDB, contra os 17 milhões que escolheram a Arena, e mesmo assim perderam as eleições, estão hoje lembrando o velho De Gaulle: “O Brasil não é um país sério”.¹⁴

4.3 Que demonstram opiniões sobre a repressão e leis de exceção durante o regime militar:

Ao chegar à página 23 de VEJA nº 490, senti que o meu tradicional bom humor se iria água abaixo diante do texto “Os presos da X-3” [prisão onde estavam os presos políticos], que nos informa da manutenção no cativeiro dos senhores Fued Saad e Alkmin Magalhães, pelo crime de serem comunistas. Prender um homem por causa de suas idéias políticas ou opiniões ideológicas afigura-se-me de uma estupidez antológica.¹⁵

Primeiro foi o pronunciamento do comandante do III Exército ao governador Synval Guazelli, dizendo que a Revolução não deve contas a ninguém. Agora a mentira da polícia, querendo defender os suspeitos de seus quadros. Acho que já é tempo de o ilustre presidente Geisel mandar calar os que vivem a humilhar nossa população. Afinal, O Brasil não é uma fazenda, onde só existe um dono, mas uma pátria que a nós pertence.¹⁶

Ao tomar conhecimento da entrevista concedida a sua revista pelo general Dilermano Gomes Monteiro, onde afirma que o cardeal dom Paulo Evaristo Arns teria solicitado um “atendimento especial” para mim em decorrência de problemas de saúde e que minha prisão teria sido feita “absolutamente nos moldes legais”, tenho a esclarecer o seguinte: 1) Ao falar em “tratamento especial”, o entrevistado não afirma categoricamente, porém deixa implícita a idéia de que eu não fui torturado. Por isso venho a público reafirmar as minhas declarações prestadas perante o Conselho de Justiça Militar da 2ª CJM de que fui vítima de torturas no DOI-CODI do I e II Exércitos e no DEOPS de São Paulo. Após uma sessão de torturas no DOI-CODI do II Exército fui visitado por minha mãe, meu irmão, meu advogado, além dos drs. Marcelo Cerqueira e Modesto Silveira, oportunidade em que todos tiveram ocasião de constatar as marcas das sevícias que eu ainda trazia no corpo; 2) Sobre a “legalidade” de minha prisão, afirmo que ela foi um verdadeiro seqüestro, onde não foram respeitados os mais elementares direitos humanos. Ao ser preso, fui violentamente espancado e conduzido encapuzado ao DOI-CODI. Como chamar de legal uma prisão feita em tais condições?¹⁷

Uma criança me perguntou o que é a polícia e eu respondi: “Uma entidade, mantida pelos impostos que pagamos, que tem por finalidade proteger-nos dos assaltantes, assassinos, estelionatários, corruptos – enfim, são pagos para nos dar segurança”.

¹⁴ MORAES, José Roberto Vieira de. *Veja*, nº 535, 06/12/78. Cartas, p. 8.

¹⁵ WEISSERMANN, Henrique. *Veja*, nº 493, 15/02/78. Cartas, p. 8.

¹⁶ FONTENELE, Eduardo. *Veja*, nº 545, 15/02/79. Cartas, p. 10. Esta se refere às apurações pelas autoridades brasileiras sobre o seqüestro dos uruguaios.

¹⁷ ARANTES, Aldo Silva. *Veja*, nº 553, 11/04/79. Cartas, p. 10.

Após ter lido “O Herzog dos pobres” (VEJA nº 565), senti-me profundamente envergonhada, pois me ensinaram desde cedo que mentir é desonesto.¹⁸

Além de absolvidos, os envolvidos no processo do Itamaraty (VEJA nº 526) deveriam ser reconduzidos a seus cargos e homenageados por haverem denunciado ao mundo as torturas praticadas no Brasil. Não cometeram crime algum.¹⁹

Fiquei muito satisfeito em saber através da reportagem “Papel a menos” (VEJA nº 519) que o meu Estado [Paraná] é o primeiro a pôr em desuso o atestado ideológico. A atitude do general Alcindo pereira Gonçalves foi das mais notáveis. Esperamos que os demais Estados acolham positivamente tal atitude, para que todo trabalhador brasileiro possa exercer suas funções, independentemente de idéias políticas ultrapassadas.²⁰

Com o triunfo obtido agora nos tribunais pela senhora Clarice Herzog (VEJA nº 530), pretendo crer que nossa Justiça principia a soerguer do lodaçal que a submergiu durante muito tempo.²¹

4.4 Que demonstram opiniões sobre as greves no país:

Fiquei muito chocada com o que aconteceu em Minas Gerais, durante a greve dos peões (VEJA nº 570). Os absurdos vão continuar enquanto o governo não fizer algo para os assalariados. Se um pai de família ganhando mais de três salários mínimos já sente dificuldades, imagine-se a situação de quem ganha apenas um salário mínimo.²²

Foi a maior mixórdia a greve dos professores de Minas. Eles abandonaram as salas de aulas e agora estão dando provas sem antes ter ensinado a matéria. Não é justo.²³

Como metalúrgico e participante da última greve, assisti a vários atos de repressão. Enquanto isso, o falante Figueiredo fala em democracia, melhor distribuição de renda, paz social, etc. Afinal, reclamar salários mais justos é ou não um princípio democrático?²⁴

¹⁸ LONGHINI, Ailema. *Veja*, nº 566, 11/07/79. Cartas, p. 10. Esta carta refere-se à morte por tortura de um favelado após ser preso arbitrariamente pela polícia civil do Rio de Janeiro.

¹⁹ AGUIAR, Sylvio Alves de. *Veja*, nº 529, 25/10/78. Cartas, p. 10.

²⁰ FERNANDEZ, Ezequiel Lincoln. *Veja*, nº 521, 30/08/78. Cartas, p. 10. Este atestado era obrigatório para todos os trabalhadores que ingressavam em um emprego. Sua obtenção era fornecida pela Polícia Federal.

²¹ NUNES, Antônio Jaime Meireles. *Veja*, nº 533, 22/11/78. Cartas, p. 10.

²² ALMEIDA, Sulane. *Veja*, nº 573, 29/08/79. Cartas, p. 10.

²³ SILVA, Rita da. *Veja*, nº 566, 11/07/79. Cartas, p. 12.

²⁴ BRÁULIO, Samuel. *Veja*, nº 585, 21/11/79. Cartas, p. 10.

4.5 Que demonstram a participação referente aos problemas econômicos do país:

O professor Delfim Netto (VEJA nº 572) é realmente “um pretenso intelectual”. Joga bem com as palavras, fala muito, mas não diz nada. E a nação inteira fica apostando num segundo milagre. Para quê? Ainda estamos pagando as pesadas promessas do primeiro.²⁵

Estou confiante e muito otimista em relação às novas medidas econômicas do ministro Delfim Netto.²⁶

Estou decepcionado com a escolha do senhor Delfim Netto para a Secretaria de Planejamento. Ele não reflete as ambições do trabalhador brasileiro.²⁷

Esse racionamento da gasolina, só Deus sabe como veio em boa hora. Iniciaram fechando aos domingos, depois aos sábados. Tempos virão em que o único dia útil será segunda... compensa economizar? Só depois que a Petrobrás achar petróleo.²⁸



²⁵ REZENDE, Maria Inês A. de. *Veja*, nº 574, 05/09/79. Cartas, p. 10.

²⁶ LOOS, José Carlos. *Veja*, nº 574, 05/09/79. Cartas, p. 10.

²⁷ CRUZ, Alberto. *Veja*, 05/09/79. Cartas, p. 10.

²⁸ SILVA, Cícero C. da. *Veja*, nº 573, 29/08/79. Cartas, p. 8.